

Alexandre Lucas Pires

Reflexões sobre
A gênese dos estudos ambientais brasileiros
Estudo de sociologia das ciências sociais

Alexandre Lucas Pires

**Reflexões sobre a gênese dos estudos ambientais brasileiros:
estudo de sociologia das ciências sociais**

Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Prof^a Dr^a Leila da Costa Ferreira

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 27/02/2007.

BANCA

Prof^a Dr^a Leila da Costa Ferreira
Orientadora, Departamento de Sociologia, IFCH, UNICAMP

Prof^o Dr^o Valeriano Mendes Ferreira Costa
Titular, Departamento de Ciência Política, IFCH, UNICAMP

Prof^o Dr^o Renato José Pinto Ortiz
Titular, Departamento de Sociologia, IFCH, UNICAMP

Prof^o Dr^o João Luiz de Moraes Hoefel
Suplente, Universidade São Francisco, pesquisador visitante no NEPAM, UNICAMP

Prof^a Dr^a Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa
Suplente, pesquisadora no NEPAM, UNICAMP

Fevereiro de 2007
PPG|SOCIOLOGIA|IFCH|UNICAMP

Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico—CNPq.

Resumo

*Reflexões sobre a gênese dos estudos ambientais brasileiros:
estudo de sociologia das ciências sociais*

Esta dissertação investiga a gênese do ambientalismo nas ciências sociais brasileiras entre as décadas 1970 e 1990. O autor argumenta que as condições sociais da emergência da produção das ciências sociais a respeito do ambientalismo estão vinculadas ao estado particular da história do campo de produção das ciências sociais da década de 1980 e a formação do mercado do ambientalismo no espaço social nacional. A intermediação dos agentes e instituições vinculados às ciências sociais forneceu as condições sociais de possibilidade da gênese de uma produção científica conforme as regras do campo e voltada para esse mercado em formação a respeito do ambientalismo. A convergência desses fatores, como a existência de agentes com as disposições necessárias (esquemas de produção, sobretudo), um estado do campo hierarquizado e organizado segundo temas e a formação de um mercado de bens simbólicos a respeito do ambientalismo especialmente garantido pelo estado, permitiu que o ambientalismo fosse incorporado a problemática sociológica de então, fornecendo os capitais simbólicos necessários para tal produção e para a reprodução das condições de produção dos cientistas sociais envolvidos.

Palavras-chave: ambientalismo; ciências sociais; Brasil.

Abstract

*Reflections on the genesis of the Brazilian environmental studies:
A study in sociology of the social sciences*

This dissertation analyses the genesis of environmental studies in the Brazilian social sciences from the 1970s to the 1990s. The author argues that the social conditions of the emergence of the environmental social sciences production are linked to specific state of the social sciences field's history in the 1980s and the formation of the environmental market in the Brazilian social space. The intermediation of the agents and institutions linked to social sciences produced the favourable conditions for the genesis of a scientific production according to the rules of field and towards the emergent environmental market. The convergence of these factors—for instance, the existence of agents with necessary dispositions (particularly, schemas of production), a hierarchized and organized state of the field according to themes and the formation of a environmental market of symbolic goods specially guaranteed by the state—made possible that the environmental studies was embodied to current sociological problematic, what allowed to accumulate kinds of symbolic capital demanded by scientific production and necessary to reproduction of production conditions of the social scientists involved.

Keywords: Environmentalism; Social Sciences; Brazil.

Sumário

I. Introdução.....	15
II. A ciência das ciências sociais	31
Sociologia da ciência: preliminares 33	
1. Prólogo. As ciências sociais em aniversário alheio: o ponto de vista de Octavio Ianni	38
“Ciência e consciência social” 42 ; “O falso dilema teórico” 45 ; “Sociólogo e técnico” 53 ; “Realidade social e problemática sociológica” 62 ; “A reintegração das ciências sociais” 70 ; Conclusão 76	
2. Epílogo. Subversão e conservação nas ciências sociais: ordenação política e ordem científica	82
A lógica do golpe 83 ; A remissão à política e a dicotomia do mundo social 85 ; Ordem política e ordem científica 87 ; Poder discricionário e poder simbólico 90 ; Outro estado do campo: alguns elementos 95	
III. O ambiente do ambientalismo	99
1. Um mercado em formação: agentes, instituições e ambientalismo	110
ONU [1945-] 111 ; Estocolmo [1972] 113 ; SEMA [1973] 116 ; PNMA [1981-] 121 ; Movimento ambientalista 125 ; A formação do mercado do ambientalismo 128	
2. Uma produção particular: ambientalismo e ciências sociais	132
A oferta das ciências sociais 133 ; Condições sociais de produção do ambientalismo nas ciências sociais 142	
IV. Conclusão	151
Bibliografia.....	161

Aos meus.

*Les gens ont souvent lecture
dramatique de ce genre
d'analyse [...] en tout cas
j'amuse beaucoup...*
Pierre Bourdieu

I. Introdução

[...] as próprias condições de existência social, nas quais o cientista se encontra inserido, são componentes fundamentais de sua atividade científica. [...]

A problemática ou as possibilidades da interpretação guardam sempre alguma correspondência com o universo cultural no qual o cientista está imerso.

Octavio Ianni

La sociologie de la science repose sur le postulat que la vérité du produit, —s'agirait-il de ce produit très particulier qu'est la vérité scientifique—, réside dans une espèce particulière de conditions sociales de production [...].

Pierre Bourdieu

As condições sociais de possibilidade da gênese do ambientalismo no campo de produção das ciências sociais, mais precisamente, das ciências sociais brasileiras, são o objeto do estudo doravante exposto.

O ambientalismo¹ possui as propriedades necessárias para ser apreendido como uma idéia (sobretudo, no sentido de modos de pensar e agir) que circula internacionalmente, logo, com uma história propriamente internacional, o que acarreta algumas dificuldades para submetê-lo às condições sociais (nacionais) pelas e nas quais ocorrem sua produção e difusão ou sua recepção e assimilação, isto é, as histórias sociais particulares da sua emergência, no geral, nacionais.

Isso é particularmente difícil para as sociedades em que a construção social do ambientalismo está estreitamente ligada à sua circulação internacional, situação da qual apenas alguns países do atlântico norte escapam, pois mais ou menos diretamente suas tradições nacionais serviam como o caso particular que passaria a circular internacionalmente. Por exemplo, no caso brasileiro, o trabalho de internacionalização do ambientalismo empreendido pelos organismos internacionais (ONU, em especial) foi particularmente importante para sua “nacionalização” nessa sociedade.

¹ Aqui o sentido de ambientalismo não está restrito ao de movimento social ambientalista, por agora esta observação é suficiente, porém, logo mais, retoma-se essa questão da definição desta noção.

O que não sugere que a recepção e a assimilação (o que, aliás, pode implicar num grau elevado de transformação) do conjunto de idéias direta ou indiretamente relacionadas ao ambientalismo tenha ocorrido de modo imediato, pelo contrário. É justamente as mediações internas que se quer salientar ao colocar o problema da relação entre a internacionalização e a nacionalização das idéias, ou melhor, sua produção e seu consumo em espaços sociais distintos.

Enfim, retoma-se o princípio durkheimiano de que ação dos “meios sociais externos” só produz efeitos nos “meios sociais internos” quando aquela é mediada por estes.² Ou seja, há um universo social estruturado, com uma história própria, que é a condição para o enraizamento (nacional) das idéias que circulam internacionalmente, isto é, da sua eficiência nos contextos em que são recebidas, no geral, diversos daqueles em que são produzidas.

Nas sociedades diferenciadas, os universos sociais comportam divisões mais e mais autônomas em seu interior, as quais configuram microcosmos sociais que, à medida que se autonomizam, são dotados de agentes, instituições, regras, capitais, disputas específicos, os quais funcionam numa lógica própria. Enfim, os microcosmos sociais à maneira dos universos sociais também contêm uma história social particular, irredutível à história social dos universos sociais em que estão contidos, o que não quer dizer que não guardem entre si correspondências e influências recíprocas, as quais acabam por condicionar o desenvolvimento desses microcosmos e dos universos sociais.

Dessa maneira, analisar a gênese do ambientalismo no campo de produção das ciências sociais —o qual funciona como um microcosmo social mais ou menos autônomo segundo o momento em que é observado— acarreta ao analista a necessidade de se debater com uma sobreposição de histórias particulares, que fornecem condições particulares à ação dos agentes e instituições sociais, as quais nem sempre podem ser deslindadas por completo.

Por exemplo, no caso brasileiro, cada emergência do ambientalismo no espaço social (movimento ambientalista, políticas ambientais, “partidos verdes”, “empresas verdes”, “cinema ambiental” etc.) pode ser construída, com maior ou menor esforço, como um objeto específico de análise, sem necessariamente acarretar a obrigação do analista se remeter a um ou outro microcosmo social como princípio explicativo de todas as emergências do ambientalismo no universo social considerado, ou seja, os campos da política, da burocracia, do direito, da ciência etc. possuem suas próprias histórias a respeito do ambientalismo e do tratamento e do significado

² Cf., abaixo, segunda parte, capítulo um, item ‘ONU’, e, também, nota respectiva.

que ele adquire nesses campos, as quais são irredutíveis à história internacional do ambientalismo que se configurou pela circulação do conjunto de idéias que a ele se vinculam: a história social do ambientalismo em cada campo social relaciona-se com às outras segundo a estrutura de relações entre os campos no espaço social em que eles coexistem, a qual é, naturalmente, situada e datada, variando, assim, conforme o momento.

Donde a importância do campo burocrático na difusão do ambientalismo e no estabelecimento das condições necessárias para tal difusão decorria mais de sua posição dominante na hierarquia dos campos sociais num certo momento (década de 1970) do que da sua prodigalidade nos investimentos a respeito do ambientalismo ou da sua anterioridade no trato da questão, pois é a hierarquia dos campos e as relações que essa estabelece que possibilitam ao campo burocrático (justaposto aos campos político e jurídico pela ditadura militar instaurada) tornar-se tão eficiente na disseminação de seus assuntos para outros campos sociais, nos quais os agentes e instituições tomam o ambientalismo como um assunto seu.

Mas, como já foi dito, se as trocas internacionais envolvem a intermediação dos agentes nacionais, também as trocas entre os campos sociais (intranacionais) se efetivam pela intermediação dos agentes particulares situados nos campos, os quais, quanto mais autônomos, estão em condições de impor uma maior transformação e adaptação aos objetos que adentram seu espaço (por exemplo, o ambientalismo) segundo as regras então vigentes.

Conclui-se, assim, que o ambientalismo não possui uma única cronologia, à qual poder-se-ia recorrer, após uma reconstituição, para se compreender o desenvolvimento do ambientalismo quer internacionalmente quer nacionalmente: por exemplo, uma cronologia em que se descrevesse, primeiro, os elementos recolhidos de tradições nacionais que o conformam, depois, o trabalho de internacionalização a que é submetido, em seguida, sua difusão e manifestação nacionais e, por fim, as expressões nacionais particulares do ambientalismo a cada microcosmo social.

Tendo em vista que a “história geral” do ambientalismo compõem-se de histórias particulares que se interpenetram e que se multiplicam à medida que ele surge noutros universos e microcosmos sociais —pois as sociedades e os campos sociais, em menor ou maior medida, possuem cronologias próprias, as quais são o princípio de explicação das condições sociais da gênese do ambientalismo em cada um—, propõe-se como método de abordagem da gênese do ambientalismo no campo de produção das ciências sociais a análise do ambientalismo a partir da

história particular das ciências sociais brasileiras, isto é, das condições sociais de produção das ciências sociais, a qual está vinculada à estrutura de relações entre suas posições, à distribuição dos capitais entre as posições e seus ocupantes, à hierarquia dos objetos de pesquisa, à posição dominada das ciências sociais no campo do poder, à sua problemática (o espaço de possíveis sociológicos).

Retomando o ponto a respeito do sentido de ambientalismo empregado aqui, como já se disse de passagem, ele não está restrito ao uso ordinário do termo, o qual denomina os movimentos sociais vinculados ao ativismo ambiental, os quais às vezes são denominados por ecologismo também.

Na verdade, aqui o ambientalismo abarca o sentido de ativismo ao mesmo tempo em que vai além deste, sobretudo, ao caracterizar um conjunto de tomadas de posição (as quais não são apenas discursos) que, durante as décadas de 1960 e 70, passam a apresentar uma outra representação do mundo social e do mundo natural ou, mais precisamente, uma outra representação da relação entre esses mundos, a qual tornava-se gradualmente mais irredutível ao conhecimento da ciência da ecologia ou às filosofias da natureza, então disponíveis.

Isso não significa que o ambientalismo seja tratado (ou, para alguns, o ecologismo) como um “movimento histórico” ao invés de um movimento social, como fazem, a certa altura, Viola & Leis; o que equivale a representá-lo, consciente ou inconscientemente, como uma espécie de *Zeitgeist*, nada mais longe da história do ambientalismo.³ Considera-se historicamente mais adequado aquilo que Ferreira & Ferreira escrevem a respeito dos “problemas ambientais”, os quais haveriam se tornado “uma grande preocupação, embora circunscrita a grupos específicos de pesquisadores e cidadãos.”⁴

Ou seja, apesar de seu espraiamento social e, também, geográfico, quer como ativismo quer como problema público, o ambientalismo continua situado em espaços sociais particulares, ocupados por agentes que o tornam atuante, efetivo, e o atualizam cotidianamente em suas práticas (políticas, burocráticas, jurídicas, científicas, artísticas etc.).

³ “É importante deixar claro”, escrevem Viola & Leis, “que não estamos falando do ecologismo em termos restritos, como movimento social, mas em sentido amplo, como movimento histórico, isto é, o campo denotado pela expressão ‘ecologismo’ é vasto e complexo” (cf. Eduardo José Viola & Héctor Ricardo Leis, *Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo*, em Héctor Ricardo Leis, organizador, *Ecologia e política mundial*, Rio de Janeiro, FASE/Vozes, 1991, p. 24).

⁴ Cf. Leila da Costa Ferreira & Lúcia da Costa Ferreira, Águas revoltas: sociologia ambiental, *Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais — BIB*, São Paulo, n. 54, 2. semestre, 2002, p. 83.

Enfim, ao ser produzido ou consumido, o ambientalismo é configurado por uma história social, a qual por ele pode ser gradativa ou drasticamente reconfigurada, quer a respeito de um único microcosmo social quer a respeito de todo o universo social.

Naturalmente, o sentido de ambientalismo busca abranger as configurações particulares que ele adquire quer sincronicamente (isto é, segundo os espaços sociais diferentes em que ele emerge) quer diacronicamente (isto é, segundo momentos diferentes desses espaços sociais). Isso significa que o sentido de ambientalismo aqui empregado tem em vista as disputas de significados que ele engendra e também a polissemia daí decorrente, porém também se considera que os desacordos em torno do ambientalismo se fundamentam no acordo tácito a respeito do objeto de desacordo.

Esse acordo constitui essa luta pela representação verdadeira dos mundos natural e social e, sobretudo, da relação entre ambos, a qual mais e mais é produzida e reproduzida por agentes e instituições cada vez mais especializados e dotados de interesses e lógicas próprias: o ponto de acordo que torna interessante aos agentes entrar nessa disputa esconde-se por de trás das variações nominais que o designam (problema ambiental, questão ambiental, crise ambiental, desordem da biosfera, depleção dos recursos naturais e assim por diante), porém elas se estruturam, quer queiram quer não, naquela luta a respeito de qual é e/ou deve ser a relação entre o mundo social e o mundo natural, ou ainda, entre o homem e a natureza, a economia e a ecologia, as causações sociais e as causações naturais, *anthropos* e *physis*, formas diversas de nomear a mesma oposição.

Dessa maneira, os agentes direta ou indiretamente vinculados ao ambientalismo estão também concorrendo com outros campos de produção cultural, nos quais a representação verdadeira e legítima do mundo social ou do mundo natural é um móvel de disputa. Na verdade, os campos de produção cultural fazem justamente isso, produzem representações quer do mundo social ou do natural quer de ambos.

Com isso, busca-se superar o inelutável fracasso que acompanha a definição feita de modo absoluto, que, no caso do ambientalismo, pode cegar o sociólogo às mudanças incessantes de seu conteúdo substancial operadas pelos agentes a fim de conservar o seu valor relacional.

Dito isso, o ambientalismo designa o conjunto de posições e tomadas de posição produzidas a partir da década de 1960 e, principalmente, da de 1970 em várias sociedades a respeito das

relações entre o “ambiente humano” (*human environment*, como consta no nome oficial da conferência de Estocolmo) e o “ambiente natural”, ambos afetados pelo “desenvolvimento econômico” da “humanidade”, nas quais iniciava-se a formação de um sistema de agentes e instituições diretamente ou indiretamente vinculados ao ambientalismo.

As conferências promovidas pela ONU e o trabalho de preparação que as antecedem contribuíram, e muito, para a disseminação do ambientalismo em escala mundial e para a formação de cada sistema de agentes e instituições particular que acompanha tal disseminação, no geral, com a caução do estado. Soma-se a isso, no caso dos campos científicos, a atuação de instituições universitárias européias e estadunidenses importantes na difusão e no incentivo a pesquisas a respeito do ambientalismo, por exemplo, aquelas ligadas ao ecodesenvolvimentismo, em que a EHESS, situada na França, teve um desempenho proeminente na formação de pesquisadores e na realização de pesquisas, especialmente, pela atuação de seu CIRED, capitaneado por Ignacy Sachs.⁵

No caso brasileiro, a preparação para conferência de Estocolmo e a participação do Brasil na mesma em 1972 consistiram na primeira mobilização de um grupo de agentes e instituições especialmente designados para tratar do ambientalismo (as tomadas de posição daí decorrentes concentraram-se em poluição ambiental e no direito ao crescimento econômico por parte dos “países em desenvolvimento”, e, em menor medida, no “uso racional de recursos naturais”).

No ano seguinte, decretava-se a lei de criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente, SEMA, primeira burocracia estatal especializada em assuntos “propriamente” ambientais. Entre a conferência e o decreto a respeito da SEMA, é difícil de se estabelecer a contento uma relação de causalidade. Todavia essa burocracia, sem dúvida, incorporava os elementos fundamentais que caracterizavam as resoluções de Estocolmo quer no léxico quer nas atribuições do estado a respeito do “meio ambiente”. Durante a década de 1970, e nas seguintes, multiplicam-se as burocracias estatais especializadas em “meio ambiente” tanto nos governos estaduais quanto nos municipais.

No ano de 1974, a SEMA, sob a direção de Paulo Nogueira Neto, “cientista natural”, iniciava de fato suas atividades. Nesse mesmo ano, fundava-se a AGAPAN (Associação Gaúcha de

⁵ A EHESS ou École des Hautes Études en Sciences Sociales abrigou, logo após a conferência de Estocolmo em 1972, o recém criado CIRED ou Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Développement, cujas atividades, iniciadas em 1973, até 1986 seriam responsáveis por boa parte da difusão internacional nos campos científicos do que tratamos aqui por ambientalismo, o qual era difundido pelo centro na forma particular do ecodesenvolvimento.

Proteção ao Ambiente Natural), em Porto Alegre, cidade da região sul do Brasil, a qual era liderada por José Lutzenberger, também “cientista natural”, notório por seu ativismo ambiental, primeira de uma série de associações civis ambientalistas que viriam à luz nos anos seguintes, as quais seriam responsáveis por muitos dos protestos ambientais que ocorrem na segunda metade da década de 1970 e adentram a de 1980. Essas associações, somadas a outros grupos de agentes, conformariam o movimento ambientalista brasileiro.

A formação desse sistema de agentes e instituições, de abrangência tanto nacional quanto internacional, a respeito do ambientalismo é acompanhada, simultaneamente, pela emergência do ambientalismo como um conjunto de problemas, o qual, mediante o trabalho coletivo, realizado na luta e na concorrência, desses agentes com outros, constituía-se progressivamente em problemas conhecidos e reconhecidos, legítimos, públicos e publicáveis. Nesse contexto, verifica-se a presença de tomadas de posição de cientistas sociais —sobretudo, estudos e pesquisas, além de ensaios— a respeito do ambientalismo: no caso brasileiro, essa produção das ciências sociais desenvolve-se, *especialmente*, durante a década de 1980.

A partir desse quadro histórico, o objetivo da análise feita aqui reside em perguntar-se sobre as condições sociais (e históricas) de possibilidade dessa produção das ciências sociais a respeito do ambientalismo, a qual se aceita, após o trabalho coletivo de legitimação, mui facilmente como algo óbvio; ou seja, sobre as condições sociais que possibilitaram a participação das ciências sociais na constituição desse sistema de agentes e instituições direta ou indiretamente vinculados ao ambientalismo. Isso acarreta dois conjuntos de questões relacionadas à própria problemática das ciências sociais.

Primeiro, quais são as condições de possibilidade do ambientalismo encontrar agentes nas ciências sociais dispostos, isto é, com as *disposições* necessárias, a tomá-lo para objeto de seus lances no campo de produção das ciências sociais em particular e cultural em geral? Lances os quais não estão restritos ao tratamento temático do ambientalismo como objeto específico, já que podem comportar também, sem dúvida em menor medida, proposições no sentido de tratá-lo quer teórica quer tecnicamente de modo específico: donde algumas propostas mais contundentes em direção a uma representação do ambientalismo como objeto específico das ciências, irredutível ao cânone quer das ciências naturais quer das ciências sociais.

Segundo, quais são as condições sociais do campo de produção das ciências sociais reconhecer essa produção como uma produção propriamente sociológica, logo, em condições de

ser recompensada (simbólica ou materialmente) como um produto das ciências sociais? Possibilitando, assim, a acumulação inicial do capital específico, produzido pelo próprio campo, pelos agentes envolvidos na pesquisa a respeito do ambientalismo, a qual também é condição de ocupação de parte das posições (mas não de todas) constituintes do próprio campo, sem as quais os agentes podem se ver rapidamente sem os meios de continuar com uma certa prática científica, ou seja, excluídos do jogo por estarem fora das regras do jogo.

Em suma, essas questões tratam dos elementos necessários para que haja a mediação feita pelos agentes e instituições do campo de produção das ciências sociais para transformar o ambientalismo em um objeto passível de ser submetido à prática das ciências sociais, ou melhor, tornado *um possível* entre os possíveis sociológicos num determinado momento, isto é, como elemento da problemática das ciências sociais.

Esses são os pontos básicos que organizam o presente estudo e lhe fornecem plausibilidade, ainda assim, restam dois pontos secundários —algun tanto formais— que podem aumentar as chances de compreensão da análise a ser desenvolvida e exposta logo mais. O primeiro ponto trata dos elementos específicos que compõem as duas partes em que o texto se divide para expor a análise.

O segundo ponto introduz o elemento geral da análise, isto é, o sistema de conceitos desenvolvido em torno da noção de espaço social, o qual é emprestado de Pierre Bourdieu. Por ter um caráter mais analítico e digressivo, esse último ponto encerra a introdução; ele também funciona como uma apresentação prévia dos fundamentos da análise subsequente.

* * *

A análise dos campos de produção cultural obriga o cientista a operar a reconstituição da estrutura desses campos, a qual está constituída pela estrutura de relações entre as posições que constituem o campo e pela estrutura de posicionamentos feitos pelos agentes do campo, as quais se apresentam como possibilidades atuais e potenciais para os agentes que atuam no campo e também para aqueles que ali pretendam atuar. Essas estruturas, enquanto distribuições de agentes e coisas num certo espaço, não se apresentam necessariamente com uma única configuração, podendo conformar num mesmo campo diferentes estados. Assim, na primeira parte, dedica-se

parte do esforço de pesquisa para a realização dessa reconstituição da estrutura do campo de produção das ciências sociais, a qual recai sobre dois estados do campo.

Os elementos do primeiro estado foram reconstruídos a partir do ponto de vista de Octavio Ianni a respeito das ciências sociais na América Latina. Naturalmente, outros caminhos poderiam ter sido percorridos para se empreender tal tarefa, sobretudo o recurso aos excelentes estudos posteriores ao de Ianni disponíveis, os quais fornecem elementos a respeito de alguns pontos até mais detalhados do que o de Ianni, este, porém, se constitui numa das tomadas de posição do momento que se quer reconstruir e traz consigo os sinais das possibilidades das ciências sociais que busca elucidar, enfim, é um trabalho que por si só merece ser retirado do *passado* e tornado atual na reflexão a respeito da sociologia da ciência.

Já os elementos do segundo estado do campo foram conseguidos a partir da consulta aos trabalhos históricos e sociológicos que tratam dos acontecimentos, direta ou indiretamente ligados às ciências sociais, posteriores ao primeiro estado reconstruído, os quais promoveram transformações nesse estado anterior. E é neste estado que se dá a gênese do ambientalismo nas ciências sociais brasileiras.

Essa primeira parte inicia-se com breves considerações a respeito do “estado da arte” na sociologia da ciência, a partir do ponto de vista de Pierre Bourdieu, e em seguida empreende-se a já mencionada reconstrução dos dois estados do campo de produção das ciências sociais brasileiro.

A emergência do ambientalismo no campo de produção das ciências sociais também corresponde à emergência desse campo no sistema de agentes e instituição vinculados ao ambientalismo, o qual historicamente não está restrito a esse campo e no qual a importância e a posição desse campo e de sua produção específica podem variar. Alguns dos marcos, para o caso brasileiro, da constituição progressiva desse sistema são analisados na segunda parte do texto.

A constituição desse sistema antecede cronologicamente a produção que se verifica como específica das ciências sociais. Sendo assim, num primeiro momento analisa-se a formação desse sistema de agentes e instituições, o qual funciona segundo a lógica do mercado de bens simbólicos, mas específico ao ambientalismo.

Após considerar a formação desse sistema de agentes e instituições como uma das condições para que o ambientalismo torne-se importante, isto é, eficiente, no campo de produção

das ciências sociais, a ponto de ser objeto de uma produção cada vez mais especializada e multifacetada, segue a busca por outras condições sociais dessa produção.

* * *

Considera-se importante, para a compreensão da análise, a exposição de algumas notas teóricas a respeito da noção de espaço social, a qual organiza todo o sistema de conceitos utilizados no tipo de análise feito aqui, a qual fundamenta-se no empreendimento científico de Pierre Bourdieu. Sendo assim, segue-se, à maneira de apêndice introdutório, uma digressão a respeito do “sistema espacial de conceitos”.

Se o espaço físico define-se, para Strawson (evocado por Bourdieu), pela exterioridade mútua das posições, o espaço social define-se, para Bourdieu, pela exclusão mútua das posições constituintes do mesmo.¹ A exterioridade, ou a exclusão, mútua de posições refere-se a estrutura de relações que determina a forma possível das interações e a representação possível para aqueles que venham a se envolver nelas.

Dessa maneira, procura-se escapar à redução do espaço social ao “espaço conjuntural das interações”, sucessão descontínua de situações abstratas (como se vê no interacionismo), decorrente da “ilusão subjetivista”. Por isso, o espaço social é construído como um espaço objetivo de relações.

Contudo, também deve-se superar esse “objetivismo *provisório*” que, ao tratar os fatos sociais como as coisas (Durkheim), acaba por reificar aquilo que pretende descrever: as posições

¹ Pierre Bourdieu, *Meditações Pascalianas*, Tradução de Sergio Miceli, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001, p. 164.

sociais que se apresentam ao observador como lugares justapostos numa ordem estática são inseparavelmente locais estratégicos, lugares a se conquistar e a se defender num campo de lutas.

Ainda, dizer que o espaço social se define pela exclusão (ou exterioridade) mútua de posições é o mesmo que dizer que ele se define pela distinção, diferença, ou diferenciação das posições. Deve-se, assim, construir o espaço social como uma estrutura de posições diferenciadas, as quais são definidas, em cada caso, segundo o lugar por elas ocupado na estrutura de distribuição das diferentes espécies de capital ou, ainda, de um tipo específico de capital.²

Para Bourdieu, a sociologia deve (em cada caso particular) construir e descobrir, com a condição de ir além da oposição entre o construcionismo e o realismo, o “princípio de diferenciação” eficiente que possibilita a reconstituição teórica do espaço social empírico observado.³

Contudo, nada autoriza a se fazer a suposição de que esse princípio de diferenciação seja o mesmo em qualquer época e lugar: por exemplo, para construir o espaço social no caso particular da França, segundo o relato de Bourdieu, foi preciso, e bastou, considerar os tipos de capital específico cuja distribuição determina a estrutura do espaço social; naquele caso, o capital econômico e o capital cultural têm um peso importante, isto é, são os mais eficientes nesse espaço.⁴

Enfim, isso não significa que, por exemplo, seriam o capital cultural e o capital econômico, no caso do Brasil, os de maior peso, quer dizer, os principais capitais a organizar o espaço social, hoje ou noutro momento.

Porém, poder-se-ia dizer, como Bourdieu, que todas as sociedades apresentam-se, exceto as sociedades menos diferenciadas (essas ainda apresentam diferenças de acordo com o capital simbólico, logo, diferenças mais difíceis de medir), como espaços sociais. Noutras palavras, enquanto espaços sociais, as sociedades apresentam-se como estruturas de diferenças que apenas podem ser verdadeiramente compreendidas por conta da construção do princípio gerador que funda essas diferenças na objetividade.

² *Ibid.*, e, também, Pierre Bourdieu, *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, Tradução de Mariza Corrêa, Campinas, Papyrus, 1996, p. 29.

³ P. Bourdieu, *Razões práticas, ibid.*, pp. 49-50.

⁴ *Ibid.*, p. 30.

Esse princípio gerador é o mesmo da estrutura de distribuição das formas de poder ou, dito doutro modo, dos tipos de capital específicos eficientes no universo social em consideração, logo, tanto o capital quanto o poder socialmente eficientes variam conforme os lugares e os momentos.⁵ Desse modo, a noção de espaço resgata o princípio de uma apreensão relacional do mundo social, contra a tendência de pensá-lo de maneira substancialista.⁶

Os indivíduos ou os grupos, seres diretamente visíveis, passam a existir e a subsistir apenas ao ocupar as posições relativas, quer dizer, na e pela diferença, num espaço de relações. Quer dizer que, como corpo ou indivíduo biológico, o agente está, como as coisas, situado num lugar, e ocupa uma posição no espaço físico e social. Dessa forma, nunca se é *atopos*, sem lugar. Nem se pode estar num mesmo instante em vários lugares e diversos momentos, e lograr a ocupação simultânea de diversas posições (físicas ou sociais), mesmo que isso possa ser imaginado: essa ubiquidade física e social, impossível de se realizar, só é possível em sonho (como lembra Bourdieu a respeito de Flaubert). Em termos absolutos, o lugar, *topos*, define-se como o local onde uma coisa ou agente “tem lugar”, ou, em termos relacionais (ou topológicos segundo Bourdieu), como uma posição, um nível no interior de uma ordem, um ponto numa distribuição.⁷

O espaço social é o lugar dessas posições sociais coexistentes, as quais formam um espaço de posições diferenciadas. Para seus ocupantes, o espaço de posições, quer dizer, de pontos mutuamente exclusivos, constitui-se no princípio dose pontos de vista. Noutras palavras, o agente é englobado pelo espaço social como um ponto. Porém, estar num ponto significa ter um ponto de vista, um princípio de visão assumido a partir de um ponto situado no espaço social, uma perspectiva definida em forma e em conteúdo segundo a posição objetiva a partir da qual ela parte, isto é, do espaço de posições.

Bourdieu sustenta como hipótese (empiricamente comprovada, isto é, segundo a análise estatística das correlações empíricas) que a posição ocupada no espaço social, isto é, o lugar do agente ou da instituição no espaço de posições, está “regularmente associada” a tomadas de posição a respeito do mundo físico e dos universos sociais.⁸ Em suma, para ele, a posição

⁵ *Ibid.*, pp. 49-50.

⁶ *Ibid.*, pp. 48-49.

⁷ P. Bourdieu, *Meditações Pascalianas*, *op. cit.*, pp. 160-161.

⁸ *Ibid.*, pp. 159-160.

ocupada no espaço social, quer dizer, na estrutura de distribuição dos tipos de capital específicos, “comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo”:⁹ no campo de lutas, os tipos específicos de capital funcionam também como armas e móveis em lutas de conservação ou de transformação. Nesse sentido, o espaço social é a “realidade mais real”, “a realidade primeira e última”, pois condiciona socialmente as possibilidades até das representações feitas pelos agentes a respeito dele, e se constitui no “princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos.”¹⁰

As tomadas de posição não se reduzem a representações, explícitas ou tácitas, feitas por agentes a respeito de algum elemento do mundo social, elas podem ser não só discursos, como também, segundo o campo de produção, opiniões, juízos, formas literárias ou artísticas, estilísticas, conceitos, teorias, instrumentos analíticos, romances, quadros, composições, métodos, etc., ou, simplesmente, a indiferença. Além disso, elas compõem um espaço de tomadas de posição, quer dizer, elas só podem ser compreendidas relacionalmente, isto é, segundo as relações que estabelecem entre si, enquanto um sistema de variações diferenciais. Neste ponto, o método admite, a título de hipótese, a existência de uma relação inteligível entre os bens produzidos pelos produtores no campo de produção (as tomadas de posição) e o lugar ocupado pelos produtores no campo de produção (posição), ou seja, postula-se a existência de uma homologia entre o espaço de tomadas de posição e o espaço de posições.

Como um sistema de tomadas de posição diferentes em relação ao qual cada agente deve definir-se, o espaço de tomadas de posição historicamente produzido, inscrito e acumulado nas coisas e nos corpos em estado objetivado ou incorporado, define o possível e o impossível de se pensar e de se fazer num momento dado e num campo determinado, quer dizer, um espaço de possíveis (teóricos, metodológicos, temáticos, estilísticos, de estilos de vida, de gêneros artísticos etc.).

Em resumo, o espaço social (ou, ainda, o campo) “é uma rede de relações objetivas (de dominação ou de subordinação, de complementaridade ou de antagonismo etc.) entre posições. Cada posição é objetivamente definida por sua relação objetiva com outras posições ou, em outros termos, pelo sistema das propriedades pertinentes, isto é, eficientes, que permitem situá-la com relação a todas as outras na estrutura da distribuição global das propriedades. Todas as

⁹ P. Bourdieu, *Razões Práticas*, op. cit., p. 27.

¹⁰ *Ibid.*, p. 27 e pp. 48-49.

posições dependem, em sua própria existência e nas determinações que impõem aos seus ocupantes, de sua situação atual e potencial na estrutura do campo, ou seja, na estrutura da distribuição das espécies de capital (ou de poder) cuja posse comanda a obtenção dos lucros específicos (como o prestígio literário) postos em jogo no campo.”¹¹

O espaço social, ou o campo social, é o princípio de inteligibilidade das relações entre os produtores culturais ou, ainda, entre os produtos culturais e os produtores. Ele é também um lugar de lutas pela representação legítima do mundo, pela verdade a respeito do mundo. Nesse sentido, as formas de pensamento, como o ambientalismo, são armas nesses jogos e também apostas. Dessa maneira, segundo Bourdieu:

A ciência nada mais pode fazer senão tentar estabelecer a verdade dessas lutas pela verdade, apreender a lógica objectiva segundo a qual se determinam as coisas em jogo e os campos, as estratégias e as vitórias, produzir representações e instrumentos de pensamento que, com desiguais probabilidades de êxito, aspiram à universalidade, às condições sociais da sua produção e da sua utilização, quer dizer, à estrutura histórica do campo em que se geram e funcionam. Em conformidade com o postulado metodológico, constantemente validado pela análise empírica da homologia entre o espaço das tomadas de posição (formas literárias ou artísticas, conceitos e instrumentos de análise, etc.) e o espaço das posições ocupadas no campo, somos levados a historicizar esses produtos culturais que têm de comum a aspiração à universalidade. Mas historicizá-los não é somente, como se pensa, relativizá-los tendo em conta que eles apenas têm sentido quando referidos a um determinado estado do campo de lutas; é também restituir-lhes a sua necessidade, subtraindo-os à indeterminação resultante de uma falsa eternização, para os pôr em relação com as condições sociais da sua gênese, verdadeira definição geradora. Em vez de conduzir a um relativismo historicista, a historicização das formas do pensamento que nós aplicamos ao objecto histórico, as quais podem ser produto desse objecto, oferece a única oportunidade real de escapar um pouco à história.¹²

¹¹ Pierre Bourdieu, *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*, Tradução de Maria Lucia Machado, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 261.

¹² Pierre Bourdieu, *Gênese histórica de uma estética pura*, em Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, Tradução de Fernando Tomaz, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001, pp. 294-295.

II. A ciência das ciências sociais

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

Michel Foucault

Esta unanimidade imponente, segundo a opinião de muitos homens e escritores ilustres [...], vale mais do que todas as demonstrações da ciência; [...] o consentimento universal, a adoção universal e antiga de uma idéia foram sempre consideradas como a prova mais vitoriosa de sua verdade.

Mikhail Bakunin

A emergência do ambientalismo no mundo contemporâneo poderia ser tratada como objeto da sociologia do conhecimento, tendo em vista os esquemas de pensamento que o acompanham ou as transformações que ele impõe aos antigos esquemas, e também as representações estabelecidas quer do mundo social quer do mundo natural, os quais passam a ser irredutíveis ao conhecimento da ecologia ou à filosofia da natureza.

Contudo, ele pode ser abordado também como objeto da sociologia da ciência quer pela os vínculos e subsídios que encontra no campo científico quer pela a sua emergência na problemática científica.¹ Esse último aspecto, a emergência do ambientalismo no campo científico, anima as análises ulteriores. Ou, mais precisamente, a emergência do ambientalismo no campo de produção das ciências sociais no Brasil é o objeto de pesquisa.

Considerando que a produção das ciências a respeito do ambientalismo deve ser socialmente compreendida, sobretudo, como uma prática *possível* de pesquisa —isto é, que está relacionada (1) às próprias condições de produção das ciências sociais no momento de gênese desse objeto nas ciências sociais e também (2) à própria problemática atuante nas instituições e agentes vinculados às ciências sociais, isto é, ao espaço de possíveis das ciências sociais—, reconstrói-se, primeiramente, alguns dos pontos de vista sobre sociologia da ciência (tendo como

¹ Nesse sentido, pode-se encontrar outras pesquisas alhures a respeito da emergência do ambientalismo no campo de produção das ciências sociais, como o europeu, estadunidense e, também, latino-americano.

base a sociologia da comunidade científica de Merton, o *strong program* em sociologia da ciência e a sociologia do campo científico de Bourdieu, este é utilizado como o ponto de vista dessas considerações sobre sociologia da ciência).

Em seguida, começa-se a reconstrução dos estados do campo de produção das ciências sociais significativos para compreender as transformações nas ciências sociais que configuraram boa parte das condições da emergência do ambientalismo em seu interior (*Sociologia da sociologia na América Latina*, de Octavio Ianni, é a base dessa reconstrução, que se faz por meio da análise de seu conteúdo como um espaço de posições, posicionamentos e, sobretudo, de possíveis sociológicos).

Após isso, busca-se compreender o estado do campo de produção que se configurou durante as décadas de 1960 e 1970 (sobretudo, com as complexas relações que o sistema universitário mantinha com o estado, o que o tornava suscetível às mudanças na ordem político, como as que vieram a ocorrer com o golpe de estado de 1964).

Feito isso, considera-se preparado o terreno sobre o qual se circunstanciou a análise da próxima parte, a qual se detém na gênese e nas condições sociais de produção do ambientalismo na problemática das ciências sociais, o que principia o outro momento da reflexão.

Sociologia da ciência: preliminares

Como ocorre na análise de outros campos de produção cultural, a análise científica do funcionamento do campo científico ganha em dificuldades de elaboração e em facilidades de simplificação, porque supõe uma dupla ruptura com as representações sociais, quase igualmente, desejadas e, assim, socialmente recompensadas. Primeiro, porque se deve superar a representação ideal ou idealizada apresentada pelo campo de produção a respeito de si mesmo. Segundo, porque se deve superar a representação de si mesmo como analista não incluído no campo, nas suas ilusões e representações.²

A análise científica deve superar a caricatura do campo científico facilitada pela redução do mesmo a um dos termos das oposições como irenismo e cinismo, absolutismo e relativismo, internalismo e reducionismo etc. O campo científico se dá uma representação que poder-se-ia denominar de irênica, absoluta e, conseqüentemente, internalista. Ele apresenta-se, assim, como um lugar regido pela concorrência de idéias, a qual tem como pedra de toque a idéia verdadeira.

² Pierre Bourdieu, *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*, Tradução de Mariza Corrêa, Campinas, Papyrus, 1996, p. 85, A dupla ruptura.

Essa representação do campo científico, condensada na imagem irênica da “comunidade científica”, opõem-se, inevitavelmente, à representação do mesmo como um campo de lutas.

Dizer que o campo é um lugar de lutas, não é somente romper com a imagem irênica da “comunidade científica” tal como a descreve a hagiografia científica —e freqüentemente, depois dela, a sociologia da ciência—, quer dizer, com a idéia de um tipo de “reino dos fins” que não conhece outras leis que não aquelas da concorrência pura e perfeita das idéias, infalivelmente definida pela força intrínseca da idéia verdadeira. É também lembrar que o funcionamento mesmo do campo científico *produz e supõe uma forma específica de interesse* (as práticas científicas somente aparecem como “desinteressadas” com referência aos interesses diferentes, produzidos e exigidos por outros campos).³

Esse “reino dos fins”, como diz Bourdieu, ao se representar como se só conhecesse as suas próprias leis e só por elas se regesse, arma-se contra toda e qualquer relativização, apresenta-se como absoluto. Dessa maneira, não faria sentido procurar no “exterior” da comunidade científica o que defini-se e está definido em seu “interior”. Ou seja, mesmo que se reconheça a existência de um universo social propriamente científico, com disputas, interesses, conflitos, pode-se sair, apenas aparentemente, da leitura “interna” do campo científico. Um exemplo disso é Merton, pois mesmo dizendo que:

No domínio do conhecimento, como nos outros, há competição entre grupos ou coletividades em torno do que Heidegger chamou de “a interpretação pública da realidade”. De maneira mais ou menos consciente, os grupos em conflito querem ver triunfar sua interpretação do que as coisas foram, são e serão.⁴

A respeito de Merton, Bourdieu diz que ele, apesar de considerar a existência do universo científico, emprega-lhe categorias analíticas “impostas por esse mesmo mundo, apresentando como descrição de suas leis positivas de funcionamento um registro das regras normativas que são aí oficialmente adotadas.” Conseqüentemente, Merton apenas escapa aparentemente a leitura “interna” que acompanha a visão hagiográfica, como se encontra na história da ciência, dos que fazem ciência (e, também, arte, filosofia, como diz Bourdieu).

E, mais precisamente, Merton não questiona, por um lado, a relação entre as normas (universalismo, comunismo intelectual, desinteresse e ceticismo), os valores (objetividade, originalidade e utilidade), numa palavra, as representações ideais da “comunidade científica” (segundo Bourdieu, outra mitologia nativa) e, por outro, a própria estrutura social do mundo científico, a qual condiciona “os mecanismos que tendem a assegurar ‘controle’ e comunicação, avaliação e retribuição, recrutamento e ensino.”⁵

³ Pierre Bourdieu, *Le champ scientifique*, *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, juin, 2. année, n. 2/3, 1976, p. 89.

⁴ Robert K. Merton, *The sociology of science*, Chicago, Chicago University Press, 1973, pp. 110-111; também citado por P. Bourdieu, *Razões Práticas*, *op. cit.*, p. 83.

⁵ P. Bourdieu, *Razões Práticas*, *ibid.*, pp. 84-85.

Para Bourdieu, a especificidade do campo científico reside nessa relação entre as normas e valores e a estrutura social do mundo científico. Essa relação estabeleceria a “dupla verdade” que diferenciaria o campo científico como tal de outros campos de produção cultural. Ela “escapa tanto à visão idealizada e ingenuamente irênica de tipo mertoniano como à visão redutora e ingenuamente cínica dos que apóiam o ‘programa forte’.”⁶

O “programa forte” (*strong program*) em sociologia da ciência, ao qual se refere Bourdieu e segundo ele, não faz mais do que “arrombar portas abertas” ao afirmarem radicalmente que se deve tratar todo o conhecimento como material de pesquisa. Para Bourdieu, isso já se encontraria em Merton, quando este colocava que não somente o erro, a ilusão ou a crença sem fundamento, mas também a própria descoberta da verdade são condicionados pela sociedade e a história. Essa afirmação de Merton resume a hipótese a respeito da a revolução copernicana.

Bourdieu afirma, ainda, que foi Merton quem estabeleceu a necessidade de se interrogar a ciência, por um lado, em sua relação com o mundo social ao qual se prende, e, por outro, com o universo científico (microcosmo social com regras próprias de funcionamento), o qual necessitaria ser descrito e analisado. A respeito desse ponto, comparados a Merton, os defensores do “programa forte” efetuam, segundo Bourdieu, uma regressão. Pois, “eles só saem da leitura interna, que todos os universos do saber pretendem impor, para cair na leitura externa mais brutalmente redutora, fazendo abstração da lógica específica do mundo da produção e dos produtores profissionais, artistas, escritores, filósofos ou sábios.”⁷

Dessa maneira, os defensores do “programa forte”, primeiramente, fazem uma representação reducionista do mundo científico, transformando-o em epifenômeno do mundo social, apresentando-o como desprovido de qualquer autonomia, esta não passaria de uma ideologia profissional apresentada como moral profissional. Ou seja, o cinismo imperaria no universo científico.

Não é necessário saber se a relação entre as normas e os valores da “comunidade científica”, e a estrutura social do universo científico é o que traz a especificidade do campo científico, para perceber nessas considerações a respeito da “ciência da ciência” e das oposições as quais se tem de superar para fazer a análise científica da ciência o primeiro passo para se começar a fazer a ciência das obras científicas, e, também, de outras obras culturais. Pois, como

⁶ *Ibid.*, p. 85.

⁷ *Ibid.*, p. 84.

diz Bourdieu, aqui se está “diante de um caso entre outros da alternativa obrigatória que se observa nos domínios mais diferentes de análise do mundo social”. Essa alternativa é representada por aqueles pares de oposições apresentados anteriormente (absolutismo e relativismo, internalismo e reducionismo...), os quais poder-se-ia resumir à oposição entre o irenismo e o cinismo.⁸

Para Bourdieu, o campo científico é um espaço de relações objetivas entre posições conquistadas nas lutas anteriores, o qual é um lugar, quer dizer, um espaço de jogo, de uma luta de concorrência que tem como aposta específica o monopólio da *autoridade científica*, esta inseparavelmente definida como capacidade técnica e poder social. Ou, também poder-se-ia dizer, luta pelo monopólio da *competência científica*, a qual deve ser “entendida no sentido de capacidade de falar e de agir legitimamente (quer dizer, de maneira autorizada e com autoridade) em matéria de ciência, que é socialmente reconhecida a um agente determinado.”⁹

Para ele, a sociologia da ciência assenta-se sobre o postulado de que a verdade do produto reside numa espécie particular de condições sociais de produção; ou, de modo mais preciso, num estado determinado da estrutura e do funcionamento do campo científico. Ele se refere àquele produto muito particular que é a verdade científica. “O universo ‘puro’ da ciência mais pura é um campo social como outro qualquer, com suas relações de forças e seus monopólios, suas lutas e suas estratégias, seus interesses e seus lucros, mas onde todas essas *invariantes* revestem-se de formas específicas.”¹⁰

Conhecer as oposições que configuram a sociologia da ciência nos últimos tempos (entenda-se, segunda metade do século XX), não significa estar de posse de um conhecimento prévio das oposições que constituem e estruturam o campo científico num mundo social particular (normalmente nacional). Apenas se está de posse de um conjunto de lances já feitos no jogo de interpretação sociológica da ciência, quer dizer, de alguns possíveis pelos e contra os quais os outros trabalhos se fizeram, fazem e farão. Antes de se passar para a reconstrução dos estados relevantes para a análise da produção (e consumo) de “novos” produtos por e num campo científico particular (no caso, o brasileiro), ainda resta dizer algumas palavras sobre a sociologia da ciência no intuito de se proceder a uma aproximação do caso brasileiro.

⁸ *Ibid.*, p. 85.

⁹ P. Bourdieu, *Le champ scientifique*, art. cit., p. 89.

¹⁰ *Ibid.*

Concorda-se aqui com o postulado explicitado por Bourdieu a respeito da sociologia da ciência. Assim, a reconstituição dos estados da estrutura e do funcionamento do campo científico atuantes na produção e no consumo da “noção” de (meio) ambiente (*environment*, em inglês) ou, melhor, da representação ambientalista do mundo social e do mundo natural torna-se indispensável, apesar de todas as dificuldades que aí residem.

Todavia, não se pode esquecer de levar em conta o grau de autonomia do campo no momento analisado, pois se é verdade que “o universo ‘puro’ da ciência mais pura” é um campo, nem todo campo científico é um universo puro da ciência mais pura. Haja vista, por exemplo, os efeitos diretos ou indiretos doutros campos sociais dominantes sobre um campo científico com pouca autonomia, quer dizer, sem o acúmulo suficiente de capitais que tornariam possível e provável a autonomia dos campos sociais, inclusive o científico.

Nesse sentido, a respeito dos campos sociais dominantes e o campo científico, o caso brasileiro torna-se paradigmático: após o golpe de estado de 1964, o regime ditatorial subsequente produz um *efeito de heteronomia* sobre os campos sociais, dentre os quais o campo científico, o qual, por exemplo, sofrerá mudanças na sua estrutura de posições e de ocupantes — aliás, atuais e potenciais— por meio dos atos ditatoriais.

Tem-se outro exemplo com a reforma universitária e a política de pós-graduação instituídas durante o regime ditatorial. A ditadura realiza os possíveis —mais prováveis— já inscritos na própria história do campo científico sem ter necessidade de recorrer a lances impossíveis porque impensáveis para ou impensados no campo científico. Devido a essa manipulação *tirânica* (no sentido de Pascal) do espaço de possíveis do campo científico, os atos ditatoriais ganhavam em eficácia simbólica, quer dizer, aumentava-se, e muito, a probabilidade destes serem conhecidos e reconhecidos, conseqüentemente, legitimados e naturalizados.

Nos dois capítulos seguintes, tenciona-se compreender algumas das particularidades do campo científico e universitário no espaço social brasileiro em dois momentos distintos, no momento imediato após o golpe e no momento durante o qual vigia (tinha eficácia) a ditadura instaurada por ele, *e é neste último em que emerge a produção das ciências sociais a respeito do ambientalismo*, donde sua importância para o estudo.

1. Prólogo. As ciências sociais em aniversário alheio: o ponto de vista de Octavio Ianni

Considera-se aqui basilar introduzir o texto *Sociologia da sociologia na América Latina*, de Octavio Ianni, pelo que se faz com ele e, sobretudo, como se faz isso: que nada mais é do que o ato de evocação abaixo aludido, ato de atualização, de ativação, de tornar corrente e concorrente, removido do passado e da classificação de ultrapassado.

Sem dúvida, esse primeiro texto evocado não é em nada previsível para o tema do ambientalismo, já sua antecipação como possível ou provável variará segundo a posição dos agentes. Enfim, como o argumento aqui desenvolvido se constrói sobre um conjunto de evocações não só de textos e autores, mas também de tempos e momentos algum tanto imprevistos para a “problemática” a respeito do ambientalismo, o que faz com que o restante do texto possa vir a ficar exposto a leituras imprevistas ou indesejadas por mim, o que é inevitável a partir de tal abordagem, mesmo com o abuso de advertências estilísticas na escrita, como aspas, apostos, parênteses etc. E embora se tenha “pesquisado em textos básicos e atuais”, como escrevia Maurício Tragtenberg, entende-se “que um ensaio não é somente um universo articulado baseado em fontes primárias, porém, *uma interpretação e associação nova de idéias, fundadas em ‘antigos’ textos.*”¹

¹ Maurício Tragtenberg, *Burocracia e ideologia*, (apresentado originalmente como tese de doutoramento defendida em 1973), São Paulo, Editora UNESP, 2006, p. 21.

Como esse texto de Ianni, outros artigos, apresentações, discursos, conversações, entrevistas, e teorias podem ser remetidos ao passado ou atualizados pelos agentes sociais. Essas obras culturais presentes (nos sentidos cronológico e espacial) e atuais (nos sentidos ativo e contemporâneo), mesmo que com distâncias cronológicas, podem ser contemporâneas (no sentido sociológico) devido a ações dos agentes, ou instituições, que as tornam atuais e atuantes.

Essa atualização pode ser tanto diacrônica (ocorrência em diferentes estados do campo) quanto sincrônica (incidência em diferentes campos). Dessa maneira, mesmo as obras tidas como “transcendentes” são situadas e datadas, e dependentes da ação para permanecerem “eternas”, eternizáveis.²

A atualidade, ou não, das obras culturais obedece, geralmente, a uma fórmula simples: quando correntes (atuais), são concorrentes (adversárias); quando passadas (desatualizadas), são ultrapassadas (obsoletas). Sendo assim, apenas as obras concorrentes (atuais, atualizadas e atuantes) podem produzir efeitos nas posições e nas disposições dos agentes, e, especialmente, nas tomadas de posição atuais ou potenciais dos mesmos: concorrer pode ter ora o sentido de ajuda, ora o de disputa.

Uma obra ultrapassada deixa de ser um possível, cai no esquecimento. Ou melhor, o trabalho coletivo de esquecimento de uma certa obra é a condição para ela ser enviada ao passado, tornar-se ultrapassada. Ela não é efetiva. Porém, as obras encontram-se nessas categorias apenas em estado, e não em essência. Toda e qualquer obra pode ser ativada ou desativada segundo o estado do campo, quer dizer, conforme a relação de forças e de lutas entre os agentes interessados ou não nessa ativação ou desativação.

Esse curto preâmbulo resume um pouco do ritual de *evocação* feito pelos agentes, sobretudo por produtores culturais. Algumas evocações podem ser antecipadas de formas distintas: podem ser previsíveis, outras não; algumas improváveis; e até tidas como impossíveis. Essas antecipações inscritas em estado potencial nos esquemas de pensamento do agente são,

² Diga-se de passagem, tanto o transcendentalismo quanto o passadismo têm seu princípio eficiente no ato de pôr entre parênteses a dimensão situada e datada de qualquer obra; o que por fim, põe entre parênteses o social. Porém, não se deve esquecer que, se as coisas se tornam atuais nos cérebros e, assim, reduzidas à duração dos corpos, elas se objetivam, também, noutras coisas e noutras corpos por meio de instituições, as quais escapam à tanatologia do corpo. As instituições sociais funcionam, assim, como objetivação de ações pretéritas (no geral, acumuladas) e por meio de técnicas de objetivação como, por exemplo, o dinheiro ou a escrita. Assim, se os homens fazem a história, a fazem apesar e com o peso da mesma...

segundo os seus pesos em tais esquemas, o que definirá a reação do agente a uma tomada de posição de outro agente (por exemplo, aprovação, surpresa, escárnio, reprovação).

* * *

Por ocasião da Conferência sobre Estudos Latino-Americanos, promovida pelo Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), Octavio Ianni, a meu ver, legava à sociologia da ciência, com o seu *Sociologia da sociologia na América Latina*, provavelmente, o único olhar sobre a estrutura da ciência e, particularmente, das ciências sociais e da sociologia praticadas antes dos efeitos desestruturantes e reestruturantes da ditadura militar, a qual aniversariava enquanto o sociólogo o apresentava, em 1965, aos colegas num hotel da cidade do Rio de Janeiro. Coincidentemente a cidade foi o principal palco do golpe de estado ocorrido um ano antes, em 1964.

Nesse encontro de cientistas sociais no Rio de Janeiro, todos estavam ali para tratar do desenvolvimento das ciências sociais na América latina. Esse era o objetivo. As ciências sociais não eram tratadas ali apenas como sinônimo de sociologia, antropologia e ciência política; geografia, história, direito, economia etc. eram também contempladas. Ao longo de três dias, esses cientistas sociais “latino-americanos” ocuparam o Hotel Glória e o transformaram num espaço de interação acadêmica e científica. Essa circulação de cérebros e coisas, idéias e ideais, agentes e instituições, posições e disposições, ações e reações, transcorreu entre os dias 29 e 31 de março.

Os trabalhos apresentados no encontro foram reunidos numa coletânea de textos, publicada em livro, o qual fora intitulado *As ciências sociais na América Latina*. A edição e a introdução couberam a Manuel Diégues Júnior, cientista social, antigo presidente da ABA,³ então diretor do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, instituição responsável pela publicação. O livro foi rodado pela editora Difusão Européia do Livro (DIFEL), em São Paulo.

* * *

Textos como o de Ianni podem ser recuperados em sua particularidade, sem que isto limite a validade de seu conteúdo para a análise que se pretende fazer. Eles contêm em suas linhas, seus parágrafos e seus títulos, às vezes, mais do que formalidades estilísticas, já que também acabam por registrar de modo mais ou menos deformado o ponto de vista do autor —o horizonte

³ Associação Brasileira de Antropologia, ABA, fundada em 1953.

percebido e avaliado, as oposições conscientes e inconscientes, as divisões objetivadas e incorporadas— no momento de enunciação e escrita, de discussão e discurso.

Textos assim acabam por tornar possível as reconstituições de momentos e situações esquecidos ou apagados. *Isso não quer dizer que tais textos contêm um universo ou uma ubiquidade, eles são apenas um ponto de vista particular*, mas aí reside sua riqueza, quer dizer, ao tratá-los como casos particulares, pode-se reconstituir os contextos particulares de tais textos a partir de suas particularidades e, também, das particularidades de seus autores.

A meu ver, *Sociologia da sociologia na América Latina* de Octavio Ianni fornece um material significativo para a reconstituição de um determinado momento da história das ciências sociais, o qual não pode ser reconstituído com tanta facilidade devido aos efeitos anacrônicos do olhar retrospectivo. O momento referido diz respeito aos anos em que a ordem política no Brasil está em transformação devido ao golpe de estado de 64 e que terá conseqüências na ordem social, inclusive nas ciências (por exemplo, com a reforma universitária de 1969).

Tencionando reconstruir um estado das ciências sociais em que os efeitos do golpe ainda não haviam tido uma eficácia transformadora em relação às ciências sociais, toma-se o texto de Ianni pelo que ele se propõe a ser, isto é, uma análise de uma determinada estrutura social, as ciências sociais, no que tange a suas oposições constitutivas, suas possibilidades atuais e potenciais, suas disputas e apostas.

Para isso, não se deve esquecer que o ponto de vista de Ianni se dá (1) a partir de um lugar determinado e privilegiado nas ciências sociais, a posição de assistente da cadeira de sociologia da USP, (2) numa situação determinada, um ano após o golpe de 64, logo, numa atmosfera de incerteza política, (3) num evento dedicado às “ciências sociais latino-americanas”, no qual o objetivo acaba por ser traçar em linhas gerais as forças atuantes no desenvolvimento das ciências sociais, e, *last but not least*, (4) na condição de analista interessado porque cientista social com “modo de pensar e de agir” em disputa na estrutura estudada.

Apesar do texto apresentar-se como uma sociologia da sociologia, não há exagero em dizer que o mesmo não se restringe ao que se entende, de um ponto de vista organizacional e institucional, por sociologia atualmente. Muito do que se encontra ali sobre sociologia, também diz respeito às ciências sociais em geral, sobretudo, pelas oposições que organizam a

representação dos agentes a respeito do espaço em que atuam e, também, as clivagens sociais que perpassam o trabalho científico.

O texto se estrutura por pares de oposições que estão resumidos nos entretítulos, mas isso não quer dizer que as coisas procedam simplesmente dessa maneira na prática ou na análise de Ianni, no entanto, as representações produzidas, geralmente, nos campos sociais acabam por se estruturar dessa maneira quer na prática, quer na reflexão. Como Ianni não faz nenhuma observação quanto a isso, então, é possível, a meu ver, considerar essa forma de exposição feita por Ianni como uma manifestação de estruturas incorporadas pelo agente —no caso, o próprio Ianni—, as quais não são só subjetivas, mas também objetivas, quer dizer, essas oposições possivelmente eram as mais importantes, quer dizer, eficientes, no momento e na situação em que ele produz a análise.

Portanto, ao tomar as divisões de *Sociologia da sociologia...* como a representação mais ou menos deformada das divisões das ciências sociais no imediato após o golpe de 64, reconstitui-se as ciências sociais como um espaço de posições sociais e tomadas de posição em que agentes e instituições, e, também, os bens simbólicos produzidos por eles, estão dispostos e opostos em cinco grandes princípios de divisão (e visão): ciência e consciência; o falso dilema teórico e o verdadeiro dilema teórico; sociólogo e técnico; problemática sociológica e realidade social; e separação e reintegração das ciências sociais. *Grosso modo*, essas oposições são atuantes ainda hoje nas ciências sociais, porém, provavelmente, com uma relação de forças modificada para cada termo da oposição. Mas não basta dizer isso para se recuperar as relações de força e de luta das ciências sociais naquele momento, isto se viabiliza melhor com uma análise de cada par de oposições exposto por Ianni.

“Ciência e consciência social”

A análise da produção ou do consumo de formas de pensamento específicas —categorias sociais de pensamento, princípios de visão e divisão, esquemas de percepção e apreciação, formas simbólicas, ou formas de classificação, segundo tradições teóricas mais ou menos distantes— por agentes sociais particulares em universos sociais particulares (sobretudo campos) num momento determinado acarreta a necessidade da reconstituição do *estado do campo* atuante ou potencial na economia da forma de pensamento. Reconstitui-se o estado do campo pela

elaboração dos espaços de posições e de posicionamentos⁴ atuais ou potenciais dos produtores no momento da produção de um produto cultural específico.

O estado do campo resulta do acúmulo das posições e dos posicionamentos passados objetivados nas coisas (livros, manuais, disciplinas, escolas, leis etc.) ou incorporados nos corpos (atitudes, disposições, modos de ação, formas de pensamento, sistemas de classificação, pares de oposições etc.). Dessa maneira, o estado do campo atua como um *espaço de possíveis*.

Esse espaço de possíveis se impõe a todos aqueles que interiorizam a lógica e a necessidade do campo como uma espécie de *transcendental histórico*, um sistema de categorias (sociais) de percepção e de apreciação, de condições sociais de possibilidades e de legitimidade que, como os conceitos de gêneros, de escolas, de maneiras, de formas, definem e delimitam o universo do pensável e do impensável, ou seja, a uma só vez o universo finito das potencialidades suscetíveis de ser pensadas e realizadas no momento considerado — liberdade— e o sistema das sujeições no interior das quais se determina o que está por fazer e pensar — necessidade.⁵

Ao descrever as “tendências” da “sociologia nos países latino-americanos”, Ianni está a apresentar “estruturas significativas do real”, as quais possibilitam tendências muitas vezes opostas e até antagônicas ao pensamento. Essas estruturas significativas dizem respeito à “própria estrutura do pensamento científico”, quer dizer, às posições sociais dos agentes no “quadro da estrutura” das ciências em geral e das ciências sociais em particular, mas também do lugar dessas posições científicas na estrutura da sociedade em que elas se encontram.

Ianni parte do postulado da sociologia do conhecimento de que haveria “reciprocidade entre o pensamento científico e as configurações sociais da vida”, o qual seria particularmente válido para as ciências sociais segundo Ianni. Essa reciprocidade, correspondência, se daria a respeito da problemática, ou quanto à “visão do mundo subjacente às contribuições dessas disciplinas”. Enfim, o ponto de vista de Ianni a respeito da estrutura em que ele próprio encontra-se situado ancora-se na tese de que há “sempre certa correspondência entre o pensamento sociológico, por exemplo, e as condições da existência social.”

É claro que a tese enunciada nos parágrafos anteriores não significa que a referida correspondência se organiza apenas num sentido. Nem que ela dá origem a somente uma e uma só orientação do pensamento. Uma dada configuração não envolve uma única tendência. Implica ou possibilita várias, reais ou virtuais. As estruturas significativas do real abrem diferentes e muitas vezes antagônicas tendências ao pensamento. Por mais integrado que seja um sistema social nacional, ele comporta sempre elevada heterogeneidade e diferenciação, tanto ao nível da organização social como no âmbito das ações sociais. A diversidade das posições sociais dos homens, no quadro da estrutura, implicam em múltiplas e às vezes antagônicas visões do mundo. As representações que os grupos e classes sociais constroem sobre a sociedade em que se encontram

⁴ Usa-se posicionamento no mesmo sentido de *pris de position* (tomada de posição) para Pierre Bourdieu.

⁵ Pierre Bourdieu, *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*, Tradução de Maria Lucia Machado, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 266-267.

inseridos afetam, em grau variável, as possibilidades e as tendências do pensamento. O pensamento científico não é imune a essas determinações.⁶

O posicionamento de Ianni a respeito do pensamento científico em geral e do pensamento sociológico em particular acaba por se constituir no primeiro par de tendências aventado por ele: de um lado, a tendência a ter em conta a reciprocidade entre pensamento científico e condições de existência; de outro lado, a tendência a ignorar tal reciprocidade, permitindo a ela atuar de modo mais eficiente sobre o pensamento científico porque este a desconhece enquanto tal.

Dito doutra maneira, as tendências construídas por Ianni a partir das posições sociais atuais e potenciais dos agentes sociais naquele momento das ciências sociais aparecem aos agentes como *possíveis* científicos que orientam suas expectativas e projetos.

Portanto, aludindo ao entretítulo *Ciência e consciência social*,⁷ tem-se aqui um possível que conhece a consciência social da ciência, o que não implica necessariamente em reconhecimento, e outro possível que conhece a ciência sem consciência social, o que implica *necessariamente* num reconhecimento mais completo da consciência social da ciência, pois essa correspondência entre a estrutura social e a estrutura do pensamento científico é desconhecida enquanto tal, quer dizer, completamente reconhecida.

Antes que se interprete a explicitação de tais tendências e das seguintes como a sugestão de um modo de compreensão a partir de tendências explícitas ao agente contemporâneo quer da obra, quer da prática do passado, relembra-se que há um paradoxo da compreensão histórica de obras e práticas do passado, o qual se deve ter em vista em tais empreendimentos.

Por exemplo, a compreensão de *Sociologia da sociologia...*, de Ianni, ou das obras e das práticas analisadas por ele, das quais ele retira as “tendências” das ciências sociais latino-americanas, demanda a reconstrução do esquema aí empregado. Isso para contornar o fato de a compreensão verdadeira dada de imediato ao contemporâneo de tais práticas ou obras estar ausente. Mas sem se esquecer que essa compreensão original não demanda esse trabalho de reconstrução, o qual se faz por um esforço intelectual de construção e de tradução, que é estranho ao indígena contemporâneo das obras e práticas. Diferente do intérprete, o indígena contemporâneo compreende por meio de esquemas práticos, os quais nunca aparecem à consciência enquanto tais.

⁶ Octavio Ianni, *Sociologia da sociologia na América Latina*, em Manuel Diégues Júnior, editor, *As ciências sociais na América Latina*, Rio de Janeiro, CLAPCS/DIFEL, 1967, pp. 206-207.

⁷ *Ibid.*, p. 205.

Tal é, de fato, o paradoxo da compreensão histórica de uma obra ou de uma prática do passado [...]: é preciso, para suprir a ausência da compreensão (verdadeira) imediatamente dada ao indígena contemporâneo, fazer um trabalho de *reconstrução* do código que aí se encontra empregado; mas sem esquecer por isso que a característica da compreensão original é que não supõe de modo algum tal esforço intelectual de construção e de tradução; e que o indígena contemporâneo, à diferença do intérprete, emprega em sua compreensão esquemas práticos que nunca afloram enquanto tais à consciência (à maneira, por exemplo, das regras da gramática).⁸

Dessa maneira, *Sociologia da sociologia* resulta do esforço de tornar explícitos os esquemas práticos implícitos em práticas e obras dos cientistas sociais até 1965; e, a partir deles, Ianni constrói as possibilidades do pensamento sociológico posterior sob a forma de tendências, as quais são o equivalente teórico do espaço de possíveis, ou melhor, a partir das tendências de Ianni reconstrói-se o espaço de possibilidades atuante e potencial dos cientistas sociais nas décadas de 1960 e 70. Nesse sentido, ele vem a ser uma peça importante para a compreensão de práticas subseqüentes ao texto, tais como modos de pensamento e modos de ação que serão empregados nas produções das ciências sociais. Especialmente, aqueles modos de pensamento que denominam-se aqui por ambientalismo e participacionismo, os quais viriam a ser um veio muito explorado em fins da década de 1970 e posteriormente.

“O falso dilema teórico”

Em *O falso dilema teórico*,⁹ segundo bloco de tendências descrito por Ianni em *Sociologia da sociologia*, algumas oposições *tradicionais* que acompanham a história das ciências sociais no mundo são passadas em revista. Partindo das premissas anteriores, as quais podem ser lidas sinteticamente nesta passagem: “A problemática ou as possibilidades de interpretação guardam sempre alguma correspondência com o universo cultural no qual o cientista está imerso. Isto é verdadeiro tanto para boa parte das obras dos fundadores da sociologia, como para trabalhos de Florestan Fernandes, Gino Germani, L. A. Costa Pinto, Pablo González e outros.”¹⁰

Com isso, e por isso, “torna-se evidente que a sociologia não perdeu nunca a conotação de técnica de autoconsciência científica da realidade”, isto quer dizer que a sociologia, por meio de uma lógica propriamente sociológica, traz consigo as marcas das condições em que produz e é produzida. Noutras palavras, o universo cultural, quer dizer, as condições sociais de produção, no qual o cientista atua, isto é, na qual ele produz as *verdades científicas*, armas e apostas nas lutas científicas tanto sobre o mundo natural quanto sobre o mundo social, está presente de forma mais

⁸ P. Bourdieu, *As regras da arte*, op. cit., p. 349.

⁹ O. Ianni, *Sociologia da sociologia...*, art. cit., p. 207.

¹⁰ *Ibid.*, pp. 206-207.

ou menos eufemizada nos “resultados” da ciência, quer pela problemática, isto é, o espaço de possíveis específicos inscritos no campo, quer pelas possibilidades da interpretação, estas também são constitutivas da problemática legítima num determinado universo cultural ou, mais precisamente, num determinado momento de um universo social determinado.

Porém, para Ianni, a sociologia não se reduz a isso. Pois, ela ora “apresenta-se como ciência isenta”, quer dizer, pretensamente expurgada de todo resquício de sociogênese (esta, possivelmente, associada à “ideologia”); ora “como elemento e momento do real”, quer dizer, como elemento explicativo da realidade e momento (auto)compreensivo do real, enfim, como condição do conhecimento das relações objetivas constituintes da sociedade, quer as acumuladas nos cérebros (“subjetivas”), quer as acumuladas nas coisas (“objetivas”).

Ianni resumi isso tudo da seguinte maneira: “Conforme a corrente de pensamento, a sociologia aparece como um modo de conhecer ou um modo de atuar. Noutras palavras, um conhecer a partir do qual elaboram-se técnicas de ação ou um conhecer que é, ao mesmo tempo, elemento essencial à realização do real.”¹¹ Em suma, por um lado, trata-se da sociologia representada como ciência isenta capaz de fornecer um modo de conhecer também isento e, logo, de elaborar uma técnica também isenta de ação; por outro lado, trata-se da sociologia como um elemento e momento do real, um modo de atuar, isto é, enquanto elemento essencial à realização do real.

Ao retomar a correspondência entre o universo social e as formas de pensamento — possibilidades da interpretação, etc.—, Ianni prepara-se para avaliar o significado e a insignificância de “alguns problemas teóricos com os quais a sociologia na América Latina se defronta”. Na sua linha de reflexão, alguns desses problemas teóricos são falsos, pois são o produto da relação entre as correntes de pensamento concorrentes e entre elas e o universo social em que seus aderentes (no caso, os cientistas) estão enredados.

Ao não poderem ser reduzidos à lógica da disputa científica, alguns desses problemas teóricos constituiriam “dilemas teóricos de grande significação”, devido, segundo Ianni, “às influências múltiplas e contraditórias a que está sujeita, à variedade dos problemas e temas que requerem investigação e à heterogeneidade e antagonismos dos interesses sociais em jogo na

¹¹ *Ibid.*, p. 207.

pesquisa científica”.¹² Outros, no entanto, seriam insignificantes. Os quais, acompanhados por possíveis rotas de importação, são mencionados sem hesitação:

[...] ciência isenta e ciência para a ação, indução quantitativa e indução qualitativa, descrição e interpretação, Comte e Marx, micro-sociologia e macro-sociologia, ensaísmo e ciência. Naturalmente nem todas essas questões são tipicamente latino-americanas. Muitas difundiram-se na América Latina, provenientes de centros científicos de grande prestígio, da Europa, e da América do Norte. Em certos casos, os dilemas são mal postos; outras vezes, falsos.¹³

Ianni se detém nesses “falsos dilemas teóricos” da sociologia na América Latina. Ele busca demonstrar a falsidade de tais dilemas pela via mais plausível, qual seja a presença ou não dos elementos característicos de um dilema, isto é, o caráter antagônico e paradoxal das oposições colocadas nesses termos.

Os verdadeiros dilemas teóricos aludidos por Ianni só podem ser inferidos por contraste com os falsos, para vislumbrá-los, ter-se-ia de excluir estes últimos e explicitar o que restou. No entanto, se Ianni atenta-se exclusivamente aos falsos dilemas, é porque estes são, para ele, os dilemas do pensamento científico dominantes nas ciências sociais daquele momento; aqui, não importa que sejam falsos, o importante é que eles são notados por Ianni como os mais importantes, isto é, os mais eficientes nesse espaço, quer dizer, os que causam mais efeitos. Evidentemente, Ianni procura superar tais dilemas, além de demonstrar sua falsidade, principalmente, ao correlacionar tais dilemas do pensamento científico a certas “configurações sociais da vida”, mas isso torna-se secundário aqui.

Aqui trata-se mais de reconstruir esses dilemas, tanto faz se falsos ou verdadeiros, as divisões, as disputas, as oposições, enfim, a explicitação mais ou menos precisa dos esquemas práticos empregados pelos agentes sociais num lugar determinado e num momento determinado e menos de resolver retrospectivamente os problemas, os dilemas, as disputas constituintes da problemática do passado analisado.

Ianni argumenta a partir daquilo que considera ser, provavelmente, “a principal questão teórica com a qual se defronta a sociologia na América Latina”: a oposição entre indução qualitativa e indução quantitativa. Escapando ao recorrente nominalismo, ele diz que: “Sob as mais variadas denominações, encontramos aquela oposição.”

¹² *Ibid.*, pp. 207-208.

¹³ *Ibid.*

Não é preciso muito esforço para compreender porque ele não discorre sobre cada um dos “falsos dilemas teóricos” apontados: esses dilemas são, de fato, pares de oposições mais ou menos intercambiáveis conforme o momento e o lugar. Isso quer dizer que autores, perspectivas, representações, formas, escolas nacionais etc. colocados como opostos na teoria são apostas e armas no jogo científico e em suas disputas.

Poder-se-ia tratar os dilemas apontados como uma fotografia, um instantâneo, dos móveis de luta da sociologia naquele momento. Se aceita tal representação fotográfica da descrição de Ianni, poder-se-ia recortar, por um exercício mental, cada um dos pares de oposições que compõem a fotografia, e colocá-los em duas ordens opostas: de um lado, apareceria “ciência isenta”, “descrição”, “Comte”, “micro-sociologia”, “ciência”, em suma, “indução quantitativa”; do outro, coloca-se “ciência para a ação”, “interpretação”, “Marx”, “macro-sociologia”, “ensaísmo”, em suma, “indução qualitativa”.

Cada uma dessas ordens opostas comporta um grau variado de matizes, diferenças, distinções; no entanto, quando analisadas de modo relacional (em preferência a estrutural), elas compõem pólos de um espaço de possíveis da sociologia e dos sociólogos ou, segundo Ianni, tendências ou possibilidades da interpretação. Noutras palavras, essas duas ordens constituem a representação mais ou menos deformada dos esquemas práticos utilizados pelos sociólogos na ciência em geral e nas ciências sociais em particular; não obstante, a argumentação de Ianni no sentido de que às vezes na prática dos agentes essas ordens se confundam.

Dito isso, não se deve esquecer que o texto de Ianni é uma tomada de posição, um posicionamento a partir da sua relação com o campo científico, a sociologia e, no caso, os “dilemas teóricos” atuantes nessas “estruturas do pensamento científico”. Isso quer dizer que esse posicionamento em que as ordens opostas não seriam inexoravelmente “antagônicas e isoladas” e teriam vinculações “sob vários aspectos”, descrito e diferenciado por Ianni, tem uma relação, a meu ver, inteligível com a posição ocupada por Ianni, segundo seus próprios termos, “no quadro da estrutura”, isto é, na sociologia, e desta nas ciências sociais e na ciência.

Tendo em conta, portanto, que tanto indução qualitativa quanto indução quantitativa são os termos da oposição principal a que podem ser reduzidas as duas ordens opostas construídas acima a partir dos dilemas descritos por Ianni, aumenta-se as possibilidades de compreensão deste momento da reflexão. Para ele, a indução qualitativa e a indução quantitativa —e as ordens em

que estão contidas— não correspondem a fases da “formação do pensamento sociológico latino-americanos”.

Os estudos citados por ele são os de Rex Hopper, *Research on Latin America in sociology* (1964), e Gino Germani, *Desarrollo y estado actual de la sociología latinoamericana* (1959), ambos distinguem duas fases: primeira, “institucionalização da sociologia” (Hopper) ou “sociologia nas universidades” (Germani); segunda, “sociologia científica” (Hopper) ou “começos da sociologia científica na América Latina” (Germani).

A primeira fase corresponderia ao predomínio do uso da indução qualitativa. Noutras palavras, esta “fase corresponderia à época do ensaísmo, da filosofia social, das relações especulativas, das interpretações gerais.”¹⁴ Essa fase da sociologia estaria sob a inspiração de Dilthey, Rickert, Weber, Scheler, Freyer, Sartre. A avaliação de Germani, que aparece em trecho citado por Ianni, assevera que tal fase foi estéril na produção de “trabalhos concretos”, os quais teriam sido produzidos “fora de seu âmbito”. (Eis um ótimo exemplo de descrição prescritiva, ao dizer “apenas” o que *foi* feito, diz o que *deve-se* fazer, no caso, o que deve-se parar de fazer, isto é, não lançar mão de certo quadro de pensadores, enfim, abandonar a indução qualitativa.)

Como defende Ianni, essas fases, aliás, os elementos que a caracterizam não foram e nem devem ser abandonados. Segundo ele, esses elementos são tendências do pensamento científico que muito contribuem para “possibilidades novas de expansão do pensamento científico no continente”. Ianni refuta e critica a caracterização feita dessa “fase” da sociologia. Enfim, a indução qualitativa e a indução quantitativa não são fases do pensamento científico e, particularmente, do sociológico, no qual a primeira é suplantada pela segunda, ambas são tendências possíveis para a sociologia.

Como vemos, a caracterização das tendências que se desenvolveram na época da “institucionalização da sociologia” é predominantemente negativa. Tanto Hopper como Germani não ressaltam de modo satisfatório os seus aspectos positivos. Ao examinar as outras correntes de pensamento sociológico, tomando a perspectiva do empirismo positivista, rejeitam ou minimizam a importância relativa das contribuições teóricas e metodológicas dos cientistas e filósofos que forneceram outros quadros de referência à sociologia na América Latina. Além do mais, convém ressaltar que, vistas em face da formação e desenvolvimento do pensamento científico, aquelas tendências ajudaram a ampliar as bases e as preocupações da sociologia na América latina. É inegável que possibilidades novas de expansão do pensamento científico no continente devem-se ao contato que as várias gerações de intelectuais puderam estabelecer com Dilthey, Weber, Freyer, Marx, Mannheim, Sartre, Lukacs, Merton, Parsons etc. Pode-se mesmo afirmar que há certa problemática que

¹⁴ *Ibid.*, p. 208.

somente se impõe a partir de determinada teoria. Ou que somente com base em uma dada teoria é que uma dada problemática se resolve plenamente.¹⁵

A segunda fase, isto é, a fase da “sociologia científica”, corresponderia, evidentemente (considerando-se a perspectiva dos autores), àquela em que há o predomínio da indução quantitativa, aliás, da ordem ou conjuntos de tendências (autores, teorias, métodos etc.) representados pela indução quantitativa. Os autores operam apenas uma inversão de sinal no que tange à avaliação desta fase: se a “anterior” é caracterizada negativamente, esta é positivamente caracterizada.

Nessa fase, a pesquisa sociológica se caracterizaria pela aplicação nas ciências sociais do método científico informado pelo paradigma das ciências da natureza, pela produção de “monografias propriamente científicas” e pelo uso de “técnicas de observação” que permitam “o tratamento estatístico dos dados” e, é claro, “a realização de inferências quantitativas”. Os autores dão destaque para aquelas instituições de ensino e pesquisa consideradas por eles como legítimas representantes da fase “científica” da sociologia: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO (Santiago do Chile), e Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, CLAPCS (Rio de Janeiro, Brasil), ambas criadas pela UNESCO.

A outra fase ou tendência corresponderia à observância rigorosa dos cânones do método científico; implica no aproveitamento das ciências da natureza como paradigmas para as ciências sociais. Realizam-se ou estimula-se a realização de monografias propriamente científicas. Caracterizam-se pela utilização das técnicas de observação científica consideradas sofisticadas. Isto é, que propiciam o tratamento estatístico dos dados e a realização de inferências quantitativas. [...] De acordo com essa interpretação, o clímax desse processo de constituição do pensamento verdadeiramente científico na América Latina é a criação de instituições de ensino e pesquisa pela UNESCO, em Santiago e no Rio de Janeiro. [...] Como instituições de ensino e pesquisa, correspondem aos mais refinados desenvolvimentos do pensamento científico na sociologia latino-americana.¹⁶

Feita a apresentação das “fases” da sociologia na América Latina e recolocadas como “tendências”, Ianni deslinda os vínculos guardados pelas componentes de ambas, primeiro, nas diretrizes de instituições de pesquisa, como exemplo, a FLACSO; e, segundo, nos resultados de pesquisa. Nesse ponto, torna-se evidente o trabalho de produção ou, também, de legitimação de uma terceira posição, localizada entre os dois pólos de possibilidades (tendências) para o pensamento sociológico.

Para Ianni, “essas vinculações são positivas” e, além disso, diz ele, “às vezes o empirismo é tão estéril quanto as especulações abstratas.” Para corroborar seu posicionamento, ele utiliza

¹⁵ *Ibid.*, pp. 208-209.

¹⁶ *Ibid.*, pp. 209-210.

como exemplo a FLACSO, a qual, segundo ele, “não pretende uma orientação unilateral” a respeito das tendências da sociologia. Após citar excerto de um material da Escuela Latinoamericana de Sociología, da FLACSO, no qual aparece uma certa transigência a respeito da “utilização”, nos termos de Ianni, “das técnicas de observação e métodos de interpretação” (outra denominação para oposição entre, respectivamente, indução quantitativa e indução qualitativa), ele reafirma o caráter cientificamente produtivo da combinação das técnicas de observação (descrição monográfica, indução quantitativa, análise etc.) e os métodos de interpretação (interpretação global, indução qualitativa, síntese etc.) e refuta a existência de uma oposição radical entre ambas. Além disso, quando usadas de modo exclusivo, as técnicas de observação, mesmo que refinadas, não garantiriam “a realização de estudos originais”. Eis o posicionamento de Ianni:

Quando levado a certos extremos, o empirismo não produz conhecimento novo. Os refinamentos das técnicas de observação quantificada não são condições suficientes para a realização de estudos originais. Muitas vezes as monografias não atingem a categoria sociográfica. A importância da reconstrução descritiva dos fenômenos sociais não significa que a investigação deva interromper-se com a descrição sociológica, isto é, ao nível da análise. É indispensável desenvolvê-la interpretativamente, numa globalização sintética.¹⁷

Haja vista como as tendências vinculam-se em instituições de pesquisa, resta apontar como elas vinculam-se nos resultados de pesquisa. Isso, segundo Ianni, para se esclarecer completamente a “continuidade e a interpenetração entre ambas” as tendências. Ele observa a persistência “no espírito de sociólogos latino-americanos”, quer dizer, nos esquemas práticos de percepção e apreciação desses sociólogos —Ianni, logo mais, fala de “estruturas internas”—, da separação das possibilidades tendenciais do pensamento científico em sociologia na forma de uma oposição radical, propriamente antagônica, entre a indução qualitativa e a indução quantitativa, as interpretações globais e as monografias.

A contrapelo de tal divisão, Ianni observa que pesquisas realizadas com ênfase num dos pólos de tendências alcançam resultados semelhantes. Como exemplo disso, ele apresenta as reflexões de Gino Germani e de Ary Dillon Soares a respeito do “radicalismo político em nações do continente”. Ambas, segundo Ianni, “não só não se opõem como coincidem em muitos pontos.” No primeiro, as reflexões fundar-se-iam na indução qualitativa. No segundo, as reflexões estariam fundadas, sobremaneira, na indução quantitativa. No entanto, apesar de ambas as pesquisas resultarem de “processos interpretativos distintos”, as suas conclusões são congruentes. Outros exemplos dessas congruências entre pesquisas com diferentes orientações

¹⁷ *Ibid.*, p. 211.

são dados por Ianni: Sartre (*Reflexões sobre o racismo*) e Adorno (*The authoritarian personality*) sobre a relação entre a estrutura de personalidade, a estrutura social e a discriminação racial; e Warner e Low (*The social system of the modern factory*), e Marx (*O dezoito brumário de Luís Bonaparte*) sobre “consciencialização das condições de existência social por parte do proletariado.”

Essas congruências e convergências de resultados, segundo Ianni, ocorrem (e demonstram) porque o pensamento científico não se constitui de um esquema rígido e único, “como querem os sociólogos que se opõem a qualquer investigação não baseada na manipulação exclusivamente quantificada de variáveis.” Para ele, a quantificação é uma das possibilidades da reflexão científica; não a única. Nem sempre as estruturas a serem apreendidas pela sociologia são “reduzíveis a variáveis quantificáveis.”

Nesse sentido, a atribuição da indução qualitativa a uma primeira fase da sociologia que passou, ou melhor, que deveria passar e da indução quantitativa como a fase posterior propriamente científica encontra novamente sua refutação: “É que a sociologia não se reduz a uma reflexão exterior aos fenômenos sociais. Além das estruturas externas, manifestas, ela pode e precisa apreender também as estruturas internas, as vontades etc., nem sempre reduzíveis a variáveis quantificadas.” Se esclarece, de fato, mais completamente porque não há fases e sim tendências das possibilidades de interpretação na sociologia.

Para Ianni, a divisão da história da sociologia latino-americana em fases é um “artifício descritivo” limitado, pois os momentos condensados nessas fases associam-se às “correspondências entre o pensamento científico e as configurações sociais da vida”, sobretudo, quanto às trocas (amiúde assimétricas) entre os países latino-americanos e outros países e às transformações nos vínculos entre aqueles e estes. Além disso, tais fases escamoteiam a presença de diferentes estágios de consumo e produção da “cultura científica”, e também de “correntes diferentes da sociologia”. Além do mais, não há fases distintas de influência de pensadores, ensaístas ou cientistas na América Latina. As obras, as teorias, os métodos etc., quer dizer, os indícios de influência intelectual, “coexistem e interpenetram-se”, segundo Ianni.

Finalmente, cabe ressaltar que os vários estilos de trabalho não implicam, necessariamente, em fases diferentes de incorporação do pensamento científico. As oposições que alguns críticos vêem nas interpretações globalizadoras e os estudos monográficos muitas vezes são aparentes. Não raro, são

investigações que se interpenetram, pois que ou abrem-se perspectivas, ou fundamentam-se ou complementam-se reciprocamente.¹⁸

Para finalizar, deve-se considerar que esses dois pólos de possibilidades (e impossibilidades) no trabalho científico do sociólogo não desaparecem com a argumentação de Ianni. Na verdade, ele estabelece uma terceira posição possível entre esses dois pólos. De tal maneira que elas resultem em mais e melhores pesquisas, isto é, na “pesquisa original” referida por ele. Esse posicionamento médio e intermediário, produzido ou legitimado, a respeito do “falso dilema teórico”, quer dizer, a respeito do espaço de possíveis teóricos e metodológicos do momento, é o próprio posicionamento de Octavio Ianni, é a representação que ele faz das suas pesquisas feitas e a fazer.

“Sociólogo e técnico”

Para Ianni, a constituição do falso dilema teórico, resumidamente, a oposição entre as formas de indução, está associada às relações entre, em suas palavras, o pensamento científico e as configurações sociais da vida. A reciprocidade entre pensamento e o mundo social produz na ordem simbólica (no caso, teórica) o falso dilema teórico da sociologia latino-americana. Mas tal relação, reciprocidade, correspondência, entre pensamento científico sociológico e o mundo social tem outras formas de manifestação. Essa relação entre “conhecimento e existência” expressa-se na ordem social com “a metamorfose do sociólogo em técnico”, a qual “esclarece de modo completo” o falso dilema teórico por ele já deslindado. Há uma diferenciação e renovação das funções sociais (“papéis”) do cientista, o que conduz a produção de novos significados para a ciência e seus produtos, isto é, as verdades científicas. Enfim, a oposição entre as formas de indução estaria associada, portanto, às transformações no papel do sociólogo (e também de outros cientistas) nas sociedades latino-americanas.

As condições sociais de transformação da representação social do sociólogo são engendradas pelas condições sociais de produção da sociologia, a qual está, segundo Ianni, “submetida a duas ordens de solicitações.” Para ele, a economia, a ciência política, a história, a antropologia, enfim, as ciências sociais estão submetidas a tais solicitações. De um lado, aquelas provenientes d’“o círculo de especialistas”, as quais tratam dos objetivos e padrões estabelecidos do trabalho científico, em conformidade com o caráter cumulativo da ciência. Do outro, aquelas

¹⁸ *Ibid.*, p. 213.

provenientes d’“a sociedade como um todo, ou certos círculos de influência”, as quais “solicitam a sociologia estudos especiais, voltados para determinados problemas ‘práticos’.”

A ordem de solicitações do círculo de especialistas, outro nome para a “comunidade científica” de Merton, tem a ver com o espaço de possíveis no campo científico, isto é, aquilo que aparece como a “problemática” do campo: conceitos, problemas, técnicas, concepções etc. Ela define as fronteiras entre o pensável e o impensável, as possibilidades e as impossibilidades do trabalho, a verdade e a inverdade etc. Enfim, tudo aquilo que é legítimo no campo, o que pode ser trazido para a disputa, sem correr o risco de se tornar ilegítimo no jogo científico ou ilegal, quer dizer, um fora-da-lei, aquele que não segue as regras do jogo, logo, que pode ser expulso do jogo (como a excomunhão no campo religioso).

Por um lado, o círculo dos especialistas estabelece objetivos e padrões de trabalho científico, em conformidade com o caráter cumulativo da ciência. Em sua história e em seus desenvolvimentos teóricos, as diferentes correntes vão selecionando conceitos e problemas, técnicas e concepções que implicam na constituição de um corpo teórico, ao qual os sociólogos precisam ater-se.¹⁹

Já “a ordem de solicitações da sociedade como um todo”, na verdade, está associada à autonomia do campo de produção das ciências sociais numa determinada sociedade, ou melhor, num certo espaço social (geralmente nacional). À medida que um campo social autonomiza-se, mais ele impõe suas próprias regras de jogo, quer dizer, os objetos de disputa e as armas de luta específicas ao campo, isto é, produzidas por e no campo. Ele torna-se, assim, mais ou menos impermeável a importação de objetos externos ao campo, os quais passam a ser classificados como ilegítimos. A meu ver, quando Ianni verifica a existência dessa segunda ordem de solicitações, aliás, a eficiência dessas solicitações no campo das ciências sociais, ele está, consciente ou inconscientemente, registrando a pouca autonomia do campo de produção das ciências sociais nas sociedades latino-americanas. Pois, a questão fundamental não é a existência de “solicitações” externas ao campo, as quais são sempre prováveis, e sim a eficiência dessas “solicitações” num estado do campo científico numa determinada configuração social.

Por outro lado, a sociedade como um todo, ou certos círculos de influência, solicitam à sociologia estudos especiais, voltados para determinados problemas “práticos”. A realidade social se impõe ao sociólogo, filtrada pelos interesses particulares ou gerais, conforme a situação. Em última instância, solicita-se o trabalho do cientista para “validar” ou “invalidar” uma dada configuração social presente, pelo estudo do próprio presente ou do passado.²⁰

¹⁹ *Ibid.*, p. 214.

²⁰ *Ibid.*, p. 215.

Ianni não pondera a eficiência dessas duas ordens de solicitações no trabalho do sociólogo. Ao não fazer isso, ele as coloca com graus de eficiência semelhantes. Enfim, ambas seriam presentes e atuantes na produção da sociologia do momento. A sociologia em particular e as ciências sociais em geral estariam naquele momento num contexto de mais ou menos equilíbrio entre as forças autonomizantes e as forças heteronomizantes. Esse equilíbrio de forças aparece melhor nesse trecho:

Essas são as duas “tendências” sempre ativas no trabalho do sociólogo. Inevitavelmente, elas afetam tanto a seleção dos temas como o seu tratamento mais ou menos amplo. A realização apenas descritiva ou ao modo interpretativo, analítica ou sintetizadora, monográfica ou de interpretação global, depende de intensidade e das direções dessas influências.²¹

Ao analisar “as ordens de solicitações” em que o sociólogo estaria enredado, Ianni inscreve-se nas reflexões a respeito da autonomia dos espaços de produção cultural.²² As solicitações internas ou externas à sociologia produzem tendências ou influências nas obras sociológicas, a depender da intensidade e das direções efetivadas por tais solicitações. Assim, o trabalho sociológico teria sido um arremedo de sociologia, pois, não há como negar que a heteronomia do campo das ciências sociais prevalecia no período analisado. Para Ianni isso não é verdade, pelo menos não de todo.

Ele afirma não haver dúvidas de que a sociologia “progrediu” mesmo enredada “em solicitações imediatas ou indiretas das condições de existência social presentes”. Deve-se ler “tornou-se autônoma” (sem tomar isto como ação acabada) por “progrediu”, pois esse progresso, ou autonomia, seria medido por obras que resultavam “da necessidade de lançar luz sobre o

²¹ *Ibid.*

²² Aqui é necessário abrir parênteses a respeito dessa análise de Ianni, antes de avançar para as conseqüências dessa para a metamorfose do sociólogo em técnico. Com isso, procura-se evitar que o leitor veja confirmação onde há apenas descrição. Não obstante, a concordância que se deve ter com grande parte do texto de Ianni, atenta-se que esse momento específico da argumentação contém limites, os quais podem acarretar uma leitura simplista daquele estado da sociologia analisado por Ianni. Nesse sentido, por exemplo, a linguagem utilizada por ele é das mais inapropriadas em certas passagens e a análise desta é suficiente para a crítica cabível neste momento. Ao falar em “solicitações”, ele recai, primeiro, num raciocínio mecanicista: o resultado da pesquisa decorreria da atuação de mecanismos de demanda que ligariam diretamente o sociólogo ao consumidor de seus produtos. Segundo, num raciocínio comunicacional: a prática do sociólogo aparece com resultado de uma comunicação entre especialistas ou entre especialistas e leigos, da qual resulta o trabalho científico. Terceiro, num raciocínio finalista: ao concluir que “Existe mesmo certa duplicidade nos alvos da atividade científica do sociólogo”, atingir o duplo alvo viria a ser o fim do trabalho do sociólogo e da sociologia; tese que se reforça com a assertiva de que “Essas são duas ‘tendências’ sempre ativas no trabalho do sociólogo”; desse modo, um contexto histórico, logo, passível de transição, passa a ser a condição específica da atividade específica de sociólogo, sendo que, na verdade, a eficiência dessas “solicitações” associa-se ao grau de autonomia do campo de produção da sociologia. E, por fim, numa filosofia da consciência: o sociólogo só faz o que faz mediante uma ação externa que se internaliza no nível da consciência, daí, então, elabora-se o trabalho científico, tudo isso que está contido na palavra *solicitação*; pelo contrário, o sociólogo atende mais e melhor tais “solicitações” ao não ser nunca solicitado a atendê-las. Eis o desconhecimento da lógica prática presente na prática do sociólogo, muito do que este faz está incorporado, nas dobras do corpo, no cérebro, mas sem necessariamente ascender à consciência para ter eficiência. Sem dúvida, algumas dessas anfibologias devem-se a pouca extensão de seu texto.

presente contemporâneo do cientista”, quer dizer, das obras que se voltavam para o próprio campo de produção, isto é, a sociologia, e suas relações e determinações, ou aquelas que se regiam pelos interesses próprios, internos aos espaços, em que eram produzidas, ou seja, “o presente contemporâneo do cientista”, logo, o lugar determinado num momento determinado em que se faz ciência, portanto, a própria sociologia.

Não há dúvidas, contudo, de que a sociologia progrediu geralmente envolvida em solicitações imediatas ou indiretas das condições de existência social presentes. *De la Division du Travail Social*, Émile Durkheim, da mesma forma que *The American Soldier*, elaborado por Samuel A. Stouffer e outros, resultam da necessidade de lançar luz sobre o presente contemporâneo do cientista.²³

Apesar de tal conclusão inequívoca, deve-se ter em mente que há no trecho citado um oportuno “contudo”, o qual remete justamente à ordem externa de solicitações, as quais engendram —à medida que tornam-se mais intensas e diretivas do que a ordem interna de solicitações à sociologia— transformações específicas das funções sociais do sociólogo. Essa alusão adversativa à ordem externa de solicitações remete à configuração particular em que reside o princípio explicativo da metamorfose do sociólogo em técnico. A permanência e a eficiência de tal ordem de solicitações conduz à configuração propícia à dominância doutros campos sociais sobre a sociologia: tal dominância pode provir tanto do campo da ciência quanto doutros campos sociais como o burocrático, o econômico etc.

Quando a demanda específica por produtos específicos da sociologia é suficientemente eficiente a ponto de direcionar ou influenciar num determinado momento a produção da sociologia, está colocada a condição de transformação da função do sociólogo e da sociologia. E quando predomina e prevalece a assunção da sociologia como fornecedora de conhecimentos aplicáveis para o equacionamento de problemas tidos como práticos, quer dizer, externos aos interesses próprios do campo científico, os quais são tidos como puramente teóricos, eis, então, a gênese do técnico.

A partir da assertiva de que a utilização prática, instrumental, do conhecimento sociológico é uma necessidade (“algo que a sociedade não quer nem pode prescindir”), Ianni apresenta dois planos em que se pode analisar o movimento de gênese do técnico.

Um plano mais amplo, no qual a permuta e a correspondência entre as condições de existência social com as estruturas do pensamento científico produzem as condições para a metamorfose do sociólogo em técnico. Nesse plano, ele observava a multiplicação de “problemas

²³ O. Ianni, *Sociologia da sociologia...*, art. cit., p. 216.

sociais” devido às transformações sociais correntes, a saber: a crescente complexidade e diferenciação interna “dos sistemas sócio-econômicos latino-americanos”, decorrentes da migração em direção aos centros urbanos e industriais em rápida transformação, e as mudanças sociais em curso em regiões agrícolas e mineiras. Deparam-se com tais problemas “empresários e assalariados, administradores e políticos, cientistas sociais e educadores.”

Da emergência e multiplicação de conflitos e problemas sociais entre classes e frações de classe e da necessidade de elaborar planos setoriais, regionais e também nacionais, decorre a demanda pelo especialista em conflitos sociais, quer dizer, emerge o mercado de técnicas, engenharias, enfim, tecnologias sociais, no qual qualquer ação de “estimular a formação de técnicos em assuntos sociais” apenas manifesta o estágio avançado de racionalização de tal mercado, e não sua condição, como se pode entrever em Ianni. Nesse contexto há a metamorfose do sociólogo em técnico. E gradativamente, a sociologia institucionaliza seu sentido de engenharia social e de rotinização e desmobilização dos conflitos sociais.

A necessidade de elaborar planos setoriais, regionais e também nacionais, bem como a emergência e multiplicação de tensões e problemas sociais, no âmbito das relações entre grupos e classes, levaram as autoridades, os grupos empresariais, os sindicatos etc. a estimular a formação de técnicos em assuntos sociais. A transformação do sociólogo em técnico ocorre nesse contexto. Pouco a pouco, a sociologia desenvolve a sua conotação de técnica de resolução de tensões ou canalização destas em direções não “destrutivas”.²⁴

E um outro particular, no qual se dá “a utilização prática, imediata, institucionalizada do conhecimento científico.” Nesse caso, o ponto de referência do analista encontra-se nas instituições em que se formulam programas de governo e privados, assim como executam e controlam a execução desses programas. Nessas instituições também podem ser fornecidos cursos de formação de técnicos que trabalhariam diretamente em programas de desenvolvimento econômico e/ou social.

Segundo Ianni, a emergência de instituições especificamente técnicas, tanto na formação de técnicos quanto na formulação de técnicas, não teria sido uma transformação endógena ao campo científico dos países da América Latina, pois instituições vinculadas a organismos internacionais, por exemplo, a United Nations Educacional, Scientific and Cultural Organization, UNESCO, haveria sido responsável pela fundação das principais instituições com objetivos “práticos” e como resposta às exigências do contexto de tensões e problemas sociais vigentes nas sociedades

²⁴ *Ibid.*, p. 217.

latino-americanas. Por exemplo, a FLACSO e o Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social, ILPES, respondiam também a essa exigência.

Como as universidades instaladas não haviam se adaptado para atender e gerar a demanda feita pela burocracia estatal e a privada por esses produtos específicos —isto é, os programas—, fundaram-se instituições como a FLACSO, o ILPES, mas também o CLAPCS, entre outros exemplos mais ou menos endógenos, quer dizer, endógenos na medida em que essas outras instituições tentariam entrar em marcha com esses primeiros empreendimentos técnicos nas ciências sociais. Eis, aqui, um caso em que não se sabe se a demanda produzira a oferta ou, ao contrário, fora esta que produzira aquela.

No plano da América Latina em conjunto, a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e o Instituto Latino-Americano de Planificación Económica y Social [ILPES] respondem também a essa exigência. Como as universidades do continente não se haviam compenetrado da necessidade de modernizar-se e diferenciar o seu programa para organizações públicas e privadas, fundaram-se aquelas instituições com esse fim.²⁵

A metamorfose do sociólogo em técnico estava em andamento nos diferentes países latino-americanos. No Brasil, também estava em “franco progresso”, haja vista, segundo Ianni, a própria regulamentação da profissão de sociólogo, à época em debate, a qual previa a definição das atividades técnicas do sociólogo. Esse “processo” transmutativo do conhecimento sociológico em técnica social ligava-se, para Ianni, ao espraiamento da racionalização por todo tecido social, o que levava a substituição dos padrões tradicionais de organização e ação sociais por aqueles cientificamente elaborados. Conseqüentemente, os atos humanos passariam a ser traduzidos em variáveis, logo, passíveis de quantificação, cálculo e técnica.

Esse mesmo processo está em curso nas diferentes nações latino-americanas. Com o progresso da racionalização, espraiando-se pelo sistema social como um todo, em todas as suas esferas, a ciência se torna essencial nas organizações e nas ações sociais. Substituem-se os padrões legados pela tradição por aqueles elaborados por intermédio do método científico. Os atos humanos traduzem-se em variáveis.²⁶

Desse modo, segue-se de perto a análise de Max Weber a respeito do processo de intelectualização/racionalização a que o ocidente está submetido “desde milênios”, no qual o progresso científico é o fragmento mais importante.

Weber enfrenta o problema do significado da ciência, já que esta é uma atividade que tem como objetivo próprio ser superado, diferentemente de todas as obras “realizadas” nas demais

²⁵ *Ibid.*

²⁶ *Ibid.*, p. 219.

“esferas da cultura”. Ele perguntava qual razão levava o cientista a seguir em uma atividade que nunca se completará. Uma resposta possível ancorava-se em “motivos práticos, tecnológicos, no mais amplo sentido”, os quais capacitariam os cientistas a orientar sua conduta prática conforme as expectativas colocadas à sua disposição pela análise científica. Mas isso só teria algum sentido para o “homem de ação”, ponderava Weber. E seguia ele, ainda, em busca do significado da ciência.

No entanto, Ianni estava justamente refletindo sobre o cientista ou, mais precisamente, o sociólogo como homem de ação, isto é, como especialista aprisionado na jaula de ferro da burocratização e da racionalização do mundo ocidental. Assim, ao esclarecer “o que significa praticamente essa racionalização intelectualista, criada pela ciência e orientada cientificamente pela tecnologia”, Weber ainda pode colaborar na compreensão da reflexão de Ianni.

Primeiramente, para Weber, a racionalização intelectualista não significa que o homem ocidental ou o cientista em particular possuam provavelmente maior conhecimento sobre as condições de vida em que existem do que “um índio americano ou um hotentote”. Ele traz o exemplo do usuário de bonde, o qual, ao entrar nesse meio de transporte, não teria noção alguma do mecanismo que permite ao bonde pôr-se em movimento, com exceção de um físico de profissão. Aliás, o usuário não precisaria nem saber algo a respeito desse mecanismo. Ele apenas precisaria “levar em conta” o comportamento do bonde e, com isso, “orientar sua conduta de acordo com essa expectativa”. É-lhe dispensável saber como se fabrica um bonde ou como se faz para movimentá-lo ou conduzi-lo. Ao contrário, o selvagem, como contra-exemplo de Weber, conhece incomparavelmente melhor os instrumentos dos quais se utiliza no cotidiano. Esse saberia perfeitamente qual procedimento adotar para obter o alimento cotidiano e os meios que poderiam favorecê-lo em tal empresa.

“A crescente intelectualização e racionalização não indicam, portanto,” segundo Weber, “um conhecimento maior e mais geral das condições sob as quais vivemos.” Elas significam antes que “sabemos ou acreditamos que, a qualquer instante, poderíamos, bastando que o quiséssemos, provar que não existe, em princípio, nenhum poder misterioso e imprevisível no decurso de nossa vida, ou, em outras palavras, que podemos dominar tudo por meio do cálculo.”

Enfim, o significado desse processo de intelectualização/racionalização é o desencantamento do mundo. Os meios mágicos seriam dispensáveis para que se domine os espíritos ou os exorcize, como fazia, segundo Weber, o selvagem que possuía a crença em

poderes misteriosos. Agora, o homem moderno pode recorrer à técnica e ao cálculo, dizia Weber, a meu ver, com uma indisfarçável ironia. Enfim, isto é o que significa, acima de tudo, intelectualização e racionalização para Max Weber.²⁷

Em Ianni, racionalização possui o mesmo sentido empregado por Weber. Por isso, ele atentou-se para aquelas instituições científicas instaladas na América Latina que mais explicitamente encarnavam como objetivo o processo de racionalização da atividade científica. Não à toa fundadas por instituições sediadas nos Estados Unidos e na Europa, regiões em que a racionalização, de fato, havia se espreado por todo tecido social.

O cientista social, sobretudo o sociólogo e o economista, passava a ser visto como homem de ação, ou, no mínimo, como assessor do homem de ação. Dessa maneira, o conhecimento sociológico produzido e a produzir deveria almejar um caráter técnico, puramente técnico, quer dizer, neutro e objetivo. Como técnica, a atividade científica do sociólogo ou do economista é tomada como neutra.

A expressão mais pura desse fim prático do conhecimento sociológico e do cientista social seria, segundo Ianni, o ILPES. Esse instituto estava vinculado às atividades da Comisión Económica para la América Latina,²⁸ CEPAL, e tinha um objetivo eminentemente prático, quer dizer, técnico, tecnológico. Visava a oferecer serviço de assessoramento e capacitação nos países no raio de ação da CEPAL, isto é, todo o continente americano, exceto Canadá e Estados Unidos, e realizar pesquisas sobre técnicas de planejamento econômico e social. Dessa maneira, conforme notava Ianni, dava-se a institucionalização da atividade do técnico, “em assuntos sociais”, em todo o continente.

Com objetivo ainda mais diretamente prático, e reunindo economistas e sociólogos, criou-se o Instituto [Latino-Americano de Planificación Económica y Social, ILPES]. [...] Institucionaliza-se a atividade do técnico, em âmbito continental. As tarefas do desenvolvimento econômico e as suas implicações sociais mobilizaram economistas e sociólogos. Aqui, de novo, ressurgiu a preocupação com a objetividade neutra do trabalho científico. É dado como pressuposto que, “no plano puramente técnico”, a atividade científica do economista e do sociólogo é neutra.²⁹

Essas transformações no modo de produção científico envolveriam, segundo ele, “problemas sérios no campo do conhecimento científico.” Talvez não se deva pensar que essa

²⁷ As citações encontram-se em Max Weber, *Metodologia das ciências sociais*, Parte 2, Tradução de Augustin Wernet, São Paulo, Cortez, Campinas, Editora da UNICAMP, 2001, p. 439.

²⁸ Em 1984, o órgão teve o nome alterado para Comisión Económica para la América Latina y Caribe, mas a sigla manteve-se CEPAL.

²⁹ O. Ianni, *Sociologia da sociologia...*, art. cit., pp. 218-219.

metamorfose engendre automaticamente problemas, ainda mais sérios, para o conhecimento científico, pois os sociólogos, se formados e treinados com fins técnicos, não representariam essa condição (e, também, esquema) de produção como problema, ao contrário, estariam como peixes na água, e suas verdades científicas e técnicas seriam a mais pura verdade da ciência. Ainda assim, Ianni não deixa de ter razão ao apontar que há conseqüências indelévels para as pesquisas realizadas com esse fim.

À medida que o sociólogo se transforma em técnico, observava ele, o seu instrumento de pesquisa tenderia a refinar-se, quer dizer, os instrumentos deveriam se aprimorar e também se livrar dos excessos, das impurezas, para atender os imperativos de uma atividade, agora, técnica. Desse refinamento, decorre, segundo ele, a necessidade de organizar o trabalho científico alicerçado na manipulação de variáveis. Pois, as exigências práticas presentes na atividade do técnico impunham que a pesquisa se realizasse em período de tempo estipulado previamente, atendesse a recursos financeiros e humanos prefixados em orçamentos e alcançasse conclusões precisas e sumárias.

Veja, Ianni não está a criticar o conhecimento científico tecnicamente orientado, ele está a mostrar que essas transformações nas configurações sociais da vida e no pensamento científico, quando são conseqüências da racionalização, conduzem a pesquisas estruturadas da maneira acima e mais ou menos determinadas pelas condições sociais de sua produção. Como conseqüência necessária de tudo isso, a metamorfose do sociólogo em técnico faz com que este eleja variáveis quantificáveis como focos de observação e interpretação.

À medida que o sociólogo se modifica num técnico, o seu instrumento de investigação e reflexão tende a refinar-se. É aí que reaparece de uma maneira clara e impositiva a necessidade de organizar a atividade intelectual com base na manipulação de variáveis. As exigências práticas impõem que a pesquisa se realize em período de tempo predeterminado, atenda a recursos financeiros e humanos prefixados e alcance conclusões precisas e sumárias. Muitas vezes, essas conclusões devem ser suscetíveis de comparação com resultados obtidos em estudos paralelos, realizados ao mesmo tempo em outras comunidades ou nações. Tudo isso envolve a eleição de variáveis quantificáveis, como focos de observação e interpretação.³⁰

Vê-se, assim, que a falsidade do dilema teórico entre indução qualitativa e indução quantitativa reside numa transformação da prática do sociólogo, a qual o leva a atender a mudanças na demanda por seus produtos, a qual se produz com a transformação na relação entre o espaço de produção e o de consumo, neste os clientes como a burocracia estatal e a privada passam a jogar um papel efetivo no consumo dos produtos sociológicos e a possibilitar a

³⁰ *Ibid.*, p. 219.

produção de produtores e produtos a partir de outro sistema de disposições, este sistema feito homem é o técnico, isto é, o processo de racionalização intelectualista tornado homem ou incorporado pelo agente.

A “eleição” da indução quantitativa e, logo, das variáveis quantificáveis não seria resultado de uma disputa teórica, que se configuraria em dilema, e sim de uma razão prática engendrada pelas modificações na função social do sociólogo ou, mais especificamente, na metamorfose do sociólogo em técnico. As crisálidas desse processo seriam instituições de pesquisa e ciência orientadas para objetivos práticos, técnicos e tecnológicos, as quais atenderiam as demandas tanto de formação técnica quanto de execução técnica. Exemplos desse tipo de instituição seriam o ILPES, a FLACSO, o CLAPCS etc.

Para finalizar, Ianni consegue demonstrar como a emergência do “técnico em assuntos sociais” enreda-se, uma vez mais, na transformação da configuração social da vida e na reciprocidade desta com a estrutura do pensamento científico.

“Realidade social e problemática sociológica”

Não há como fazer uma ciência das obras, sem considerar a problemática com e contra a qual os produtores culturais (artistas, escritores, filósofos, cientistas) “criam”, “realizam”, “pensam”, “descobrem”, numa palavra, produzem. Isso também é verdade para a pesquisa sociológica. Por isso, Ianni debruça-se sobre a problemática sociológica de seu tempo e a relação entre esta e a “realidade social”. Reservado para tal objetivo está o bloco de texto “Realidade social e problemática sociológica”.³¹

Após explicitar e demonstrar a efetiva relação entre “o engajamento do sociólogo no seu tempo”, a mudança em sua função social e a transformação das demandas para com sua atividade, após verificar que os dilemas da sociologia, resumidos na polêmica sobre as formas de indução, relacionam-se com a metamorfose do sociólogo em técnico, e após sempre descobrir, na base de tais transformações, as convergências entre as configurações sociais e o pensamento científico, Ianni traça o quadro da problemática na qual os sociólogos agem enquanto sociólogos e encontram o princípio de sua prática.

A problemática foi dividida em três elementos principais, tema, técnica e teoria. O tema é o objeto em que a técnica e a teoria podem se efetivar. A técnica é o método pelo qual a pesquisa se

³¹ *Ibid.*

realiza, ela tanto pode estar incorporada, sem nunca ascender à consciência, quanto pode estar objetivada em instrumentos, máquinas ou procedimentos de pesquisa. A teoria é a objetivação e a sistematização dos resultados de uma pesquisa ou reflexão, as quais têm fins mais ou menos generalizantes e também mais ou menos interpretativos, ademais pode se configurar em modelo explicativo ou compreensivo. Os três elementos em conjunto configuram a problemática. E o conjunto de problemáticas individuais configura a problemática de um determinado estado da ciência.

A problemática pode ser analisada segundo dois momentos distintos, o da realização da pesquisa e o da crítica das realizações e contribuições, ou, mais simplesmente, o momento da produção e o momento do produto. Em ambos os momentos, há uma problemática atuante e inteligível. Toda a produção e tudo que é produzido na ciência têm como princípio uma problemática da ciência, seja por esta, seja contra esta.

De modo geral, quer dizer, a respeito da *problemática*, havia uma formulação inadequada e uma transferência desta de outros países para os latino-americanos. Contudo, iniciava-se um movimento não articulado de revisão crítica das contribuições e realizações da sociologia na América Latina. Desse modo, no que tange à realização de pesquisas, a problemática estaria a passar por uma re colocação. Na qual encontra-se uma tendência acentuada no sentido de focalizar uma problemática substantiva, a qual se caracterizava por deixar em segundo plano os temas menos fundamentais, tanto prática quanto teoricamente.

A respeito do *tema*, encontrava-se uma preocupação pelo “exótico”, uma problemática que se conformava a preocupações consideradas satisfatórias noutros países, ademais uma transferência inadvertida e sem adequação de uma dada visão empírica e teórica do tema. Assim, o processo de elaboração e desenvolvimento do pensamento científico na América Latina tinha sido afetado negativamente pelo fato de que a incorporação e a utilização daquele pensamento tinham sido acompanhadas de uma inadequada formulação de problemas. Noutras palavras, os cientistas sociais, nativos ou estrangeiros, envolvidos nesse processo, nem sempre preocupavam-se satisfatoriamente com a eleição dos temas substantivos em cada sociedade nacional.

Ainda assim, no bojo daquele movimento articulado de revisão crítica, o campo da temática da ciência passaria por uma revisão crítica. Essa estaria presente na realização das pesquisas, na qual as novas correntes da sociologia na América Latina caracterizavam-se pelas suas

contribuições reais ao conhecimento da realidade. Isso por meio da abordagem dos grandes temas da sociologia na América Latina, a qual ainda estava nos seus começos.

Essa abordagem encontrava-se em alguns programas desenvolvidos em instituições de pesquisa, os quais indicavam uma tendência acentuada no sentido de focalizar uma problemática substantiva, como dito acima, a qual se concentrava em temas mais fundamentais, prática e teoricamente. Naturalmente ainda havia assuntos que sequer eram aflorados, ou o eram de modo fragmentário, ou numa linguagem esópica. Eram temas que se impunham, pois que resultavam da própria dinâmica da realidade social latino-americana, e possibilitavam o exercício científico da imaginação sociológica.

Quanto à *técnica*, havia um interesse insuficiente por questões básicas da metodologia da investigação e da interpretação. A problemática conformava-se a estilos de abordagem considerados satisfatórios noutros países. Mesmo assim, na esteira daquele movimento de revisão crítica, o campo da metodologia da investigação passava por uma revisão. Porém, no âmbito da crítica da metodologia da investigação e das interpretações, o processo estava em seus primórdios. No entanto, à época, algumas correntes recentes na sociologia na América Latina estavam começando a submeter a uma crítica construtiva as experiências e os erros acumulados de metodologia da investigação e das interpretações.

Por fim, no que dizia respeito à *teoria*, a bibliografia sociológica na América Latina revelava escassa preocupação com questões teóricas, ao contrário do que afirmavam alguns críticos. No campo da teoria, a maior parte da atividade dos sociólogos consistia na preocupação com a assimilação e difusão de contribuições formuladas nos Estados Unidos, na Europa, Alemanha, França etc. Contudo, como um dos objetos daquele movimento de revisão crítica, o campo das orientações teóricas também passava por uma revisão. Ainda no que tangia à realização de pesquisas, as teorias interpretativas também estavam a passar por uma re colocação. Aquelas novas correntes da sociologia na América Latina também se caracterizavam pelas suas preocupações teóricas inovadoras.

A problemática consiste numa prática na qual o tema, a técnica e a teoria são elementos estruturais, os quais podem ser reunidos na fórmula:

$$\underset{\text{campo}}{\text{tema}} + \left(\underset{\text{habitus}}{\text{técnica}} + \underset{\text{capital}}{\text{teoria}} \right) = \underset{\text{prática}}{\text{problemática}}$$

A variação diferencial dos elementos estruturais conforma as diferenças na problemática de um estado da ciência. Como se vê no resumo da análise de Ianni sobre a problemática daquele momento, as diferenças entre os sociólogos, sua produção e seus produtos pode ser analisada pelas diferenças que se estabelece entre eles a respeito do tema, da técnica e da teoria. Assim, ao observar o quadro traçado por Ianni a respeito da problemática da sociologia à época, poder-se-ia, segundo os elementos diferenciais, recortar classes de problemáticas. Na verdade, se se seguir o que é explicitamente colocado por ele, ter-se-á duas classes de problemática. Porém, há uma terceira classe oculta, que também deve ser trazida à luz, ademais precede ambas cronologicamente, mas era mais eficiente em posições sociais externas às posições universitárias.

A primeira classe de problemática definia-se por uma espécie de *assimilacionismo* temático, informado por países do atlântico norte; uma complacência internacionalista; um risco de colonialismo cultural; uma produção feita na universidade e calcada num caráter científico; e tinha Roger Bastide como figura de referência.

A segunda classe de problemática definia-se por um *revisionismo* crítico, informado por “mestres estrangeiros”; com isso, uma aspiração de exorcizar o beletismo e o estilo intelectual de café; um caráter científico internacionalmente orientado; uma resistência à colonização cultural calcada num projeto de autonomia cultural; uma assunção da brasilidade da Semana de Arte Moderna de 1922 dentro da universidade; uma “marcação, para ‘dentro’, do caráter *científico* da sua atividade (para isso distinguindo-se de uma ‘pré-ciência’) e, para ‘fora’, do caráter *nacional* da sua inserção [internacional]”;³² uma aspiração de estabelecer uma problemática própria que mantivesse relações com os dois grupos de referência representados pelas figuras de Roger Bastide e Oswald de Andrade; e tinha Florestan Fernandes como figura de referência desta utopia, no sentido de um posicionamento sem posição assegurada, ou num lugar inexistente.

A terceira classe de problemática definia-se por algo de *beletismo* nacionalista; aquela brasilidade da Semana de Arte Moderna de 1922; seu caráter pré-científico, segundo alguns críticos; a isso somava-se, uma produção realizada fora da universidade, a qual passava a

³² Otávio Guilherme Velho, *Processos sociais no Brasil pós-64: as ciências sociais*, em Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida, organizadores, *Sociedade e política no Brasil pós-64*, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 243, grifos no original.

concentrar “o trabalho intelectual”; o estilo de intelectual de café; e tinha Oswald de Andrade como figura de referência.³³

Doutro modo, e retomando Ianni, pode-se dizer que, a respeito do tema, a primeira problemática, pelo lado da *produção*, ocupava-se do “exótico”, este carregava dois sentidos, estrangeiro e excêntrico, ambos engendravam-se com a adoção do ponto vista externo, exterior, estrangeiro, na pesquisa sobre as práticas sociais; enfim, os nacionais, indígenas ou alienígenas, observavam os agentes, elegiam os temas e analisavam os resultados de pesquisa desde uma perspectiva estrangeira; daí a eleição de temas que escapavam ao “padrão social” estadunidense ou europeu, numa espécie de alienação do ponto de vista, isto é, este passava a situar-se “fora”, não só quanto ao objeto, e também quanto ao sujeito da pesquisa. Orientava seus interesses e preocupações temáticos de acordo com configurações particulares satisfatórias noutros campos sociais ou científicos nacionais. Caracterizava-se, assim, pela formulação de problemas inadequada, porque alienada ao campo de produção, o que manifestava-se com a falta de preocupação em se investigar “os temas substantivos”, quer dizer, aqueles impostos pela “realidade social”, prática ou teoricamente, os quais deveriam ser enfrentados pelos sociólogos nacionalmente situados. E, pelo lado do *produzido*, operava com a inadequação dos resultados empíricos e das interpretações teóricas presentes nas obras estrangeiras, as quais constituíam o espaço de temas inadvertidamente transferidos e atuantes nas práticas científicas nacionais.

A segunda problemática, pelo da *produção*, abordava “os grandes temas” concernentes às sociedades nacionais, os quais se impunham porque engendravam-se nas relações de força e de luta dessas sociedades e resultavam numa real contribuição ao conhecimento do mundo social. Estava restrita a poucos centros de pesquisa, dispersos pela América Latina: · *Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Brasil; · *Instituto de Sociología* de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina; · *Escuela Nacional de Ciencias Políticas y Sociales* de la Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, México; · *Instituto de Investigaciones* de la Facultad de Economía de la Universidad Central de Venezuela, Caracas, Venezuela; e · *Universidad de Colombia*, Bogotá, Colômbia; dentre os mencionados (note-se que a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências

³³ Para reconstituir essa terceira classe de problemática, não aventada mas presente nas entrelinhas em Ianni, e os elementos de distinção entre ela e as outras, recorri a Florestan Fernandes (*Sociologia no Brasil*: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento, Petrópolis, Vozes, 1977, pp. 213-258) e O. G. Velho (Processos sociais no Brasil pós-64, art. cit., pp. 242-244).

Humanas da Universidade de São Paulo não figura nessa constelação de centros da “nova corrente sociológica”, isto talvez tenha se dado ou porque quem enunciava já constava nos quadros da antiga faculdade da Maria Antônia —o que acarretava uma menção antecipada— ou numa tentativa de se evitar um inconveniente cabotinismo —o qual poderia tornar necessário estender a listagem de tais centros para não ferir suscetibilidades, talvez por isso essa enumeração encerrava-se com um oportuno “etc.”). Indicava, porém, a possibilidade de pesquisar desde uma “problemática substantiva”, a qual se diferenciava por se concentrar em temas eleitos por princípios práticos (no sentido de relevantes para a ação e mudança sociais) e teóricos (no sentido de relevantes para o conhecimento e o pensamento científico sobre o mundo social). Pelo do *produzido*, empreendia a revisão do espaço temático das ciências sociais latino-americanas, a qual partia de uma crítica fundamentada na vinculação social entre o tema sociológico e o tempo social, isto é, a correspondência entre o pensamento científico e o período estudado ou conhecimento sociológico e configuração social. E, junto a isso, assumia a brasilidade de 22, o que recolocava no repertório de possibilidades da sociologia os “avós” intelectuais, como disse Velho,³⁴ porém avalizados pela crítica fundamentada nos “ensinamentos dos sociólogos de gerações anteriores, nacionais e estrangeiros”, sobretudo os estrangeiros, pois essa problemática se desafiava a ter inserção internacional.

A terceira problemática, pela *produção*, orientava-se pela Semana de 22, o que marcava seu caráter nacional. Compartilhava o repertório e a tradição literários. Situava-se fora da universidade, poder-se-ia dizer que atuava no campo intelectual, para o qual a universidade era mais um subcampo. Daí aparecer nas entrelinhas da análise da sociologia latino-americana, e não explicitamente. E, pelo *produzido*, apresentava críticas e uma certa refrangência ao que se fazia na universidade, o que pode ser observado em Florestan, quando este afirmava que Oswald de Andrade ou “os que vinham de antes” não o haviam compreendido e a sua geração e exageravam o “lado sério” de *scholars*, Oswald os gozava com o epíteto de “chato-boys”.³⁵ Tanto a crítica quanto à postura refratária aos “chato-boys”, isto é, a geração de Florestan, era o conflito de dois estados do campo intelectual, por um lado, o da prevalência da atividade literária ou orientada pela literatura como representação legítima do mundo social (Oswald), e, por outro, o do avanço da atividade universitária, orientada cientificamente, como representação legítima do mundo

³⁴ O. G. Velho, *Processos sociais no Brasil pós-64*, art. cit., p. 244.

³⁵ F. Fernandes, *Sociologia no Brasil*, *op. cit.*, p. 217.

social porque cientificamente produzida e internacionalmente fundamentada (Bastide, Fernandes).

A respeito da técnica, a primeira, pela *produção*, apresentava escasso e insatisfatório interesse por questões básicas de metodologia investigativa e interpretativa. Lançava mão de abordagens pouco satisfatórias para a pesquisa de objetos contidos no conjunto de universos sociais da América Latina, as quais, porém, eram tidas como suficientes e satisfatórias noutros países, mais precisamente, os da Europa e dos Estados Unidos. Inscrevia-se numa perspectiva internacional de ciência, ou seja, se orientava pelas técnicas, mas também temas e teorias, que haviam ascendido a um *status* internacional, daí o papel desempenhado pelos organismos internacionais como “guias” dessa problemática. E, pelo *produzido*, não havia muito que ser dito, pois a transferência dos temas era acompanhada pela transferência, concomitante, das técnicas e teorias, relativas a visão empírica e teórica tida sobre o tema.

A segunda, pela *produção*, começava a fazer a crítica e, logo, o uso crítico das metodologias investigativa e interpretativa disponíveis, quer dizer, acumuladas ao longo da história do campo. E, pelo *produzido*, revisava-se as experiências e erros acumulados a respeito de metodologia, os quais poderiam ser úteis, se submetidos à “crítica construtiva”, quer dizer, reabilitadora, nada se perdia.

A terceira, pela *produção*, se pautava pelo beletismo, no qual a técnica estava mais próxima da produção literária do que da “científica”. Escapava ao cânone da metodologia científica, sobretudo por não depender dos lucros simbólicos provenientes da atuação universitária, especialmente, porque se realizava “fora” da universidade, ainda que “dentro” do campo intelectual. Encarnava o estilo de intelectual de Café, como destacava Fernandes.³⁶ Pelo *produzido*, não havia razão para se debruçar sobre os lances já dados, quer dizer, as obras realizadas, e não havia o acúmulo como projeto, qual aparecia no trabalho científico, pelo menos como ideal, a originalidade era a meta. E debruçava-se, sim, sobre as obras alheios para se fazer o trabalho de crítica, talvez aí tangenciava-se a crítica de algum elemento técnico (o qual poderia ser a “chatice” ou “seriedade”, como no epíteto de “chato-boys”, pregado por Oswald sobre a geração de Florestan).

³⁶ *Ibid.*, pp. 213-258. Talvez quem melhor tenha encarnado esse estilo no mundo intelectual fora Jean-Paul Sartre, consigo, o filósofo passava, a escrever à mesa dos cafés, como faziam os escritores (cf. P. Bourdieu, *As regras da arte, op. cit.*, pp. 238-242).

A respeito da teoria, a primeira, pela *produção*, também apresentava escassa preocupação com questões teóricas. Difundia com suas obras as contribuições teóricas produzidas noutros espaços de produção, sobretudo europeus e estadunidenses. E, pelo *produzido*, esforçava-se em assimilar essas contribuições formuladas no exterior: os manuais, dicionários e artigos em revistas especializadas seguiam nessa orientação.

A segunda, pela *produção*, recolocava criticamente as teorias interpretativas herdadas da história da ciência. Era conduzida por novas correntes sociológicas, as quais se caracterizavam por uma atividade a respeito da teoria que se revelava inovadora. E, pelo *produzido*, também revisava-se o espaço de possíveis teóricos, conforme uma orientação crítica em que levava-se em conta a reciprocidade entre a ciência e a consciência social e a necessidade de autonomia cultural.

A terceira, pela *produção*, encontrava-se dentro dos mesmos limites encontrados a respeito da técnica: era estruturada a partir de outro jogo que, se não tinha regras antagônicas, aceitava armas e apostas diferentes ou usadas diferentemente em relação ao jogo científico, em sentido restrito, pois, se se disputava a verdade legítima sobre o mundo social (e natural) em ambos os jogos, isso era feito a partir de modos diferentes. Continha teorias, interpretações etc., mas que provavelmente não seriam aceitas como válidas no campo da ciência, pelo menos não antes de passarem ou serem conduzidas às devidas alfândegas teóricas, estas internacionalmente orientadas, o que não significa, de imediato, colonizadas. Pelo *produzido*, defrontava com os mesmos limites impostos por sua condição particular no campo intelectual (em que o beletismo perdia espaço para o cientificismo) e no campo científico (em que nenhum pensamento não fundamentada nos cânones científicos, sobretudo calcado em variáveis quantitativa, era bem visto, quer dizer, reconhecido e recompensado, simbólica e materialmente). Era arrastada, assim, a um trabalho assistemático de reflexão e pensamento, não obstante sua consistência isolada ou interna, e a uma falta de acúmulo, os quais a deslegitimavam frente aos novos padrões de pensamento trazidos com as missões estrangeiras, mesmo que fossem luzes nunca antes lançadas sobre objetos, talvez, nunca antes atinados. Enfim, quer em relação à produção, quer em relação ao produzido, enquadrava-se na definição daquilo que chamava-se (e ainda se chama) por

“ensaísmo”, ou seja, a atividade dava-se conforme os marcos do ensaio, daí provinha a pecha que a caracterizava como “pré-científica”.³⁷

Problemática	<i>produção</i>	<i>difusão</i>	<i>crítica</i>	<i>beletrismo</i>
	<i>produzido</i>	primeira <i>assimilação</i>	segunda <i>revisão</i>	terceira <i>crítica</i>
tema	<i>produção</i>	·transferência ·internacionalmente proveniente	·recolocação ·nacionalmente orientada ·“temas substantivos”	·inovação/continuação ·nacionalmente orientada
	<i>produzido</i>	·inadequação ·internacionalmente proveniente	·adequação ·nacionalmente orientada ·internacionalmente proveniente	·inovação/continuação ·nacionalmente orientada
técnica	<i>produção</i>	·ciência ·internacionalmente orientada ·universitariamente proveniente	·ciência ·internacionalmente orientada ·universitariamente proveniente	·beletrismo, “ensaio” ·pré- ou anti-universitária ·diletaante/não-profissional
	<i>produzido</i>	·inadequação/aplicação	·revisão ·nacionalmente proveniente ·internacionalmente proveniente	·auto-referência
teoria	<i>produção</i>	·difusão (para dentro) ·nacionalmente destinada ·internacionalmente proveniente	·inovação ·nacionalmente orientada ·internacionalmente destinada	·assistemático (“pré-ciência”)
	<i>produzido</i>	·assimilação ·internacionalmente proveniente	·revisão ·nacionalmente proveniente ·internacionalmente proveniente	·crítica

“A reintegração das ciências sociais”

Pode-se analisar a problemática segundo os elementos estruturantes, tema, técnica e teoria, o modo de produção e relação com o produzido, passado e atual, próprio e alheio, e as classes de diferenças em relação ao tema, a técnica, a teoria, a produção e o produzido, as quais correspondem a classes de problemáticas, que apesar de comportarem diferenças internas, definem-se, sobretudo, pela diferença que estabelecem com outras classes de problemáticas.

À medida que se autonomizam e as diferenças se institucionalizam, essas classes de problemáticas podem ser constituídas em disciplinas, por exemplo, as disciplinas científicas, nas quais um conjunto de diferenças e variações é defendido e afirmado como autônomo e específico em relação às outras diferenças ou às outras classes de problemáticas, de tal modo que se possa estabelecer uma fronteira simbólica (e institucional) entre essa disciplina emancipada e aquela da qual originara-se e as outras que as circundavam.

³⁷ O. G. Velho, Processos sociais no Brasil pós-64, art. cit., p. 243.

As disciplinas são produtos de lutas que transformam as relações de força dentro de uma problemática, a ponto de possibilitar divisões que se objetivam material e simbolicamente, seja em títulos, leis, orçamentos, seja em departamentos universitários homônimos, escolas ou faculdades próprias, profissionalização, dentre outras coisas. Dessa maneira, as disciplinas são a expressão relativamente autônoma e institucionalizada de uma certa problemática, o que fá-las também uma categoria de análise possível.

Ianni encerra sua reflexão com essa categoria, isso para compreender a relação entre as disciplinas das ciências sociais e os caminhos possíveis e mais “substantivos” para esta relação, enfim, tratava-se de trazer à baila a questão a respeito da (re)integração das ciências sociais.

Ele verificava que a sociologia retomava nas produções mais recentes, à época, os seus contatos com a economia política, a história, a ciência política, a antropologia. Nesse ponto, porém, trata-se aqui daqueles casos em que, a meu ver, o enunciado está em forma de constatação, mas, quando confrontado com o contexto, revela-se uma aspiração. Os indícios desses contatos da sociologia com outras disciplinas são insuficientes. Na verdade, os exemplos concretos são retirados da economia política, os quais também são passíveis de crítica. A respeito da sociologia, os exemplos são abstratos, aliás, calcados numa reflexão teórica (ou hipotética), válida mas insuficiente para justificar uma tal constatação.

Logo, esse bloco de reflexões, a meu ver, deve ser lido como um saudável utopismo, no qual seu autor recorre à imaginação sociológica sustentada por virtualidades sociais, e não por realidades. Noutras palavras, ventila-se a reflexão sobre as disciplinas das ciências sociais com possibilidades, horizontes, perspectivas.

Enfim, Ianni tomava, na verdade, uma posição a respeito de qual devia ser a relação entre as ciências sociais enquanto disciplinas, que era a de integrá-las, aliás, reintegrá-las, pois já antes “elas se achavam integradas numa mesma visão fundamental, em obras como as de Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx.”³⁸

Antes de avançar, cabe uma breve retomada da reflexão de Ianni, ao modo de uma “interpretação globalizadora”. O primeiro bloco trouxe consigo os pressupostos analíticos a

³⁸ O. Ianni, *Sociologia da sociologia...*, art. cit., p. 226. Para fazer essa afirmação, Ianni fundamenta-se em Georg Lukács (*El asalto a la razón*, Tradução de Wenceslao Roces, Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, 1959, especialmente, pp. 471-473).

respeito da relação entre a problemática sociológica e a realidade social, ou, genericamente, a ciência e a consciência social.

O seguinte tratou da principal divisão na problemática sociológica e que era a respeito da teoria. Essa divisão era apresentada como um dilema teórico representado pelos modos de indução.

O próximo analisou como a reciprocidade entre o pensamento científico e as configurações sociais afetava a problemática quanto à técnica, aquela levava a transformações que desembocavam na metamorfose do sociólogo em técnico, o que se relacionava com a emergência do falso dilema teórico da sociologia latino-americana, pois tanto a teoria quanto a técnica da problemática sociológica estavam sendo transformadas pela mudança que ocorria no espaço dos consumidores dos produtos das ciências sociais, pois nestes entravam agentes e instituições como a burocracia estatal e a privada.

O penúltimo tratou da problemática no que tange ao tema, por isso reaparecem a teoria e a técnica, pois ambas podem ser temas, isto é, tornar-se objetos de investigação, como também aparecem os temas já tratados pela sociologia e os que poderiam ser tratados, quer dizer, os temas atuais e potenciais, à época.

E o último, o agora discutido, trata da problemática das ciências sociais enquanto disciplinas e, especialmente, da problemática sociológica enquanto disciplina em relação às outras.

De certa forma, esse bloco é uma continuação do bloco anterior, já que é a partir da análise do tema, quer dizer, dos objetos com que a sociologia se defronta, que Ianni verificava a abordagem, ainda no começo, d'“os grandes temas das sociedades latino-americanas”, os quais demandavam das disciplinas um intenso intercâmbio entre as técnicas, os temas e as teorias, os quais eram monopólios das mesmas e as definiam. Naturalmente, esse intercâmbio era necessário apenas se se quisesse dar um tratamento adequado a esses grandes temas.

Por exemplo, o tema das mudanças sociais, caro à sociologia, dependia do domínio das reflexões do economista sobre os processos econômicos que estavam ocorrendo nos países latino-americanos. Como no caso das transformações sociais em curso na região nordeste brasileira, as quais somente podiam ser compreendidas quando se conhecesse a estrutura econômica da região,

tanto internamente quanto em suas determinações externas, os diversos modos de organização técnica e social da produção, os programas e as atividades da SUDENE³⁹ e outros órgãos atuantes na região. O mesmo valia para a reforma agrária no México, na Bolívia, os conflitos sociais no meio rural na Venezuela, na Colômbia, pois todos envolviam processos econômicos que o sociólogo não podia desconhecer. Ou, noutra esfera das mudanças sociais, o tema da ordem política, caro à ciência política, como no caso das análises sobre o peronismo, as quais não podiam prescindir da cooperação entre a sociologia e a ciência política. E também no caso da revolução mexicana, a qual envolvia, em seus desdobramentos pacíficos e violentos, “processos políticos, sociais, econômicos, ecológicos, demográficos etc.”,⁴⁰ os quais impunham a colaboração entre diferentes especialistas. Ou na economia política, tema próprio e apropriado pela economia, em que os economistas se viam obrigados a lançar mão de contribuições de sociólogos para avançar em seus estudos ou realizavam eles mesmos reflexões de natureza sociológica. Isso podia ser verificado tanto nas análises realizadas pelos quadros da CEPAL como nas “explorações teóricas” de Anibal Pinto, Noyola, Ahumada, ou Celso Furtado.

Não é só pelo caráter exemplar de “reintegração das ciências sociais” que o nome de Celso Furtado figura no texto de Ianni. A meu ver, o que ocorria nesse momento da escrita era uma clivagem sócio-histórica em que Ianni dava a deusa para dedicar um longo parágrafo, alicerçado em dois longos excertos do pensamento de Furtado, ambos retirados de seu *Dialética do desenvolvimento*, e que encerrava-se com uma espécie de denúncia do que se passava no Brasil naquele momento. Na verdade, este é o único ponto do texto em que o contexto histórico pelo qual os cientistas sociais estavam envolvidos aparece de maneira explícita, pois, como já foi dito, na data em que Ianni discursava o conteúdo de seu texto, o golpe de 64 aniversariava.

Segundo Ianni, no livro de Furtado, estavam simbolizados alguns dos principais dilemas do cientista social nos países “em luta contra o subdesenvolvimento”. De um lado, ao combinar a interpretação e a intervenção planejada sobre os processos econômicos, a obra refletia o conflito de exigências intelectuais e políticas que cercavam a atividade do cientista. O que era ilustrado com este belo excerto: “A responsabilidade dos intelectuais em nenhuma época foi tão grande como no presente. E essa responsabilidade vem sendo traída pela ação de uns e a omissão de outros. (...) Mas, não se pode desconhecer que o intelectual tem uma responsabilidade social

³⁹ Sigla para Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste.

⁴⁰ O. Ianni, *Sociologia da sociologia...*, art. cit., p. 224.

particular, sendo como é o único elemento dentro de uma sociedade que não somente pode, mas deve, sobrepor-se aos condicionantes sociais mais imediatos do comportamento individual”.⁴¹ Esta concepção estava muito próxima da sociologia da *intelligentsia*, formulada por Karl Mannheim. E refletia a decisão intelectual de responder objetivamente às solicitações dos problemas práticos e urgentes, porém, essa também era uma opção política, indiscutivelmente. Por outro lado, a primeira parte do livro, homônima ao título, destinava-se a formular uma concepção globalizadora da realidade, em que o econômico e o político aparecem na tessitura social, nas relações entre os homens. Recolocava-se, em particular, o problema das relações entre as classes durante a formação do capitalismo industrial. Ilustrava-se isso com outro ótimo trecho pinçado de Furtado: “Hoje em dia, o comportamento da massa trabalhadora urbana e rural é de importância fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país, o que significa que esse comportamento deve incorporar-se ao processo político. Essa ampliação das bases políticas é essencial para que tome o seu rumo definitivo, com o custo mínimo para a coletividade, o processo de transformações sociais que já está em curso de realização”.⁴² Nesse ponto, o cientista social estava a trabalhar no âmbito do processo histórico global, em que a visão integrada das ciências sociais era indispensável. E encerra Ianni com uma sentença seca e serenamente solidária a Furtado, a qual compartilha-se *ipsis litteris*: “Em abril de 1964 foram cassados os direitos políticos do autor dessas reflexões.”⁴³

Sem dúvida, cada caso selecionado fazia ressurgir o problema das vinculações entre as ciências sociais, com disse apropriadamente Ianni. De certo modo, recolocava o tema da reintegração dessas disciplinas. Num certo sentido, almejava-se escapar um pouco à história, a qual modificara “o campo da atividade científica” por meio, segundo ele, do progresso da divisão do trabalho científico e da necessidade prática, teórica e ideológica de fragmentação do real, o que havia desenvolvido as ciências sociais como disciplinas autônomas.

Essa utopia alimentava-se dessas centelhas que eram as problemáticas em transformação, as quais deveriam atentar-se para “o problema da metamorfose dos eventos sociais, por exemplo, do econômico em político” —como não pensar que há aqui uma alusão ao surgimento das ditaduras

⁴¹ Cf. Celso Furtado, *Dialética do desenvolvimento*, Editora Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1964, pp. 9-10, ou O. Ianni, *ibid.*, p. 225.

⁴² Cf. C. Furtado, *ibid.*, pp. 87-88, ou O. Ianni, *ibid.*

⁴³ Cf. O. Ianni, *ibid.*

latino-americanas?—, um fenômeno que escapava à observação e à interpretação do sociólogo cego às várias dimensões do real.

Essas centelhas utópicas também eram as obras como a de Celso Furtado, a qual, por exemplo, ao simbolizar os dilemas do cientista social (quantitativo e qualitativo, intervenção e interpretação, prática e teoria, isenção e engajamento, etc.), era uma dentre essas “expressões de uma época de crise nas ciências sociais”, a qual poderia, segundo Ianni, produzir resultados notáveis.

Mas indubitavelmente era uma crise que envolvia a problemática da sociologia. Pois encontravam-se novamente em confronto as orientações teóricas fundamentais, a sociologia como disciplina científica que pode proporcionar conhecimentos úteis à ação prática, sendo exterior e independente do objeto, e como conhecimento que constitui-se em uma dimensão da realidade, aglutinando sujeito e objeto, conhecimento e existência. No entanto, em ambos os casos a sociologia aparecia, segundo Ianni, na constituição dos fenômenos sociais, ou ainda, da própria realidade. O encerramento da reflexão de Ianni acontece nesse ponto em que, para ele, “a ciência e a consciência social se unem.”⁴⁴

Sem ainda fazer concessão alguma ao olhar retrospectivo, poder-se-ia dizer que *Sociologia da sociologia da América Latina* possui dois encerramentos, dois finais. Um que encerra o parágrafo sobre Celso Furtado e noticiava à assistência internacional no Hotel Glória a sua cassação política antanho: considerações que podem ser tomadas como uma homenagem ao autor de *Dialética do desenvolvimento* e gesto de solidariedade entre agentes sociais, cientistas sociais, homens, passando por cima das fronteiras fictícias, mas não menos restritivas, das disciplinas, numa espécie de reintegração primeiro entre os agentes, a qual precedia a integração, ou solidariedade, disciplinar.

E outro que, dois parágrafos depois, encerra o texto, já que a reflexão talvez tenha se findado com o primeiro encerramento, que debatia-se com o peso da história sobre a estrutura do pensamento científico. Mas esse segundo desfecho poderia também ser tomado como uma tentativa de escapar, de fato, à história, na qual reintegrar as ciências sociais seria apenas uma expressão da autonomia desse campo social, a qual deveria ser conquistada e defendida a cada momento, e na qual as cassações políticas seriam um revés passageiro que indicava um momento crítico mas criador, também.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 227.

No parágrafo que se espreme entre os “dois encerramentos”, poder-se-ia encontrar o fundamento para tal prospecção neste excerto: “Há dimensões do real, há manifestações dos processos da realidade, que somente se tornam inteligíveis quando o cientista apanha as suas várias nuances, tendências e virtualidades.”⁴⁵

Fazendo agora concessão ao olhar retrospectivo, pode-se afirmar sem dúvida que sociologicamente a reflexão finaliza-se com primeiro encerramento, pois tanto seu autor quanto a classe de problemática em que se inscrevia seriam profundamente afetados pelas transformações na ordem política que vieram à luz em 1964, na qual a cassação política de Celso Furtado, mas também do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, dentre outros, eram apenas o estertor desse estado do campo das ciências sociais, o qual veria nos anos seguintes a transformação de suas relações de força e de luta, a qual culminaria com a reforma universitária de 1968/69 e também com a aposentadoria compulsória de vários professores universitários, dentre eles estavam o que convencionou chamar-se por “escola sociológica paulista”, tradição de pesquisa e prática científica em formação e que se inscrevia na segunda classe de problemática sociológica, era encabeçada por Florestan Fernandes, o qual havia orientado pesquisas de Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, dentre outros. Esses e outros sociólogos, ou cientistas sociais, constavam nas listas dos funcionários públicos aposentados compulsoriamente pela ditadura militar com o ato institucional de número 17 de 1969.

Conclusão

Octavio Ianni lega, com *Sociologia da sociologia na América Latina*, a última aporia de uma ordem científica que desvanecia: a qual está representada na presença, consciente ou inconsciente, de dois encerramentos possíveis para a mesma reflexão. Ambos eram racionais e razoáveis, porém conduziam a conclusões contrárias. Por um lado, a sociologia estaria com um leque maior de possibilidades, o que permitiria, cada vez mais, uma maior autonomia. E, por outro, a sociologia provavelmente encontraria, com a ditadura militar, barreiras para seu desenvolvimento *autônomo*, sobretudo na classe de problemática em que Ianni se inscrevia e aspirava, o que significaria mais e mais heteronomia: os exemplos desse possível, muito provável, foram as cassações políticas, por exemplo, do economista Celso Furtado, então

⁴⁵ *Ibid.*, pp. 226-227.

presidente da SUDENE, ou do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, então deputado federal e membro do ISEB.⁴⁶

A despeito dessa aporia, o estudo de Ianni tornava-se um instantâneo do estado do campo de produção das ciências sociais e, particularmente, da sociologia em 1965. Ao longo dos encadeamentos tecidos a respeito da sociologia e das ciências sociais, o sociólogo desvelava, explicitamente ou implicitamente, a estrutura desse espaço de produção cultural, na qual as divisões práticas tendiam a ser representadas como divisões teóricas, mesmo quando eram no mais das vezes teoricamente infundadas.

Ele traçava os esquemas da produção sociológica, os quais orientavam-se muito mais pelas transformações no espaço de consumidores (como no caso da metamorfose do sociólogo em técnico) do que pelo cânone da metodologia científica, apesar disso, todas as disputas acabavam por assumir a forma de uma disputa teórica (como no caso do falso dilema teórico a respeito das formas de indução).

E inventariava os lances feitos e os a fazer, de modo a situar as obras atuais e potenciais, os temas possíveis e prováveis, as técnicas disponíveis e indesejáveis, as teorias ofertadas e demandadas, enfim, a problemática segundo o seu ponto de vista, quer dizer, a partir de toda sua “representação” da estrutura do pensamento científico ou, mais precisamente, da relação que ele mantinha com sua posição na estrutura do pensamento científico.

Com isso, num esforço de tradução daquilo que atua nos agentes e instituições como conhecimento prático, ele reconstruía o espaço de possíveis inscritos no campo. O qual pode ser utilizado como ponto de partida para se estudar as transformações subseqüentes nas ciências sociais; e, mais especificamente, as condições sociais de possibilidade para a circulação de esquemas de pensamento, modos de ação, formas de representação, etc. até então ineficientes ou inexistentes no campo, por exemplo, o ambientalismo.

Duas razões podem ser mencionadas a respeito da possibilidade de o pesquisador construir, e até explicitar (como tencionou fazer Ianni), o espaço de possíveis inscritos no campo, isto é, a problemática. Primeira, porque as disposições adquiridas pelos pesquisadores, sobretudo pela experiência disciplinar da “cidadela científica”, estão em cumplicidade imediata com o campo em que, em ampla medida, são adquiridas.

⁴⁶ ISEB é a sigla para Instituto Superior de Estudos Brasileiros, outrora sediado no Rio de Janeiro. Essa instituição foi fechada pelos atos discricionários da ditadura militar, também em 1964.

E, segunda razão, e mais importante, porque são tais disposições que lhes permitem construir o espaço dos possíveis específicos inscritos no campo, isto é, a problemática, sob a forma de um estado de discussão, da questão, do saber, pois que ele próprio, o espaço de possíveis, encontra-se encarnado em agentes e instituições, figuras notáveis, conceitos em -ismo etc.

Por serem eficientes no campo, essas mesmas disposições permitem o funcionamento do sistema simbólico proposto pelo campo, conforme as regras que definem o campo e que lhes é imposta com toda força de um constrangimento simultaneamente lógico e social.⁴⁷

Como um iniciado na disciplina da sociologia em sua fase “científica”, Ianni não escapava a isso, o que também o tornava capaz de fazer tal esforço, já que ele havia se deslocado por posições sociais que o conduziram ao cargo de professor assistente de sociologia e lhe permitiam ter esse ponto de vista, o qual espremia-se entre a tradição pré-universitária e a via universitária em consolidação, as quais formavam o seu espaço de possíveis. Dentro do qual, Fernandes e ele, entre outros, aspiravam com suas obras produzir uma outra posição, outros possíveis, enfim, uma terceira classe de problemática, o que se procurou evidenciar por meio da leitura feita aqui.

Sendo assim, a leitura feita busca reconstituir o espaço de possibilidades (e impossibilidades) científicas para sociologia naquele momento (ver quadro com as três classes de problemáticas) e evidenciar também o que estava implícito em *Sociologia da sociologia na*

Primeira problemática	Segunda problemática	Terceira problemática
técnico	← scholar →	intelectual de Café
quantitativa	→ ←	qualitativa
descrição	→ ←	interpretação
ciência	→ ciência →	beletrismo/literatura
internacional	← nacional ←	nacional
monografia	→ ←	ensaio
análise	→ pesquisa original ←	síntese
Bastide	→ Florestan ←	Oswald
universitário	→ universitário →	extra-universitário
empírico	→ ←	conceptual/teórico
instrumental	→ ←	especulativo
prática	→ ←	teoria
empirismo	→ ←	racionalismo
assimilação	← revisão →	crítica
Comte	→ ←	Marx
microsociologia	→ sociologia crítica ⁴⁸ ←	macrossociologia
profissional	→ profissional/intelligentzia →	intelligentzia/diletante

⁴⁷ Pierre Bourdieu, *Meditações Pascalianas*, Tradução de Sergio Miceli, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001, p. 137.

⁴⁸ Cf. Florestan Fernandes, *Circuito fechado*: quatro ensaios sobre o “poder institucional”, São Paulo, HUCITEC, 1976, orelha da capa.

América Latina, sobretudo porque a reflexão de Ianni tinha elementos implícitos com os quais confrontava-se ou elaborava as reflexões: como, por exemplo, aqueles elementos que constam na terceira classe de problemática ou a sua própria inscrição numa segunda classe de problemática, a qual nunca se declara. Enfim, trata-se de construir uma longa ponte na qual esteja a estrutura fundamental da sociologia e que assegure o percurso desde essa estrutura até a gênese do ambientalismo nas ciências sociais. Essa ponte resta incompleta ainda.

Como se sabe, naquele mês e ano em que Ianni apresentava sua reflexão, o golpe de 64 aniversariava. Esse deflagraria transformações na ordem política as quais configurariam o que se convencionou denominar por ditadura militar. Contudo, as transformações não se limitavam a ordem política, a ordem social também havia sido transformada, mesmo que para conservar relações que poderiam vir a ser ameaçadas.

As ciências sociais não passaram incólumes por essa ordem de transformações. As mudanças na ordem política capacitavam uma classe de agentes a fazer também transformações na ordem social e na ordem científica. E, dessa maneira, a universidade brasileira passava a concentrar o pensamento científico ou, pelo menos, o trabalho intelectual autorizado (o que não significava a inexistência de alguma resistência a tal processo). No entanto, a reforma universitária de 1969 atualizava as regras do campo científico para que expressassem o atual estado das relações de força atuante no espaço social brasileiro. Noutras palavras, os golpistas estendiam pelo espaço social mais e mais as regras que coadunavam-se com o estado a ser imposto pela força do Estado.

Portanto, para terminar essa ponte sociológica, é necessário conhecer como o estado do campo das ciências sociais fora afetado pela transformação na ordem política, ou melhor, como a ordem política impusera uma outra relação de força e, logo, de luta ao campo das ciências sociais. Naturalmente, pensa-se nas mediações necessárias, especialmente quanto à própria problemática sociológica. Por exemplo, a segunda classe de problemática que, em certa medida, estava sendo produzida, e ia se consolidando, acabaria por ser estancada com o desenrolar do golpe de 64 e com a retirada, por fim, desses agentes de suas posições por meio da aposentadoria compulsória.⁴⁹

⁴⁹ “[...] Mais profundamente, uma das maneiras mais eficientes,” como diz Bourdieu, “para um grupo, de reduzir as pessoas ao silêncio, é excluí-las das posições de onde se pode falar. Ao contrário, uma das maneiras para um grupo controlar o discurso consiste em colocar nas posições onde se fala, pessoas que só dirão aquilo que o campo autoriza e solicita” (cf. Pierre Bourdieu, *Questões de sociologia*, Tradução de Jeni Vaitsman, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983, p. 110).

Esse outro estado do campo, que se estabelecia com o desenrolar do golpe, configura-se num momento particularmente importante para se compreender a gênese do ambientalismo nas ciências sociais, pois era na vigência dessa ordem política que começava a se verificar os primeiros lances simbólicos e materiais a respeito do ambientalismo, sobretudo em sua gênese na burocracia estatal. Desse modo, as transformações da sociologia após o golpe de 64, tanto em sua estrutura quanto em suas relações sociais, são o arremate desse espaço de possíveis reconstruído a partir de Ianni, o qual, no entanto, poderia ter possíveis, agora, com diferentes probabilidades de se efetivarem ou que teriam passado até a serem impossíveis.

2. Epílogo. Subversão e conservação nas ciências sociais: ordenação política e ordem científica

Em fins de março e começos de abril de 1964, algumas frações da classe dominante brasileira impunham sua dominação sobre a burocracia estatal e sobre “a política”. Para isso, recorreram a um conjunto de instrumentos de luta amiúde chamado por *golpe de estado*. Segundo a historiografia, a autoria e a arquitetura haveriam cabido às autoridades militares.¹

Daí, então, a alcunha de golpe militar de 64, para o ato inaugural, e de ditadura militar, para a ordem estabelecida. Há divergências quanto a isso, pois os golpistas foram arregimentados em, ou apoiados por, quartéis, escritórios, empresas, paróquias, e gabinetes: em suma, frações dominantes da burocracia militar, e também, da economia, da religião, da política, e da intelectualidade. O que indica para alguns a impropriedade da qualificação *exclusiva* de militar tanto ao golpe quanto à ditadura.

A despeito de tais controvérsias historiográficas, pode-se sem dúvida dizer que o golpe acarretou transformações sociais, as quais consolidavam ou tencionavam consolidar na sociedade brasileira outra ordem política cujos triunfos ou revezes aqui só importam na medida em que produziam efeitos diretos ou indiretos no campo das ciências sociais.

¹ Cf., dentre outros, René Armand Dreifuss, 1964: *a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, Petrópolis (RJ), Vozes, 1981; cf., aqui, logo abaixo, segunda parte, capítulo dois, item “a lógica do golpe”, e, também, nota.

A ditadura militar teria sua ascensão, seu paroxismo e seu declínio entre os anos de 1964 e 1989/90.² Nesse intervalo, as ciências sociais passariam por importantes transformações em relação ao estado anterior do campo, ou seja, houve uma mudança qualitativa e quantitativa em sua produção.³ Essas duas ordens de acontecimentos encadeiam-se de forma inteligível seja a respeito dos agentes e instituições seja a respeito das estruturas e relações. E, a partir desses elementos, tenciona-se aqui apreender esses encadeamentos.

A lógica do golpe

A lógica própria de um golpe de estado obrigava a conquista e a defesa de certas posições sociais que podiam ou poderiam garantir o triunfo dos golpistas. Nesse sentido, ao ocupar e desocupar posições, a ditadura, que instalava-se após o golpe de 64, desestruturava e reestruturava os campos sociais.

Dentre esses, os campos de produção cultural eram, e são, indispensáveis para o estabelecimento ou restabelecimento de qualquer ordem social, pois eles são constituídos de posições sociais de produção, sobretudo, de bens simbólicos: os símbolos tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social, o que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social, noutras palavras, aquela integração “lógica” é a condição para esta integração “moral”.⁴

Isso trazia como conseqüência, no caso dos campos de produção cultural, efeitos deletérios em relação à autonomia dos produtores culturais, agentes e instituições, e, também, a todo e qualquer processo de autonomização que estivesse em curso.

Os agentes ditatoriais atuavam nas coisas e nos corpos. Com isso, eles alteravam (em geral, diretamente) as relações de força e as possibilidades de luta, isto é, a possibilidade de alteração das relações de força dos campos sociais em geral e dos campos de produção cultural em particular. Os atos ditatoriais e discricionários (ou, na palavra de seus artífices, “revolucionários”,

² A bibliografia a respeito da ditadura freqüentemente estabelece o ano de 1985 como marco de encerramento do regime político produzido pelo golpe de 1964, e raramente o ano de 1989/90. Apesar disso adota-se o ano de 1989/90, pois o ano de 1985 representa apenas o ano do último governo ditatorial presidido por um militar, o que não significou uma mudança completa nas regras do jogo político então vigente, quer dizer, do arcabouço institucional e legal da ditadura. O presidente civil, Tancredo Neves (morto antes de assumir), havia sido escolhido pelas mesmas regras do seu antecessor militar, João Figueiredo. Enfim, nem uma nova constituição havia sido promulgada. Isso só viria a acontecer em outubro de 1988. E, por exemplo, as regras que ela estabelecia para a escolha do presidente só seriam posta em prática no ano seguinte, 1989, ou seja, os brasileiros apenas veriam a posse de um presidente escolhido segundo estas regras em março de 1990. Por isso, coloca-se como marco o período que combina o ano de 1989 e 90, isto é, 1989/90.

³ Ver acima a reconstrução desse estado anterior do campo das ciências sociais.

⁴ Cf. Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, Tradução de Fernando Tomaz, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989, p. 10.

isto é, fundamentados no ato institucional de número 5) miravam e atingiam tanto os produtos culturais —por exemplo, com a censura— quanto os produtores culturais —por exemplo, com a aposentadoria compulsória e, no limite, o assassinato. Dito doutro modo, as forças da ditadura atuavam no espaço de posições sociais desde a modificação de tomadas de posição (por exemplo, censura), passando pela subtração de posições (por exemplo, aposentadorias), até a eliminação *in petto et in perpetuum* do ocupante da posição.

Sem dúvida, esse conjunto de atos engendrava um momento particular da história social, o que conduziu e fundamentou os estudos específicos a respeito da política, da arte, da música, da poesia, da literatura, da guerrilha, da ciência etc. “durante a ditadura militar”. Ou seja, esses atos configuravam um estado específico dos campos sociais, naturalmente, com as devidas variações. Isso expressa-se na historiografia com a construção de “o período da ditadura militar”.⁵

⁵ Quando se observa a produção intelectual a respeito da ditadura militar, pode-se notar uma maior concentração dos trabalhos de investigação em dois pólos de produção intelectual. Por um lado, encontram-se trabalhos produzidos a partir de uma *narrativa realista*, quer dizer, fundamentada na crença de ser possível a superação das “versões e controvérsias” com o empenho do pesquisador em relação às fontes de pesquisa, reconstituindo o “real”, as falas, as decisões, as ações, as filiações dos agentes e instituições do “período”. Faz-se uma espécie de registro historiográfico do momento, cujos agentes e instituições são instados a falar, a dizer o que aconteceu e, nalguns casos, o porquê. Por outro, acha-se a bibliografia produzida a partir de *causalidades sociais*, isto é, a ordem de motivos e razões eficientes na ordem de acontecimentos cronologicamente deflagrados e naufragados, respectivamente, nas décadas de 1960 e 80. Essa bibliografia concentra-se sobremaneira nos estertores do governo de Jango (refiro-me a João Goulart, à época presidente da república e aliado do poder pelo golpe de 1964) e no golpe de estado de 1964. Não obstante, trabalhos a respeito do “fim da ditadura militar”, ou “transição democrática”, compõem essa vertente. Mas, como já foi dito, o que une essas obras é a busca de causas. Por exemplo, um filão desse tipo de análise acha-se no golpe de 1964 mesmo, isto é, nas causas do golpe. No geral, as causas sociais apontadas são ora políticas, ora econômicas (no entanto, que fique claro, não se pretende afirmar que essa bibliografia se reduza a isso). *Causas políticas*: Um exemplo canônico da explicação do golpe de 64 por causas políticas encontra-se em *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*, de Wanderley Guilherme dos Santos (cf. Wanderley Guilherme dos Santos, *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Editora UFMG, IUPERJ, 2003; este livro tem como base a tese de doutorado do autor, *The calculus of conflict: impasse in Brazilian politics and crisis of 1964*, apresentada à Universidade Stanford (EUA) em 1979). Resumidamente, pode-se dizer que o autor defende que o golpe de 64 teria sido decorrência do “sistema político” de então não conseguir produzir decisões, uma espécie de emperramento, paralisia, do sistema político, do Legislativo. O autor apresenta sua análise como uma crítica ao “paradigma tradicional de análise”; o qual, apesar de impreciso, parece ter em mira as análises que apontam as estruturas sociais, sobretudo econômicas (amiúde tidas como marxistas), como causas do golpe em detrimento doutros fatores, como o “sistema político”. (“De fato, a literatura especializada, tendo enfatizado o papel dos empresários ou dos militares no golpe de 64, tendeu, salvo raras exceções, a não considerar a dimensão político-institucional das crises do período no plano parlamentar”, cf. Carlos Fico, Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar, *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, jul., 2004, p. 48.) *Causas econômicas*: A perda de vigor econômico do modelo de “substituição de importações” aparece como uma das causas econômicas do golpe de 64. Economistas como Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado colocam em destaque o declínio da etapa “fácil” de substituição de importações. (Cf. Maria da Conceição Tavares, Auge y declinación del proceso de sustitución de importaciones en el Brasil, *Boletín Económico de América Latina*, v. 9, n. 1, mar., 1964. E Celso Furtado, Desarrollo y estancamiento en América Latina: un enfoque estructuralista, *Desarrollo Económico*, v. 6, n. 22-23, 1966.) Com base em tais análises, foram feitas as avaliações do golpe chamadas economicistas. Esse tipo de explicação pelo esgotamento do modelo de substituição de importações recebe críticas como as de Jacob Gorender. Para ele, esse tipo de explicação ancora-se numa noção de processo econômico reduzido “a uma sucessão de modelos de política econômica”. Pelo contrário, ainda para ele, “a crise econômica de 1962-1965” teria sido uma crise cíclica (a primeira, segundo ele) produzida pelo processo econômico interno do capitalismo brasileiro, a qual revelaria sim “o seu amadurecimento”. Daí então, o enfrentamento de tal crise só seria possível se o país seguisse o receituário de estabilização financeira como indicado pelo Fundo Monetário Internacional, FMI. Para isso, segundo Gorender, as mobilizações pelas “reformas de base” apontavam um caminho contrário ao demandado pela receita recessiva propalada pelo FMI, entevia-se assim a necessidade de um governo forte para “negar concessões às massas trabalhadoras e forçá-las a engolir o purgante das medidas compressoras do nível de vida”. (Os trechos citados estão em Jacob

→

A remissão à política e a dicotomia do mundo social

Do ponto de vista sociológico, essa periodização da ditadura, se tomada como pressuposto, acarreta, sobretudo, dois limites para a análise. Por um lado, o sociólogo pode incorrer numa remissão obrigatória à ordem política instaurada como princípio das transformações ou lutas específicas nos campos sociais.

Noutras palavras, ao representar esse momento histórico como o período da ditadura militar, a ordem política ditatorial acaba por se tornar, erroneamente, o elemento que unifica todas as ações sociais nesse momento, o que teria como possível consequência uma majoração do efeito nos campos sociais da transformação na ordem política ou, o que é pior, a invenção de uma espécie de correia de transmissão onipotente que de modo imediato e mecânico atualizaria os campos sociais conforme o estado de relações de força produzido.

Isso pelo menos não se sustentaria como princípio explicativo para as transformações no campo de produção científica, especialmente, da sociologia: a problemática sociológica não fora acrescida de nenhum possível que já não pré-existisse ao golpe de 64, o que se verifica é que

Gorender, *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*, São Paulo, Ática, 1987, pp. 41-42.) Outro viés analítico de cunho econômico pode ser encontrado em R. A. Dreifuss, 1964: *a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, op. cit. Neste, o *deficit* de poder político do capital multinacional em relação ao seu poder econômico seria a causa do golpe, quer dizer, a superação dessa “clara assimetria de poder” do “bloco multinacional e associado” tornava necessário um golpe de estado, já que as tentativas de reforma conforme a ordem jurídica vigente haviam falhado. Como o que é, ou não, econômico permite divergências, o mapeamento de explicações causais econômicas comporta um número maior de matizes. Porém, não é o objetivo aqui exauri-las. *Causas militares*: Escapando de certa forma às explicações pelas causas políticas ou econômicas, poder-se-ia encontrar os trabalhos que concentram-se em determinar o papel e o poder na sociedade brasileira dos agentes tidos como artífices do golpe de 64 — os militares. Um trabalho pioneiro a respeito do golpe de 64 segue essa linha de pesquisa, trata-se de *Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira*, publicado no Brasil em 1975, mas apresentado à Universidade Columbia como tese de doutoramento em 1969, seu autor é Alfred Stepan. Para ele, a instabilidade política durante o governo de João Goulart, o qual não logrou solução estabilizadora, abre espaço para que os militares exerçam um “poder moderador” no “sistema político”, por meio do golpe de estado. Esse seria o “padrão” da vida política brasileira, com a única diferença que dessa vez os militares teriam mudado o padrão ao não transferir o poder político para outro grupo político civil e exercer eles próprios o governo, daí a mudança de padrão. Evidentemente, a política entre como causa indireta do golpe pelos militares, a causa direta seria o papel dos militares em sociedades como a brasileira. Não tenciona-se aqui fazer considerações quanto a validade, ou não, das explicações a respeito das causas do golpe, sejam elas políticas, econômicas, militares etc. *Conclusão*: Tanto a narrativa realista quanto o estudo de causalidades sociais da ditadura militar prestam especial atenção nos elementos concorrentes e/ou decorrentes do golpe de 64: faz-se uma espécie de história geral da ditadura militar, cujas instituições e os agentes tornam-se o registro vivo ou o arquivo morto da história. O *estudo de causalidades sociais* tende a se debruçar nos arredores cronológicos (amiúde de antecedência) dos marcos historiográficos, por exemplo, o ano de 1964 e os anos progressos ou o ano de 1974 (ou 1985), respectivamente, o ano marco da mudança da ordem política para a “ditadura” e o ano marco da mudança da ordem política para a “democracia”. Nesse sentido, poder-se-ia dizer que as *narrativas realistas* operam, sobretudo, entre esses marcos cronológicos, por meio dos arquivos escavados no “passado” (em oposição ao presente ou, melhor, ao que está presente). Os agentes, os atos, os acontecimentos, e as instituições colonizam esse passado passível, segundo essa perspectiva, de uma recuperação narrativa, discursiva, a partir dos dados, dos espólios mnemônicos e institucionais do “período”. A representação da ditadura militar como período possibilita *os estudos especializados tipicamente em períodos históricos*, os quais vasculham as manifestações “particulares” da cultura, da ciência, da cidade, da economia, da política, da arte, da educação etc. Em suma, esses três conjuntos de estudos a respeito da ditadura militar, quer o de causalidades sociais, quer o de narrativa realista, quer, enfim, o de período, se comunicam, se referem uns aos outros, ou mesmo que não se refiram uns aos outros, esses produtos culturais e seus produtores estão objetivamente situados uns em relação aos outros, quer dizer, compõem um espaço, no qual as considerações subseqüentes inevitavelmente também se inserem.

alguns possíveis tornavam-se mais e mais prováveis, remetendo outros possíveis ao passado (por exemplo, fechamento do ISEB ou expurgo da escola paulista de sociologia). Isso não quer dizer que os agentes ditatoriais não interviessem diretamente nesses campos de luta, mas isso se dava, geralmente, com a mediação do próprio campo de produção em que se situavam os agentes favorecidos positiva ou negativamente (como dizia Weber) pelos atos ditatoriais.

Por outro lado, o sociólogo pode vir a polarizar esse estado particular do espaço social, pois, se havia a ditadura como entidade evidente aos agentes sociais e, logo, como instituição ou apoiada ou combatida, é possível, anacronicamente, representar esse espaço social a partir da divisão do mesmo entre a ditadura e seus aderentes e a resistência e seus combatentes.

Esse raciocínio maniqueísta fundamenta-se num anacronismo, o qual, a meu ver, decorre do uso abusivo e descuidado das categorias nativas à época, quer dizer, produzidas ou consumidas como elementos da representação legítima de tal estado do espaço social, e das armadilhas do olhar retrospectivo o qual retroprojeta as categorias do analista, isto é, as suas próprias, sobre o objeto no qual elas próprias podem ter sido produzidas.

Por exemplo, os agentes ditatoriais empenhavam-se em tornar legítima, isto é, naturalizada, a representação da sociedade brasileira como composta por dois grupos: os revolucionários, isto é, os próprios golpistas; e os comunistas, isto é, qualquer oponente ou bode expiatório em potencial. Sem dúvida, essa dicotomia do espaço social acabava também por ser reforçada pelos próprios oponentes da ditadura, mas a dicotomia dos oponentes buscava trocar o sinal entre os termos da oposição, isto é, revolucionários *versus* comunistas tornava-se reacionários *versus* revolucionários, o que de certo modo facilitava o trabalho de dominação simbólica dos próprios ditadores, pois a ordem simbólica, ou “lógica”, continuava a dividir o mundo social em dois.

Quando essas polarizações são usadas como categorias de análise de campos sociais específicos, o sociólogo (mas também o historiador ou outro analista qualquer) comete um erro duplo. Primeiro, ele acaba por desconsiderar a visão e a divisão própria ao campo, as quais são produzidas ao longo de sua história. E, segundo, ele não resolve o problema da mediação (necessária) que se estabelece numa relação de dominação entre dois ou mais campos sociais, por exemplo, entre o campo político e o campo científico, já que, com a polarização, ele estende a todos os campos, de modo imediato, a representação do mundo social específica de um único campo.

Tanto a remissão à política quanto a polarização dos campos sociais, nas quais as análises podem recair, talvez tenham como princípio explicativo o tratamento privilegiado que algumas análises concedem ao *opus operatum* da ditadura militar, o qual fundamentaria e fundaria o próprio período, isto é, a resultante da relação específica que essa ordem política, transformada por um golpe de estado, estabeleceu com o restante da ordem social.

Sem dúvida, enquanto *opus operatum*, a ditadura militar definiu-se em relação aos agentes sociais pela cassação, o assassinio, a censura, a aposentadoria, o afastamento, a interdição; e em relação às instituições pelo fechamento, a modificação, a recriação, a desestruturação e a reestruturação. O que torna razoável a ênfase no caráter negativo ou destrutivo da ditadura militar, isto é, naquilo que ela combateu, impediu, perseguiu etc.

Ordem política e ordem científica

Contudo, se a análise desse *opus operatum* —a saber, esse conjunto de atos ditatoriais que conformavam o *corpus* discricionário da ditadura militar— lança luzes sobre a ordem política, pelo menos sobre seu lado mais sombrio, quer dizer, aquele que se baseava na força nua e crua, ela pouco contribui para a compreensão da ordem simbólica ali atuante. “Mesmo quando repousa sobre a força nua crua, a das armas ou do dinheiro, a dominação”, diz Bourdieu, “possui sempre uma dimensão simbólica.”⁶

Com isso, quer se dizer que o sociólogo não deve se contentar em vincular a compreensão do microcosmo que é a ditadura militar ao seu *corpus* discricionário ou, ainda pior, a compreensão de outros microcosmos, contidos no universo social nesse momento, àquele *corpus*.

Por exemplo, se se almejasse compreender as transformações ocorridas nas ciências sociais nesse momento a partir do *corpus* discricionário, no máximo, constataria-se que alguns cientistas sociais teriam sido ou cassados ou aposentados, até aí, porém, nada se compreenderia a respeito das ciências sociais nesse momento, pois outros agentes sociais em outros campos também teriam sido atingidos também dessa maneira por esse *corpus*, o que significa que não se compreenderia o caso das ciências sociais como um caso particular ou em sua especificidade —é claro, apenas se existir tal especificidade.

O que se deve ter em conta é que esse *corpus* discricionário, que caracteriza essa ordem política, punha-se em funcionamento de modo diferencial, quer dizer, ele atingia os agentes

⁶ Cf. P. Bourdieu, *Meditações Pascalianas*, *op. cit.*, p. 209 e seguintes.

sociais de formas distintas. E não se pode explicar esse funcionamento diferenciado, isto é, restituir-lhe a razão de ser específica e sua necessidade, se não se recuperar historicamente as condições sociais de sua produção, o que necessariamente remete ao espaço de posições sociais em que elas se configuram e definem.

No caso das ciências sociais, verifica-se que os diferentes usos do *corpus* discricionário seguiam de perto as diferentes posições que constituíam as ciências sociais. Porém, essa noção do *corpus* discricionário como restrito ao uso da força física, sobretudo pela ação direta sobre os corpos ou pela ameaça a estes, não é suficiente para compreender os efeitos desse poder ditatorial sobre as ciências sociais.

As coisas não se passavam apenas na direção negativa e destrutiva rumo a agentes e instituições, o que pode vir a ser pensado se se aplicar ao *corpus* (como foi apresentado até então) uma lógica binária, quer dizer, aquela na qual as posições se diferenciariam pela ação ou a inação desse *corpus* sobre elas. O que não estaria completamente errado, mas também não está de todo correto.

Quando debruça-se sobre as ciências sociais, observa-se que algumas posições foram, de fato, transformadas pelos atos discricionários de natureza negativa, o que por si só provocava uma variação nas relações de força e de luta ou, até mesmo, na estrutura do campo de produção das ciências sociais, e isso já seria suficiente para produzir possibilidades diferentes para as outras posições não atingidas, ou ainda não atingidas, e seus produtos.

Apesar disso, ainda restaria uma região de posições que não se caracterizava por esse duplo efeito dos atos discricionários negativos, pois nela os atos discricionários já se efetuavam numa direção produtiva ou positiva, quer dizer, de modo mais ou menos mediado eles se tornavam efetivos no campo, sobretudo, porque modificavam as condições de produção ao, por exemplo, financiar, construir, concentrar, reformar, fundar etc., isto é, o oposto àquele lado sombrio do poder discricionário destacado geralmente.

Às vezes esse aspecto esquecido do *corpus* discricionário é lembrado, mas essa recordação serve apenas para corroborar um enunciado apologético, o qual muitas vezes recalca ou relega a um segundo plano o lado sombrio da ditadura. O que também recai-se numa análise parcial (o que não quer dizer superficial), a qual deve ser superada.

Na primeira situação, o exemplo poderia ser o fechamento do ISEB e, ainda, a cassação dos direitos políticos do sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, então deputado federal e membro deste instituto, o qual se exilou nos Estados Unidos; ambos ocorreram em 1964.

À época o ISEB ocupava a posição de principal instituição de ciências sociais no Rio de Janeiro,⁷ o qual se lastreava, em boa medida mas não de todo, na terceira classe de problemática das ciências sociais, o que era reforçado por se tratar de uma instituição não universitária.⁸ O seu fechamento era, de fato, a destruição de toda uma região do espaço de possíveis das ciências sociais, o qual fora enviado ao passado e, a meu ver, de lá nunca mais retornou.

Nesse momento, Guerreiro Ramos estava na posição de principal sociólogo brasileiro sem “vínculos universitários”: ele polemizava, por exemplo, com as principais figuras da sociologia paulista e fluminense, por exemplo, Florestan Fernandes e L. A. da Costa Pinto, respectivamente. Sem ele, todo um espaço de tomadas de posição deixou de ser atualizado e atuante na sociologia, ou melhor, em sua problemática, e, por conseqüência, outro punhado de tomadas de posição em resposta às posições tomadas e a tomar por Guerreiro Ramos sequer pôde ser pensado. No caso da sociologia, sem dúvida esses dois acontecimentos devido aos atos discricionários possibilitavam a abertura de uma boa dianteira à sociologia “universitária”.⁹

Na segunda situação, um bom exemplo poderia ser o significativo crescimento do investimento em pós-graduação ocorrido já na segunda metade da década de 1960 em todas as disciplinas universitárias.¹⁰ Por exemplo, no caso das ciências sociais, isso produziu um aumento

⁷ “No Rio de Janeiro, é [nos anos 50] a época da escola iseibiana desenvolvimentista e de seus principais porta-vozes (Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, Guerreiro Ramos, etc.)” (Sergio Miceli, Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil 1930-1964, *Revista brasileira de ciências sociais—RBCS*, n. 5, v. 2, outubro, 1987, p. 25).

⁸ “Na então capital federal, o vigor institucional e intelectual das ciências sociais esteve via de regra ancorado em iniciativas assumidas ou encampadas por setores políticos e governamentais influentes. Nesse sentido, a experiência iseibiana é exemplar. O ISEB foi uma aliança entre jovens intelectuais requintados de famílias abastadas e licenciados pés-de-boi de famílias remediadas, os primeiros desejosos de alavancar sua irresistível ascensão política através de uma presença conjugada no setor privado, no governo e nas instituições culturais, os demais discernindo nessas últimas possibilidades de associar suas veleidades intelectuais à militância política” (S. Miceli, Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais..., art. cit., p. 10).

⁹ Talvez o mesmo valha para a economia, por exemplo, se for feita a análise da relação entre as posições do campo da economia política e a ação sobre elas, as quais são representadas pela cassação de Celso Furtado e pela ascensão de economistas situados noutro pólo da problemática da economia política, tais como Roberto Campos ou Delfim Neto.

¹⁰ “Quase toda a estrutura de pós-graduação hoje existente no Brasil foi constituída a partir de 1965. Basta lembrar que, nas áreas de Sociologia, Ciência Política e História, somente a Universidade de São Paulo mantinha, até aquela data, programas regulares de mestrado e doutorado. Mesmo assim, um levantamento recente no qual se acham incluídos todos os trabalhos de Mestrado, Doutorado e Livre Docência nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política revela que somente 41 teses foram defendidas entre 1945 e 1965 (inclusive), ou seja, uma média de duas por ano. Nesse mesma instituição, de 1966 a 1977, foram defendidas 158 teses, ou seja, uma média superior a 13 por ano. “Consideradas aquelas três áreas — Antropologia, Sociologia e Ciência Política— e todos os níveis de pós-graduação, é bastante provável que a produção brasileira anual seja agora equivalente a pelo menos a metade da realizada na USP durante os 32 anos cobertos pelo levantamento. Isto se deve, naturalmente, ao surgimento de novos programas de pós-graduação em diferentes estados” (Bolívar Lamounier, *Expansão e institucionalização das*

→

considerável da população de produtores e também do número de posições disponíveis no campo de produção.

Esse aumento da população de produtores acarretava uma modificação nas relações de força do campo e as possibilidades de transformação destas, pois, à medida que ampliavam-se os programas de pós-graduação nacionais ou retornavam os pós-graduados em programas estrangeiros. O campo de produção passava a ser ocupado por cientistas sociais produzidos segundo esquemas de produção diferentes e também semelhantes aos já existentes, ou seja, por cientistas sociais com diferentes classes de disposições.

Com isso, a proporção entre as classes de disposições dos agentes (*habitus*) acabou por variar em relação ao estado anterior do campo, o que transformava em relação aos agentes (cientistas sociais) as condições de atualização e atuação do espaço de possíveis (a problemática).

Nas duas situações, o *corpus* discricionário tem um efeito positivo ou, se se preferir, produtivo, quer indireta quer diretamente. Em ambas, as relações, a estrutura, os agentes, as instituições e, logo, as condições sociais de produção são transformados. *Não se faria mais ciências sociais como antigamente*, quer dizer, os possíveis continuavam os mesmos, *mas não* suas probabilidades de efetivação, a distribuição e o número de seus aderentes e sua hierarquia e, logo, sua remuneração simbólica ou material.¹¹

Mas isso tudo ainda não explica a incidência diferenciada do *corpus* discricionário sobre as posições sociais. Apenas ressalta a positividade da dominação baseada na força seja das armas seja do dinheiro. Mas a dimensão simbólica da dominação fica apenas entrevista com um pressuposto (ou presumível) senso comum que orientaria a “escolha” das posições atingidas por esse *corpus* e que seria compartilhado pelos agentes e as instituições que o tornavam atuante.

Poder discricionário e poder simbólico

A explicação completa do funcionamento do *corpus* discricionário (em sua dimensão física e em sua dimensão simbólica) só se torna possível se se privilegia os agentes na análise. Ou melhor, se o sociólogo tomar o *modus operandi* para objeto de análise. Dessa maneira, deve-se, então, matizar a análise da relação entre a ordem política e a ordem científica, agora com a

ciências sociais no Brasil: um estudo preliminar, Minuta, mimeo, 1981, p. 4; citado por O. G. Velho, Processos sociais no Brasil pós-64, art. cit., p. 246).

¹¹ Cf. O. G. Velho, Processos sociais no Brasil pós-64, art. cit., pp. 248-251.

possibilidade de escapar à explicação alicerçada tanto na remissão à política quanto na polarização do mundo social.

Para isso, trata-se de apreender, por um lado, a relação entre o *opus operatum* da ditadura (isto é, seu *corpus* discricionário) e o *modus operandi* dos agentes ditatoriais; e, por outro, a relação entre, no caso, o *opus operatum* das ciências sociais e o *modus operandi* de seus agentes. Um não é redutível ao outro, por isso não se consegue uma explicação pela análise exclusiva do *corpus* discricionário.

Se se aceita tal distinção, deve-se ter em conta que a análise dos agentes ditatoriais e sua produção simbólica constitui-se de fato num objeto específico, o qual não precisa ser esmiuçado para se analisar as transformações nas ciências sociais nesse momento histórico. Porém, algumas coisas podem ser ditas, pois que sem as quais a inteligibilidade de tais transformações ficaria reduzida ou prejudicada.

Em primeiro lugar, o *corpus* discricionário não era um corpo estranho à ordem simbólica, ao contrário, os agentes o produziam e o utilizavam segundo o sistema simbólico do direito. Mesmo que para isso modificassem o direito, o qual, porém, era sempre apresentado como direito. Ao acoplar os atos discricionários aos atos do direito, os agentes buscavam, e alcançavam, a coerência que é a condição de eficácia específica dos sistemas simbólicos.

Ora, essa coerência [dos sistemas simbólicos] é um dos princípios cruciais de sua *eficácia* específica, como se pode verificar no caso do direito, em que ela é deliberadamente buscada, mas também no caso do mito e da religião: a ordem simbólica repousa de fato na imposição sobre o conjunto dos agentes de estruturas estruturantes que devem uma parcela de sua consistência e de sua resistência ao fato de serem, ao menos na aparência, coerentes e sistemáticas, e de se ajustarem às estruturas objetivas do mundo social [...].¹²

Esse esforço de coerência produzia o efeito de normalidade necessário para a imposição dessa nova ordem social engendrada pela ordem política ditatorial e a manutenção dessa como ordem simbólica capaz de produzir a legitimidade das ordens social e política, quer dizer, as tornar ou manter naturalizadas para os agentes sociais. Não era à toa que os golpistas apresentavam às transformações impostas por seu golpe como algo restrito ao campo da política, para o que a divisão do mundo entre revolucionários/reacionários e comunistas/revolucionários servia sobremaneira a este fim. Sem dúvida, era uma ordem autoritária e ditatorial que buscava se ancorar na ordem simbólica precedente e realizar os atos discricionários negativos só quando

¹² P. Bourdieu, *Meditações Pascalianas*, *op. cit.*, p. 214.

fosse inevitável.¹³ (Diferentemente, de ordens autoritárias e ditatoriais como o fascismo ou o nazismo que se fundamentavam numa nova ordem simbólica, da qual as ordens sociais posteriores é que tinham imensas dificuldades de se desvencilhar.)¹⁴

Essa especificidade não escapava à análise de Florestan Fernandes. Para ele, “o novo estilo de ditadura militar proclama-se a si mesmo como uma ‘revolução’, extraindo sua legitimidade de seu próprio ‘poder revolucionário’ e de sua capacidade de submeter todos os ramos do estado (inclusive o parlamento e a justiça) e todas as camadas da sociedade às ordenações ‘institucionais’ militares.”¹⁵ Apesar disso, ele não tinha em conta, naquele momento, que o “poder revolucionário” e a “revolução” buscavam se fundamentar na ordem simbólica atuante e atual e, a partir daí, extrair sua legitimidade.

Como hipótese, poder-se-ia verificar o sucesso de tal representação, na qual essa ordem política apresenta-se como uma *ordem de direito*, na própria constituição, atualmente vigente no Brasil, que era vendida com o símbolo alvissareiro do fim da ditadura: vê-se, logo em seu início, que ela proclama a república brasileira como um “estado democrático de direito”, o que para Carlos Estevam Martins era uma profunda incoerência, pois não haveria como se ter um verdadeiro estado de direito que não pressupusesse um estado democrático, aqui o analista recai numa reflexão mais filosófica que sociológica, pois bastaria notar que a história da ditadura militar fora um amontoado de atos discricionários que se disfarçados em atos de direito, legais; portanto, a própria república brasileira teria tido um “verdadeiro” estado de direito que não haveria sido democrático.¹⁶

Enfim, os agentes sociais que reformavam o estado brasileiro com pela assembléia constituinte haviam incorporado as estruturas sociais em que viviam, as quais convertiam-se em esquemas práticos, os quais impunham aos agentes essa invenção brasileira, se se compartilhar a surpresa de Martins, que era o “estado democrático de direito”, provável distinção ao “estado de direito” anterior. Esse é apenas um exemplo das armadilhas que esse objeto põe a frente do analista, pois o estado ditatorial logrou, à maneira de outros estados, impor as categorias pelas quais quer ser percebido e a avaliado, ou melhor, conhecido e reconhecido.

¹³ Quando se fazia uso desses atos discricionários buscava-se escamoteá-los enquanto tais; para isso, os agentes lançavam mão do silenciamento, da censura, da cooptação, da coerção etc., o que chegava ao cúmulo do ridículo com os famigerados “bilhetinhos” dos censores.

¹⁴ Theodor W. Adorno, *Educação e emancipação*, Tradução de Wolfgang Leo Maar, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

¹⁵ F. Fernandes, *Circuito fechado*, *op. cit.*, p. 107.

¹⁶ Carlos Estevam Martins, *Vinte anos de democracia?*, Lua Nova, n. 64, 2005, pp. 13-37, especialmente pp. 14-15.

A submissão à ordem estabelecida é o produto do acordo entre as estruturas cognitivas inscritas pela história coletiva (filogênese) e individual (ontogênese) nos corpos e as estruturas objetivas do mundo ao qual elas se aplicam: a evidência das injunções do Estado impôs-se tanto mais poderosamente pelo fato de haver logrado impor as estruturas cognitivas segundo as quais ele é percebido.¹⁷

Em segundo lugar, o sociólogo deve trabalhar com o pressuposto de que as ações dos golpistas não eram desarrazoadas, ou seja, análise deve ser feita a partir do princípio da razão suficiente. Isso significa dizer que as ações dos golpistas não eram externas aos campos sociais em que se tornavam efetivas. Elas dependiam das posições dos agentes, golpistas ou não, nos campos e das tomadas de posições atuais e potenciais desses.

Os golpistas não possuíam uma espécie de clarividência ou onipotência a respeito de seus inimigos quer no campo político quer noutros. Nesse sentido, os atos discricionários variavam em natureza e direção segundo a história do campo atingido. Se se aceita isso, a noção de “utopia conservadora” como projeto norteador e unificador do *corpus* discricionário é infundada.¹⁸

O que se pretende ressaltar com isso é que os golpistas não dispunham de informações e nem de modos de ação que já não preexistissem. Se é verdade que “a ameaça comunista” era apresentada como a principal orientação dos golpistas, isto é, como seu *modus operandi*, ela esconde que, pelo menos no que diz respeito às ciências sociais, esse *modus operandi* seria insuficiente para explicar a razão e a necessidade de boa parte de fechamentos, cassações, censuras, aposentadorias etc. Por exemplo, é inconcebível supor ou concluir que a aposentadoria compulsória dos cientistas sociais da escola paulista de sociologia tenha se dado por eles serem comunistas ou, no mínimo, poderem ser assim imediatamente percebidos.

Isso só podia se dar pela mediação da própria relação de força e de luta vigente no campo, a qual encontraria agentes com classes de disposições, e disposições de classe, diferentes e, logo, com tomadas de posição diferentes em relação a “revolução” dos golpistas.

Naturalmente, uma parte razoável dos alvos dos primeiros atos discricionários estava previamente consignada, segundo Dreifuss, nos arquivos do “complexo IPES/IBAD”.¹⁹ Mas os seguintes ficam órfãos de explicação.

Florestan Fernandes captava essa necessidade de uma mediação “intelectual” do golpe para seu triunfo no campo intelectual, inclusive, no campo das ciências sociais, a qual encontraria sua

¹⁷ P. Bourdieu, *Meditações Pascalianas*, *op. cit.*, p. 214.

¹⁸ Para ver como a noção de utopia conservadora aparece na bibliografia a respeito da ditadura militar, cf. C. Fico, *Versões e controvérsias...*, art. cit., pp. 29-60.

¹⁹ IPES e IBAD são as siglas para o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, respectivamente, cf. R. A. Dreifuss, *1964: a conquista do Estado*, *op. cit.*, pp. 145-146.

explicação na posição do intelectual na estrutura social, em que este seria fundamentalmente um “membro responsável” das frações dominantes das classes alta e média e, quando possível, um “cérebro pensante” leal e ativo da elite no poder:

Por isso, a militarização do poder encontrou (e vem encontrando) um apoio cada vez mais amplo e forte, ao invés de oposição por parte dos intelectuais. Uma grande maioria estava (e continua a estar) abertamente a favor da proclamada “revolução para salvar a ordem social”. Esse setor aproveitou a situação para expandir a repressão militar e a opressão política, de modo aberto ou dissimulado, nas esferas das atividades intelectuais. Outros setores mais ou menos largos gostariam de fazer as coisas de “maneira civilizada”, sem violências e injustiças extremas, especialmente no nível da “liberdade intelectual”. No entanto, esses setores também encaravam a situação em termos de “interesses de classe” e de “lealdade de classe”, aceitando as medidas excepcionais contra os intelectuais como um preço necessário, aceitando mesmo alguns papéis repressivos para “preservar as instituições” ou para “proteger aqueles que pudessem ser defendidos”!²⁰

A exclamação que encerra o parágrafo não é acidental, está ali para acentuar a indignação de Fernandes em relação à descrição que enunciava. Porém, poder-se-ia resgatar parte da descrição desse teor acusatório que se pode depreender de si, se se retomar aquilo que foi dito acima, a saber, a dominação sempre possui uma dimensão simbólica, mesmo quando repousa sobre a força nua crua, e que:

Por sua vez, os atos de submissão, de obediência, são atos de conhecimento e de reconhecimento os quais, nessa qualidade, mobilizam estruturas cognitivas suscetíveis de serem aplicadas a todas as coisas do mundo e, em particular, às estruturas sociais. Essas *estruturas estruturantes* são formas históricas constituídas, arbitrarias, no sentido de Saussure e de Mauss, cuja gênese social pode ser retraçada. Generalizando a hipótese durkheimiana segundo a qual as “formas primitivas de classificação” correspondem às estruturas dos grupos, pode-se buscar o princípio no efeito da incorporação “automática” das estruturas sociais, redobrada pela ação do Estado o qual, nas sociedades diferenciadas, está apto a inculcar, de maneira universal, no âmbito de certa jurisdição territorial, um princípio comum de visão e de divisão, ou seja, estruturas cognitivas e avaliativas idênticas ou semelhantes: por essa razão, o Estado constitui o fundamento de um “conformismo lógico” e de um “conformismo moral” (as expressões são do próprio Durkheim), de um consenso pré-reflexivo, imediato, sobre o sentido do mundo, que está no princípio da experiência do mundo como “mundo do senso comum”.²¹

Dessa maneira, não há como remeter as diferentes tomadas de posição dos intelectuais em geral ou dos cientistas sociais em particular a um ato de decisão totalmente externo ao campo de lutas em que se davam. Se uma parcela dos agentes importou armas de lutas até então tidas como proibidas no campo, isto só foi possível porque eles já dispunham das disposições necessárias para fazê-lo (aliás, de modo eficiente), as quais provavelmente estavam relacionadas às posições que ocupavam no campo (filogênese) e as disposições que adquiriram ao longo da história em que se constituíam com produtores (ontogênese) e as estruturas objetivas do espaço social em que se situavam.

²⁰ F. Fernandes, *Circuito fechado*, op. cit., p. 123.

²¹ P. Bourdieu, *Meditações Pascalianas*, op. cit., p. 209, grifos no original.

É aí que reside o princípio explicativo da divisão que se estabeleceu no campo intelectual em relação à “militarização do poder”, a qual já estava, assim, pré-escrita nas divisões que conformavam o campo intelectual enquanto tal. Para finalizar, e tendo em vista o que foi dito, essa divisão aparece também na descrição de Florestan Fernandes, quando ele diz que:

Apenas uma minoria se opôs à militarização do poder em nome de orientações de valor intelectuais especificamente abstratas. Uma pequena parte dessa minoria tinha uma autêntica orientação liberal-conservadora. [...] Porém, um grande contingente daquela minoria seguiu os *radicais*, a verdadeira *intelligentsia* da América Latina [...]. Eles foram (e estão sendo) esmagados através de várias formas de repressão policial, de opressão política e de discriminação intelectual. Não foram, todavia, destruídos ou aniquilados.²²

Esses dois pontos (a coerência do *corpus* discricionário e sua mediação dos agentes nos campos sociais), a meu ver, não poderiam deixar de ser ressaltados quando se analisa o *corpus* discricionário, quer isoladamente quer em relação a outros campos sociais, porque ambos corroboram a análise das relações de força e de luta entre os agentes e servem de antídoto à superestimação tanto da eficácia do *corpus* discricionário (por exemplo, ao torná-lo quase onipotente e clarividente) quanto do voluntarismo decisório ou da politização dos agentes ditatoriais ou não (por exemplo, ao torná-los, na descrição e análise, “senhores de braço e cutelo” ou “senhores do seu nariz”, alheios às relações objetivas constituintes das estruturas sociais e das interações em que se encontram).

A partir dos quais, se conclui que os produtores culturais (artistas, escritores, intelectuais, cientistas) continuavam a produzir *durante* a ditadura militar, o que nem sempre significa *apesar de* ou *devido à* ditadura. Tendo isso em vista, pode-se descrever alguns outros elementos em transformação no campo de produção das ciências sociais, sobretudo aqueles que constituem ou relacionam-se com a gênese do ambientalismo nesse campo.

Outro estado do campo: alguns elementos

As transformações em curso nas ciências sociais, as quais ocorriam ou a despeito de ou devido a ou, simplesmente, durante a ditadura militar, poderiam ser descritas e analisadas, sociologicamente, sob diferentes pontos de vista.

Contudo, como o estudo dessas transformações subordina-se aqui ao da gênese do ambientalismo nas ciências sociais, trata-se de buscar, então, naquele momento em que se

²² F. Fernandes, *Circuito fechado*, *op. cit.*, p. 123.

configurava outro estado do campo, os elementos que possibilitavam vicejar pesquisadores e pesquisas a respeito dos objetos construídos ou a construir, posições universitárias ou burocráticas de produção, os possíveis científicos em jogo, a manutenção ou modificação da hierarquia de objetos e posições das ciências sociais, e a garantia e o retorno (material e simbólico) aos cientistas sociais por seus produtos, dito doutra maneira, as condições de consumo e recepção das verdades científicas das ciências sociais.

Por essa razão, elas são analisadas e descritas segundo o efeito sobre os agentes e instituições, sobre a problemática e sobre o espaço de produtores e de consumidores. Naturalmente, esses cortes analíticos são arbitrários, apesar de teoricamente informados, e servem única e exclusivamente como recurso heurístico.

Resta dizer que essa é a razão pela qual a problemática aparece como um corte analítico, o qual seria teoricamente dispensável, pois todas as transformações verificadas, sociologicamente, expressam-se, *mutatis mutandis*, na própria problemática (no sentido de espaço de possíveis). Ou seja, as transformações em relação aos agentes ou instituições, às teorias, técnicas e temas, às condições de produção e consumo dos produtos sociológicos acabam por conformar o espaço de possíveis das ciências sociais, isto é, a problemática atuante e potencial para os cientistas sociais; enfim, tudo aquilo que era possível e impossível de se pensar, provável e improvável de se fazer, dizível e indizível no momento, e, também, os modos de se pensar, fazer (escrever, pesquisar etc.) e dizer (como e quando falar ou silenciar etc.), ou, noutras palavras, tudo aquilo que a censura do campo das ciências sociais autorizava ou desautorizava no momento.²³

²³ Toda a ordem social impõe sua censura, na qual o aparelho censor de estado é apenas uma das formas, aliás, extrema e racionalizada. Em sociedades diferenciadas, a censura diferencia-se à medida que o espaço social se subdivide em campos cuja autonomização acresce aos regimes de censura mais e mais especificidade. Diferentemente do aparelho censor que funciona como instância jurídica organizada para identificar e reprimir a transgressão de um código lingüístico, é a estrutura do campo que regula a expressão ao regular simultaneamente a expressão e a forma de expressão. Essa censura se exerce pela intervenção das sanções do campo funcionando como mercado em que os preços das diferentes espécies de expressão são formados. Assim, ela se impõe a todo produtor de bens simbólicos, agentes ou instituições, sem exceção. Ademais, a necessidade da censura se manifestar sob a forma de proibição ou interdição explícitas torna-se menor à medida que os mecanismos que distribuem os agentes entre as diferentes posições são mais capazes de assegurar que as diferentes posições estejam ocupadas pelos agentes capazes e propensos a ter o discurso, ou manter o silêncio, compatível com a definição objetiva da posição. Não há censura mais perfeita e mais invisível do que quando cada agente não tem nada a dizer que aquilo que ele está autorizado a dizer. Entre as censuras mais eficazes e mais ocultas, há todas aquelas que consistem em excluir a possibilidade de comunicação de certos agentes ao excluí-los dos grupos com acesso à fala ou dos lugares onde a fala se faz com autoridade. Para restituir a razão daquilo que se pode ou não se pode falar num grupo, deve-se considerar não somente as relações de força simbólicas que aí se estabelecem e que retiram a condição de falar de alguns ou os obrigam a conquistar pela força seu direito à palavra, mas também as próprias leis de formação do grupo as quais funcionam como uma censura prévia. Portanto, as produções simbólicas (artísticas, literárias, científicas etc.) devem as mais específicas de suas propriedades às condições sociais de sua produção e, mais exatamente, à posição ocupada pelo produtor no campo de produção a qual comanda simultaneamente, e por diferentes mediações, o interesse expressivo, a forma e a força da censura imposta a ele e a competência que permite satisfazer esse interesse nos limites desses constrangimentos. Assim, estabelece-se uma relação dialética entre o interesse expressivo e a censura, a qual impede a distinção no *opus operatum* entre a

→

Em resumo, no que tange aos agentes e instituições: o estado amplia o sistema de produção de cientistas sociais com formação técnica; os programas de pós-graduação nacionais e a pós-graduação de estudantes brasileiros noutros países aumentam em quantidade, multiplicam-se; como conseqüência, a população de cientistas sociais multiplica-se. No que tange à problemática: a primeira classe de problemática consolida sua importância; a segunda classe de problemática é ceifada pela aposentadoria compulsória de muitos professores universitários, sobretudo daqueles vinculados *a posteriori* à escola paulista de sociologia; em conseqüência, os elementos da terceira problemática que eram revistos pelos aderentes da segunda acabariam abandonados, ademais o fechamento do ISEB também significava o fim da atualização de alguns desses elementos, os quais esse instituto realizava com sua produção e atuação; com isso, estabelece-se o monopólio da primeira classe de problemática, dentro da qual boa parte das posições passa a diferenciar-se (Ou seja, mais e mais a primeira problemática tornava-se a problemática das ciências sociais produzidas em instituições universitárias); nesse estado do campo de produção das ciências sociais, tanto a técnica quanto a teoria estabiliza-se, e o tema passa a ser o fator de distinção entre os grupos e as posições (nesse sentido, como diz Velho, as ciências sociais brasileiras ocupam na divisão internacional do trabalho científico posição homóloga aos *area studies* nas ciências sociais estadunidenses);²⁴ a técnica majoritária é a estatística e o trabalho de campo (quantitativa, segundo Ianni); a teoria adquire relevância quando carrega um valor operacional (tácito ou expresso); o tema passa a dividir o campo, recorta-se a “realidade” em pequenos objetos delimitados de modo mais ou menos realista. Quanto à relação entre o espaço de produtores e o

forma e o conteúdo, aquilo que está dito e a maneira de dizê-lo ou entendê-lo. Impondo o ato de dar forma (*la mise en forme*), a censura exercida pelo campo determina a forma e, inseparavelmente, o conteúdo, este indissociável de sua expressão na forma devida, portanto, impensável, de fato, fora das formas conhecidas e das normas reconhecidas. Ela determina também a forma da recepção, ou seja, quando se produz um discurso específico (filosófico, sociológico ou outro) nas formas, de modo a paramentá-lo com a congêrie de signos apropriados aos quais se reconhece um discurso específico, e pelos quais um discurso se faz reconhecer como filosófico, se produz um produto que exige ser recebido segundo as formas, isto é, no que diz respeito às formas que ele se dá. Dessa maneira, as obras legítimas exercem uma violência que as põe a salvo da violência necessária para apreender-lhes o interesse expressivo que elas exprimem apenas sob uma forma que nega-o. Isso quer dizer que a obra não se vincula menos pela forma a um campo particular do que pelo conteúdo: seria como imaginar que Heidegger poderia ter dito numa outra forma, aquela do discurso filosófico alemão em 1890, aquela dos artigos de ciência política mais recentes de Yale ou Harvard, ou outra qualquer, isso seria imaginar um Heidegger impossível (por exemplo, “errante” ou emigrado em 1933) ou um campo de produção também impossível na Alemanha onde produzira Heidegger. Enfim, é pela forma que as produções simbólicas participam mais diretamente das condições sociais de sua produção e também é por elas que se exerce seu efeito social mais específico, a violência simbólica, a qual só pode exercida por quem a exerce e sofrida por quem a sofre sob uma forma tal que ela seja desconhecida enquanto tal, quer dizer, reconhecida como legítima. Essas considerações sobre a noção de censura estrutural do campo são a forma mais ou menos parafraseada da teorização de Bourdieu sobre tal noção, cf. Pierre Bourdieu, *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*, Paris, Fayard, 1982, pp. 167-171. Para uma discussão mais acessível, cf. Pierre Bourdieu, *Questões de sociologia*, Tradução de Jeni Vaitsman, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983, pp. 108-111.

²⁴ Cf. O. G. Velho, *Processos sociais no Brasil pós-64*, art. cit., p. 250.

espaço de consumidores: o estado consolida-se como o principal consumidor das verdades científicas das ciências sociais; a economia política afirma-se como a principal fornecedora de conhecimento sobre o mundo social.

III. O ambiente do ambientalismo

*Toda geração de acadêmicos
possui um padrão involuntário
para a sagacidade permissível;
o que vai além disso é
seguidamente posto em dúvida e
utilizado como base para um
ataque contra a reputação do
acadêmico.*

Friedrich Nietzsche

*[...] ils ne peuvent apercevoir
que le contrôle ou la censure
n'est pas exercée par telle ou
telle des instances mais par la
relation objective entre
adversaires complices qui, par
leur antagonisme même,
délimitent le champ de la
discussion légitime, excluant
comme saugrenu ou éclectique,
ou tout simplement impensable,
toute tentative pour prendre une
position non prévue [...]*

Pierre Bourdieu

O ambientalismo (vale dizer, compreendido como ou modo de pensamento ou esquema de representação dos mundos social e natural) espalhou-se, *mutatis mutandis*, por vários países nas últimas décadas do século XX. A metáfora do espalhamento não deve confundir: é a própria estrutura das sociedades nacionais que fornece as condições de essa representação —ou modo de pensamento— dos mundos social e natural ter nesses universos sociais, ou em seus microcosmos (por exemplo, campos político, artístico, literário, científico etc.), tal expansão, a qual nada tem a ver com uma partenogênese (para falar como Bourdieu). Esse espalhamento tem sido tratado como objeto de pesquisa e reflexão por alguns filósofos, físicos, cientistas naturais, cientistas sociais e jornalistas, alguns mais ou menos atingidos (absorvidos, tragados) por esse espalhamento, naturalmente, em suas manifestações particulares em cada país ou campo de produção.

Tendo em vista esse acervo heurístico acumulado, verifica-se que a emergência do ambientalismo no Brasil é tratada como objeto específico de estudo quer em seu sentido ordinário de ativismo ou movimento social quer no sentido (aqui utilizado) de modo de pensamento ou forma de representação atuante noutros campos sociais (o que contempla tanto o primeiro significado quanto outros significados, por exemplo, “ambientalismo estatal”, de que fala José Augusto Pádua).

A partir desse segundo sentido, alguns estudos abordam a emergência do ambientalismo, sobretudo, na burocracia estatal (por exemplo, políticas ambientais ou *ecopolitics*), mas também no campo político (por exemplo, partidos verdes, associações ambientalistas), no campo científico (no caso brasileiro, especialmente, nas ciências sociais, em seu sentido institucional, isto é, compreendendo sociologia, antropologia e ciência política) etc.

A respeito do caso brasileiro, esses estudos verificaram o estabelecimento de reciprocidade entre esses microcosmos sociais em relação ao ambientalismo. Isso quer dizer que cada emergência particular do ambientalismo, a despeito de sua especificidade, guardava algum vínculo entre si, ou seja, nenhuma era autóctone ao campo em que se engendrava. Naturalmente, isso não impede que a análise concentre-se num grupo de agentes e instituições ou num campo de produção particulares, a qual não está obrigada a, por isso, fazer parênteses desses vínculos.

A subsequente análise inscreve-se, precisamente, nessa empresa coletiva a qual almeja fornecer elementos para a inteligibilidade do espraiamento do ambientalismo seja pelo mundo seja por países específicos (Brasil ou outros). Como noutros casos, aqui tanto o analista quanto a análise estão situados no campo de produção das ciências sociais.

Ademais aqui é o próprio campo de produção das ciências sociais que constitui-se no objeto de análise. Isso quer dizer que, por um lado, a análise também é um exercício de reflexividade e, por outro, busca ser uma contribuição ao acervo heurístico a respeito da expansão sócio-histórica do ambientalismo. Em suma, trata-se, então, de uma análise da gênese (social) do ambientalismo no campo de produção das ciências sociais ou, mais precisamente, das condições sociais de sua produção como elemento específico e distinto na problemática das ciências sociais, isto é, no espaço de possíveis sociológico, quer no tema quer na técnica quer na teoria.

Sem dúvida ainda não se fez a história do conjunto de análises a respeito da emergência do ambientalismo, por exemplo, no caso brasileiro. Isso permitira “sair do círculo de relativizações que se relativizam mutuamente”, o que seria possível ao preço de um longo trabalho de reconstrução dos pontos de vista que orientam essas análises e que podem estar relacionados à posição do analista num determinado campo, à maneira daquele esboço feito por Bourdieu do “espaço dos pontos de vista” da crítica a respeito da literatura.¹

¹ Cf. Pierre Bourdieu, *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*, Tradução de Maria Lucia Machado, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 220 e seguintes.

Contudo, apesar de desejável uma tal história, não será aqui que virá à luz essa tarefa, com tamanha envergadura e suficientemente específica a ponto de exigir um empenho monográfico. Não obstante, se a tangencia pela necessidade de retratar alguns elementos já acumulados por e nas explanações a respeito do ambientalismo feita por analistas situados, sobretudo, nas ciências sociais; principalmente aqueles elementos deslindados quanto ao aparecimento dos “estudos ambientais” ou da “pesquisa científica sobre das inter-relações entre sociedade e ambiente” ou, das “ciências sociais do meio ambiente”. E também para poder esboçar o “espaço dos pontos de vista possíveis” (mesmo que insuficientemente construído) com referência ao qual se definiu o método de análise que põe em funcionamento.

Os elementos relacionados pelos analistas à emergência do ambientalismo, quer no espaço social brasileiro quer numa região particular sua (por exemplo, as ciências sociais), não serão apresentados à maneira de um debate, polêmica ou dilema —formas pelas quais eles não raro se apresentam aos pesquisadores. A hipótese de trabalho é a de que em conjunto esses elementos tornam mais nítidos alguns rastros a serem seguidos pelo sociólogo que busca compreender essa gênese nas ciências sociais, sem reduzi-la a nenhuma das outras possíveis, isto é, compreendê-la em sua necessidade e em sua razão específica.

A bibliografia a respeito da emergência do ambientalismo de modo geral não trata especificamente da emergência nas ciências sociais. Antes aborda-se “a emergência e a evolução” do movimento ambientalista, no sentido de um movimento social imbuído de novos valores e práticas e com um papel “especial” nas sociedades contemporâneas. O movimento ambientalista constituía-se como uma “idéia-força” que se disseminava mais e mais por e nos “setores” da sociedade e por e nas consciências dos “atores”.

Esse processo de “ambientalização” configuraria-se em três momentos: um “bissetorial”, ao longo da década de 1970, no qual o governo brasileiro, devido à influência internacional, constituiria instituições e leis ambientalistas, ademais as burocracias estatais ambientais e os ativistas ambientalistas da sociedade civil manteriam um diálogo, em que aqueles predominariam; outro em que se iniciaria o “ambientalismo mutissetorial”, isto é, a ambientalização se expandiria e espalharia para vários setores e atores; e, por fim, um outro, desencadeado pela Rio-92, no qual o multissetorialismo se consolidaria com a convergência de

diversos atores em torno do ideal do desenvolvimento sustentável. Essa é a “tese da multissetorialização”, a qual tem como autor e referência Eduardo Viola.²

José Augusto Pádua defende não ser possível a compreensão do “nascimento da política verde no Brasil” apenas pela “difusão exógena” de idéias ambientalistas. Desse modo, ele considera que tanto os “fatores exógenos”, como a difusão das idéias verdes européias e o exílio na Europa de alguns ativistas (sobretudo os futuros fundadores do Partido Verde brasileiro), quanto os “fatores endógenos”, como o surgimento dos “novos movimentos sociais”, a visibilidade dos “problemas ambientais” (com a intensificação da urbanização, da industrialização e da agricultura predatória), a tradição de tematização da natureza na cultura brasileira, o surgimento de uma “nova classe média”, possibilitariam a constituição de uma “política verde” no Brasil. Com isso, para o entendimento do ambientalismo (“política verde”), seria salutar “uma combinação entre o fenômeno da difusão das idéias e o estudo sociológico das arenas onde elas se manifestam, de forma a investigar, até onde é possível, as condições objetivas que tornam o solo social mais ou menos adequado para o seu enraizamento e expansão.”³

Naturalmente, os elementos deslindados, ora em Viola ora em Pádua, ainda são insuficientes quer para explicar a “difusão das idéias” por “setores” ou “atores” quer como “estudo sociológico das arenas onde elas se manifestam”. Isso é verdade especialmente a respeito da “arena” ou “setor” das ciências sociais, no qual as análises de ambos e de muitos outros particularmente se inscrevem.

Mesmo que se considere que as ciências sociais tenham absorvido ou sido absorvidas pela “idéia-força” ambientalista ou que esses “fatores exógenos” e esses “fatores endógenos” tivessem concorrido sobremaneira na produção das ciências sociais daquele momento a ponto de resultar em análises sobre o “meio ambiente”, como as acima, mesmo assim, persistiria a insuficiência explicativa, pois sequer se teria consistentemente aventado como tal idéia-força ou tais fatores endógenos e exógenos tornar-se-iam eficientes (simbólica e materialmente) ou, pelo menos, apresentar-se-iam (específica e particularmente) na arena das ciências sociais sob certa

² Cf. Eduardo José Viola, O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica, *Revista brasileira de ciências sociais—RBCS*, v. 1, n. 3, fevereiro, 1987; Eduardo José Viola e Héctor Leis, Evolução das políticas ambientais no Brasil, 1974-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentado, em Daniel J. Hogan e Paulo Freire Vieira, organizadores, *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*, Campinas, Editora da UNICAMP, 1995; e Eduardo José Viola e Héctor Leis, O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável, em Eduardo José Viola, et alli, *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais*, São Paulo, Cortez, 1995.

³ Cf. José Augusto Pádua, O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos, em Héctor Leis, org., *Ecologia e política mundial*, Rio de Janeiro, FASE/Vozes, 1991, pp. 135-161 e, para citação, p. 142.

configuração e num determinado momento (aliás, esta parece ser a abordagem que o próprio Pádua propõe).

Para isso, pode-se recorrer a três balanços bibliográficos circunstanciados, que em conjunto abrangem as principais obras (e também algumas secundárias) do campo de produção das ciências sociais, sob vários aspectos: cronológico, das décadas de 1980 a 1990; espacial, pelo lado da produção, âmbito nacional e, pelo da recepção, internacional; e de divulgação, livros publicados, mas também monografias acadêmicas (teses e dissertações) inéditas.

Em 2002, o balanço de Ferreira & Ferreira fazia uma “revisão da literatura internacional” e em seguida comentava a “constituição da sociologia ambiental no Brasil”. O foco da análise especialmente recai sobre a história do *institution building* da sociologia ambiental, primeiramente, nos Estados Unidos e, depois, no Brasil.

Assim, esse trabalho trouxe um ponto de vista privilegiado desse conjunto de ações que instituem e constituem a “sociologia ambiental” brasileira, pois, como assinalam as autoras, dados de pesquisa foram cruzados com a “observação direta dos atores por parte das duas autoras”, já que elas são agentes também nesse “contexto” de *institution building*.

Apesar de o foco do balanço ser a “trajetória político-institucional” da sociologia ambiental, pode-se extrair alguns elementos a respeito da emergência do ambientalismo nas ciências sociais que as autoras assinalam.

A revisão da bibliografia internacional e a apresentação do caso estadunidense contribuem tanto para uma perspectiva comparada como para uma espécie de “arqueologia” da sociologia ambiental: por um lado, apreende-se mais precisamente como a sociologia ambiental configura-se numa determinada prática de pesquisa, quer dizer, como ora elemento da problemática sociológica ora problemática específica em vias de autonomização; por outro, vislumbram-se as (des)semelhanças do *institution building* do ambientalismo nas ciências sociais (brasileiras e estadunidenses).

Com isso, as autoras indicam que haveria correspondência entre o desenvolvimento internacional do “debate em torno da dimensão ambiental no interior da sociologia” e seu desenvolvimento nacional: “[...] a questão ambiental adquiriu relevância na comunidade

científica internacional, o que também surtiu efeitos na comunidade científica do país [...].”⁴ Correspondências as quais se estabeleciam tanto pela circulação das idéias quanto de agentes, o que, segundo as autoras, estreitava o “diálogo entre a sociologia ambiental brasileira e a internacional”.

O surgimento da sociologia ambiental estadunidense estaria vinculado a emergência dos (novos) “movimentos sociais de contestação” e também a constatação de que o uso de recursos naturais e o desenvolvimento industrial encontravam-se em situação emergencial: “A sociologia ambiental [norte-americana], como produção científica e acadêmica, emergiu a reboque dos movimentos sociais de contestação no início dos anos de 1960, da constatação de uma situação emergencial de degradação dos recursos naturais e do desenvolvimento industrial [...].”⁵

E, ainda, o “clima cultural” dos anos de 1960 havia “profundamente influenciado” os anos seguintes, até a década de 1980, nos quais estava em curso o *institution building* da sociologia ambiental estadunidense, o que aumentaria a persistência na investigação a respeito da “problemática ambiental”: “De fato, todo o período que engloba os anos de 1960 até meados de 1980 foi profundamente influenciado pelo clima cultural dessa década [1960]: novos movimentos sociais, a contra-cultura, a crítica radical ao industrialismo e ao armamentismo marcaram uma mudança drástica no clima cultural e no ambiente universitário, acentuando a necessidade de se investigar com mais afinco a problemática ambiental.”⁶

Ainda em 2002, porém publicado antes do anterior, o balanço de Alonso e Costa tratava especificamente da bibliografia a respeito de “meio ambiente” produzida “fora”, “nas fronteiras” e “no interior” das ciências sociais. Assim, enquanto o anterior trata-se, sobretudo, de um balanço “institucional”, esse trata-se de um balanço bibliográfico.

O balanço da “literatura brasileira” é precedido pelo “balanço da literatura internacional sobre a questão ambiental” (que não se pretende exaustivo). Isso para se apresentar sucintamente

⁴ Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira, Águas revoltas: sociologia ambiental, *Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais — BIB*, São Paulo, n. 54, 2. semestre, 2002, p. 89.

⁵ *Ibid.*, p. 84. Ainda a respeito “do que hoje se chama sociologia ambiental”, elas dizem que: “A iniciativa de introduzir o debate em torno da dimensão ambiental no interior da sociologia foi a um só tempo consequência desse processo [de redefinição de objeto nas ciências sociais, após a segunda guerra mundial, para integrar os processos sociais com implicações ou intenções políticas] e resposta à intensificação dos impactos socioambientais negativos decorrentes da expansão econômica ou à reação social deflagrada pela evidente degradação” (*ibid.*, p. 83).

⁶ *Ibid.*, p. 86.

as principais clivagens da bibliografia internacional, tencionando, assim, uma perspectiva comparada entre ambas as bibliografias.

Nesse balanço, a preocupação nesse não é elucidar as condições de “emergência dos estudos sobre meio ambiente no Brasil”, apesar de os autores trazerem alguns elementos de sua configuração (com um caráter, sobretudo, introdutório), mas sim organizar essa bibliografia “a partir de grandes enfoques e troncos temáticos”. Mesmo assim, alguns elementos a respeito daquela podem ser pinçados.

Em primeiro lugar, quando do aparecimento de “estudos desse gênero” na Europa e nos Estados Unidos, o tema do desenvolvimento prevalecia no debate brasileiro e predominavam os “estudos ‘ecológicos’ técnicos, redigidos, sobretudo por cientistas naturais.” Ou seja, a constituição de um “campo de estudos ambientais” no Brasil se daria com um relativo atraso em relação aos casos europeu e estadunidense.

Em segundo lugar, seria com o processo de redemocratização brasileiro que a “questão ambiental” ganharia relevância, por ocasião do retorno dos muitos militantes de esquerda exilados e com alguma permanência na Europa, donde as “preocupações ecológicas dos novos movimentos sociais europeus” que traziam na bagagem.⁷

E, em terceiro (e último) lugar, os cientistas sociais voltavam sua atenção para a questão ambiental a partir do “desdobramento de temas vizinhos”, dos quais se destacariam os temas pesquisados na sociologia rural e na sociologia dos movimentos sociais; e, de modo geral, essa atenção só ganharia corpo após a Rio-92.⁸

E, por fim, o terceiro e mais antigo balanço da “pesquisa focalizando um conhecimento mais acurado dos processos interativos sociedade—meio ambiente” nas ciências sociais no Brasil está no “mapeamento preliminar” feito por Vieira em 1992.

Esse trabalho ao mesmo tempo é o que mais contribui com elementos descritivos para a compreensão da emergência do ambientalismo nas ciências sociais e também o que menos contribui com elementos explicativos. Por um lado, o próprio “mapeamento” acaba por registrar

⁷ Cf. Angela Alonso e Valeriano Costa, Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico, *Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais—BIB*, São Paulo, n. 53, 1. semestre, 2002, p. 40: “A questão ambiental ganhou maior relevo durante o processo de redemocratização, quando muitos militantes de esquerda retornavam do exílio trazendo na bagagem preocupações ecológicas dos novos movimentos sociais europeus.”

⁸ Cf. *ibid.*: “A atenção dos cientistas sociais brasileiros para a questão ambiental nasceu como desdobramento de temas vizinhos, sobretudo na sociologia rural e na sociologia dos movimentos sociais, e apenas ganhou corpo pós-Rio-92.”

as condições em que se dava a gênese do ambientalismo nas ciências ao apresentar a produção bibliográfica do momento, apesar do autor não fazer e nem pretender a análise disso.

Por outro, o elemento explicativo inscreve-se na “tese do multissetorialismo”, ou seja, a consciência ambiental se difundiria pelo mundo por meio da ação de certos agentes, para Vieira, os responsáveis pelos “diagnósticos e prognósticos do ‘sistema mundial’ em situação de crise: “Com as experiências pioneiras de diagnóstico e prognóstico da dinâmica do “sistema mundial” em situação de crise [...], começa a se cristalizar uma consciência planetária dos riscos sócio-ambientais embutidos no projeto hegemônico da civilização industrial-tecnológica. Desde então, a pesquisa focalizando um conhecimento mais acurado dos processos interativos sociedade—meio ambiente encontra-se em rápida disseminação em todo o mundo.”⁹

No geral, essa bibliografia não está preocupada em analisar as condições objetivas de possibilidade da gênese do ambientalismo no campo de produção das ciências sociais. O foco desses trabalhos está em avaliar o que resultou dessa gênese, pois a possibilidade de ela ocorrer está *ex post facto* evidenciada, como os próprios textos demonstram ao inventariar e analisar quer os efeitos sociais do movimento ambientalista (no país ou no mundo) quer a bibliografia ou as instituições de pesquisa sobre a “questão ambiental”.

Não que não haja nesses balanços, procurando bem, rastros visíveis das condições da gênese ambientalista, como se demonstrou acima. Talvez Pádua seja quem se coloque e também proponha esse objetivo de modo mais explícito, quando fala do “estudo sociológico das arenas”.

Dessa maneira, resta então saber quais são as condições sociais objetivas de possibilidade da gênese do ambientalismo nos diversos campos e subcampos sociais. Naturalmente, isso já está em andamento, porém, o caso das ciências sociais tem sido abordado sob outras perspectivas (como as apresentadas acima, dentre outras).

O que se propõe como método de análise é que o estado do campo de produção deve ser considerado como princípio explicativo da gênese do ambientalismo nas ciências sociais, pois, mesmo que essa seja conseqüência da difusão de idéias ou outra ação qualquer, o campo tem de estar composto por posições em que essas idéias se tornem eficientes e por agentes com disposições para utilizá-las como apostas ou armas nas disputas do campo.

⁹ Paulo Freire Vieira, A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990). Mapeamento preliminar e avaliação crítica da produção acadêmica, *Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais—BIB*, Rio de Janeiro, n. 33, 1. semestre, 1992, p. 3.

Isso é reintroduzir o campo de produção cultural e, especificamente, o campo de produção científica como um microcosmo social relativamente autônomo, o que acaba por ser negado por todas formas de *redução* quando não se considera a intermediação necessária dos agentes e dos campos para a eficiência das mudanças quer culturais quer cognitivas ou, ainda, produtivas (por exemplo, o avanço e a evidência da degradação ambiental).

A eficácia dos fatores externos, crises econômicas, transformações técnicas, revoluções políticas ou, muito simplesmente, demanda social de uma categoria particular de comanditários, de que a história social tradicional busca a manifestação direta nas obras, não pode exercer-se senão por intermédio das transformações da estrutura do campo que esses fatores podem determinar.¹⁰

Em suma, analisa-se a gênese do ambientalismo nas ciências sociais brasileira, a partir das condições sociais de produção do campo das ciências sociais, segundo o estado do campo (o qual está compreendido aproximadamente entre meados das décadas de 1970 e 1980) em que a gênese se efetiva. Sendo assim, a análise demanda um trabalho prévio, imprescindível, de reconstrução do estado do campo, o qual circunstancia (aliás, circunstanciou) toda a análise subsequente.¹¹

Retomando o rastro deixado pela bibliografia, verifica-se o apontamento recorrente de reciprocidade entre as ações relacionadas ao ambientalismo noutras sociedades e as ações relacionadas a este na sociedade brasileira. Essa dimensão internacional da emergência do ambientalismo em muitas sociedades nacionais remete, sobretudo, aos organismos internacionais e seu trabalho de “transnacionalização” de idéias e à intermediação nacional desse trabalho, o que o torna eficiente nos espaços sociais nacionais. Talvez parte da força da “idéia-força” ambientalista provenha desse trabalho de “difusão” e, sobretudo, do trabalho correspondente de intermediação feito por agentes e instituições em universos sociais particulares.

Verifica-se, ainda, que a partir da década de 1970 o ambientalismo aparece na problemática das ciências sociais como tema (por exemplo, movimento ambientalista, políticas públicas ambientais, desenvolvimento e meio ambiente etc.), técnica (por exemplo, dimensão ambiental, abordagens trans-, inter- ou multidisciplinares etc.) e/ou teoria (por exemplo, ecodesenvolvimento, multissetorialismo ambientalista, sociedade de risco) e, também, como razão de ser de alguns propostas (ou realizações) de “rearranjos científico, intelectual e institucional”.

¹⁰ P. Bourdieu, *As regras da arte*, *op. cit.*, p. 232.

¹¹ Cf., acima, segunda parte, capítulo um e, especialmente, capítulo dois.

Esses dois rastros bem visíveis em geral são o pressuposto razoável da bibliografia das ciências sociais a respeito do ambientalismo. Isso quer dizer que, se o pesquisador constata mobilizações, ativismo, políticas, conflitos que são apresentados pelos agentes ou representados pelos analistas como ambientalistas, se a própria pesquisa é sintomática do gasto de energia feito, por exemplo, pelos cientistas sociais no campo de produção das ciências sociais em relação ao ambientalismo, a efetivação tanto do objeto de pesquisa quanto do sujeito pesquisador encontrou, no caso brasileiro, possibilidades suficientes para emergir.

1. Um mercado em formação: agentes, instituições e ambientalismo

A partir desse pressuposto (verdadeiro), os cientistas sociais produziram os principais lances e apostas científicas (e, também, algumas políticas) a respeito do ambientalismo, os quais constituem o *corpus* ambientalista, objeto dos principais balanços das ciências sociais em relação a sua produção. Porém, as condições de possibilidade da gênese do ambientalismo nas ciências sociais, as quais constituem e estão implícitas nesse pressuposto (tácito ou exposto), não vêm à tona.

Não obstante, pelo menos a respeito das condições da sociogênese do movimento ambientalista brasileiro, a bibliografia recentemente recebeu uma contribuição esclarecedora.¹ Ainda assim, a mesma ainda carece de algo semelhante a respeito, especificamente, das ciências sociais. Desse modo, busca-se promover uma contribuição nesse sentido com a análise do ambientalismo a partir dos desdobramentos dos dois rastros mencionados e suas correlações com o espaço de posições e de possíveis das ciências sociais na década de 1970 e 1980, em suma, tenciona-se demonstrar a inteligibilidade da relação entre a problemática sociológica e a gênese do ambientalismo na mesma.

¹ Cf., Angela Alonso e Valeriano Costa e Débora Maciel, The formation of the Brazilian environmental movement, *IDS Working Paper*, Institute of development studies, University of Sussex, Brighton, England, v. 259, november, 2005.

ONU [1945-]

Não há como negar o papel desempenhado pelos organismos internacionais na disseminação de modos de pensar e modos de agir no mundo após 1945. Produzidos a partir de representações do mundo social e do mundo natural, esses organismos internacionais em conjunto são a *instituição* de uma representação do mundo. Ao se instituírem a partir de um mito fundador internacional, isto é, *entre* as nações, eles se legitimam por um efeito transnacional, isto é, *para além* das nações que os instituem. Dito doutra maneira, os modos de pensar e os modos de agir que circulam internacionalmente a partir de e nesses organismos são produzidos como transnacionais.

Nesse sentido, os organismos internacionais funcionam como um lugar de “neutralização” de discursos e atos, os quais têm como princípio modos de pensar e agir inescapavelmente nacionais, isto é, produzidos em sociedades nacionais ou, melhor, espaços sociais nacionais. Cada organismo internacional constitui uma espécie de ponto num espaço social transnacional, no qual esquemas de pensamento e de ação nacionais são sancionados como universais, por meio do apagamento da história nacional desses esquemas que constitui a própria função e a forma de legitimação desses organismos.

À maneira de pontos mutuamente excludentes, isto é, existentes na e pela diferença, os organismos em conjunto formam não apenas um espaço, mas também um sistema de esquemas, princípios, valores, formas etc. conhecidos e reconhecidos, quer dizer, uma espécie de sistema simbólico que pretende ser a representação universal do mundo social e do mundo natural e o princípio transnacional de atuação dos agentes e instituições nos espaços nacionais.

O atual conjunto de organismos internacionais se formou *grosso modo* após 1945, isto é, depois do fim da segunda guerra mundial. Além de ele ser a expressão instituída de uma ordem mundial a ser mantida, muito mais do que constituída, ele é a objetivação dessa ordem em instituições e agentes, discursos e gestos, noções e normas. As palavras usadas, as funções atribuídas e as formas estabelecidas em e por esses organismos não são só a descrição dessa nova ordem para as nações signatárias, mas também a prescrição da ordem a ser seguida por essas nações.

O cumprimento de tal prescrição é proporcional ao reconhecimento da ordem descrita. E essa ordem alcança maior reconhecimento quanto maior é o desconhecimento dela enquanto tal. Daí a importância da transnacionalização dos modos de pensar e dos modos de agir produzidos

num espaço nacional, pois assim aumenta-se a eficiência desses esquemas de pensamento e de ação nacionais, quer dizer, obtem-se um efeito de universal, pelo desconhecimento de sua particularidade nacional.

Apesar de se assemelhar em forma (e menos em função) à Hidra de Lerna, figura mitológica de sete cabeças e ilimitado poder de destruição, pode-se dizer que a Organização das Nações Unidas, ONU, está formalmente na posição dominante nesse espaço de lugares “neutros” transnacionais. Organizações como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, FMI, Organização Mundial do Comércio, OMC, etc. são alguns dos elementos desse espaço transnacional. Desse modo, não há como analisar a disseminação transnacional de alguns esquemas de pensamento, tais como o ambientalismo, sem levar em conta as ações desses lugares neutros, tais como a ONU, na circulação internacional de idéias.

Contudo, isso não quer dizer que haja algum automatismo entre as tomadas de posição nesses espaços transnacionais e as tomadas de posição nos espaços nacionais, pois, como nos diz Émile Durkheim, “se o meio social externo, isto é, o que é formado pelas sociedades circundantes, é susceptível de exercer alguma ação, será quase só sobre as funções que têm como objetivo o ataque e a defesa e, além disso, *só poderá fazer sentir a sua influência por intermédio do meio social interno.*”² Noutras palavras, se os espaços nacionais isolados ou em conjunto produzem algum efeito sobre algum outro espaço nacional, isto só é possível pela mediação deste último, quer dizer, por suas propriedades que tornam os efeitos “externos” eficientes sobre ele, isto é, efeitos “internos” sobre os agentes e instituições do espaço social nacional.

O principal instrumento de ação da ONU encontra-se na promoção de arranjos de interação entre mandatários nacionais, nos quais as grandes conferências (temáticas) tornaram-se um eficiente meio. No caso do ambientalismo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente realizada em Estocolmo, Suécia, em 1972, ou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992, são bons exemplos. A primeira conferência constitui-se num elemento a ser considerado quando se

² Émile Durkheim, *As regras do método sociológico*, Tradução de Pietro Nasseti, São Paulo, Martin Claret, 2003, p. 125, grifos meus. Esse princípio durkheimiano, a meu ver, está presente em toda a obra de Pierre Bourdieu, pode-se ver um indício de tal correspondência neste trecho: “Em suma, as determinações externas sempre se exercem por intermédio das forças específicas do campo, ou seja, depois de haver sofrido uma *reestruturação* tanto mais importante quanto o campo é mais autônomo, mais capaz de impor sua lógica específica, que não é mais que a objetivação de toda a sua história em instituições e mecanismos” (P. Bourdieu, *As regras da arte, op. cit.*, p. 262, grifos do autor).

analisam os lances nos campos de produção cultural em relação ao ambientalismo nas décadas de 1970 e 1980, isto é, no intervalo entre as duas conferências.

Estocolmo [1972]

Se os organismos internacionais possuem uma gama variada de meios de atuação, as conferências são, sem dúvida, as formas por excelência de imposição e de atualização dos modos de pensar e agir descritos e prescritos por eles. Talvez isto se deva à liturgia que acompanha esses eventos: longos preparativos, convite a *personalidades*, laudos e subsídios “técnicos e científicos”, presença de chefes de governo e de estado, cobertura dos *mass media*, resoluções finais “assinadas pela ONU”, etc.

Cada um dos elementos que dão as condições de uma conferência fazer ver e fazer crer são passíveis de uma sociologia (pouco explorada), a qual foge dos objetivos almejados aqui. Não obstante, poder-se-ia dizer que não só o ambientalismo é um desses modos de pensar e de agir que essas conferências fazem ver e fazem crer, mas também outros, como globalização, livre-comércio (liberalismo), devem a sua existência ao trabalho incansável de *realização* feito por esses organismos internacionais por meio de suas conferências, ainda que não exclusivamente.

As conferências dos organismos internacionais fazem lembrar daqueles acordos ortográficos entre países. Porém, há uma diferença entre ambos: nos acordos ortográficos, apenas busca-se uma escrita comum entre países de mesma língua; nas conferências, busca-se uma *língua comum* entre países de línguas diferentes. A partir de questões locais e resoluções mundiais, temas particulares e termos universalizados, e tradições nacionais e traduções (des)nacionalizadas, os organismos internacionais, por meio de eventos como as conferências mundiais, produzem uma pretensa “comunidade lingüística mundial”, espécie de língua franca ou, segundo Bourdieu e Wacquant, uma “vulgata planetária”.³

As conferências retiram seu poder de universalização de um duplo efeito de deslocamento. Primeiro, elas deslocam questões e problemas produzidos num contexto particular, geralmente nacional, para um espaço pretensamente transnacional, no qual se trabalha para fazer ver essas questões e problemas como transnacionais ou, na melhor das hipóteses, torná-los transnacionais.

Segundo, por meio da preparação, discussão e votação que têm lugar nas conferências, elas deslocam o momento nacional da produção do sentido (*sensus*) para o momento internacional de

³ Cf. Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, La nouvelle vulgate planétaire, *Le monde diplomatique*, mai, 2000, pp. 6-7.

produção do consenso (*consensus*), quer dizer, o sentido dos problemas e das questões expostos nas conferências, e anterior a elas, surgem como produzido nelas. Noutras palavras, as conferências são lugares de circulação que passam a ser vistos e a se fazer ver como locais de produção. Dessa maneira, o efeito de universal é proporcional ao esquecimento da sociogênese nacional dos temas e problemas consagrados pelas conferências como internacionais, mundiais, transnacionais, enfim, universais.

Em Estocolmo, Suécia, em 1972, após uma preparação iniciada em 1968, realiza-se a *United Nations Conference on the Human Environment*, ou, simplesmente, Estocolmo-72.⁴ Sem escapar ao protocolo de efetivação desses espaços de interação entre agentes e instituições de diferentes espaços sociais nacionais que são as conferências, Estocolmo-72 feita pessoa jurídica produz atos simbólicos, quer dizer, conhecidos e reconhecidos, pelos quais passa a existir enquanto corpo desnacionalizado, logo, em condições de produzir artefatos culturais particulares como produtos universais.

Por exemplo, o documento último da conferência, *Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment*, é o princípio de existência da conferência, pois a própria conferência aparece como autora dos atos tomados durante a sua realização. Noutras palavras, a declaração (*Declaration*) da conferência confere a ela mesma os meios de se fazer conhecer e os meios de se fazer reconhecida enquanto e como corpo constituído e sujeito (*the United Nations Conference on the Human Environment*).

Enfim, e sem paradoxos, uma vez mais os organismos internacionais produzem um de seus típicos discursos sem sujeito, os quais extraem seu poder de universalização de sua circulação internacional, a qual conduz, geralmente, a um trabalho de esquecimento das condições nacionais de produção dos produtos, quer dizer, esquecimento do contexto particular que é condição para a pretensão ao texto universal.

* * *

O efeito da conferência de Estocolmo no espaço social brasileiro se produzia menos de modo sincrônico do que diacrônico, e este pode ser apreendido tanto na direção retrospectiva quanto prospectiva, ambas fundamentais para a eficiência simbólica (e material) da conferência.

⁴ Estocolmo-72 é uma denominação retrospectiva feita em alusão a Rio-92 (*United Nations Conference on Environment and Development*, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992), a denominação mais comum e anterior a Rio-92 é “conferência de Estocolmo”.

Seguida a primeira direção, “a preparação para a conferência de Estocolmo” avoluma-se como fato intermediário para se compreender como a conferência e seus resultados se tornam eficientes no “solo social”, como disse Pádua.

A preparação acaba por ser negligenciada nos estudos a respeito da conferência e de seus efeitos nos países participantes. Isso quer dizer que, à medida que os estados começavam os trabalhos preparatórios com reuniões entre políticos e peritos, coleta de dados e informações, seleção dos delegados e definição de suas diretrizes de atuação etc., a conferência já começava a produzir seus efeitos antes mesmo de se realizar. Por um lado, isso indicava uma concordância prévia com a realização da conferência e as questões em disputa.

Por outro, isso demandava dos agentes protagonistas tomadas de posição a respeito dos objetos em disputa (por exemplo, os delegados brasileiros defendiam uma posição específica na conferência, a qual obrigava que os outros agentes se posicionassem —e assim sucessivamente —, esta tratava do direito dos “países subdesenvolvidos” se desenvolverem e que o modo como os “países desenvolvidos” colocavam a questão do ambiente congelaria a “ordem internacional atual”), as quais poderiam ou não ser usadas como armas, apostas ou trunfos nas disputas em torno dos interesses em jogo quando da realização da conferência.⁵

Portanto, durante a preparação, os agentes e instituições davam início a um trabalho coletivo que sedimentava no espaço social (primeiro, nesse caso, no campo burocrático estatal) as condições de circulação dos modos de pensar e agir objetos de definição e difusão na conferência.

Então, é a partir das possibilidades existentes —agentes, instituições, dados, informações, esquemas de pensamento e ação, política exterior etc.— que o espaço social (nacional) interagiu com as demandas dos organismos internacionais, as quais podiam ou não conduzir esse espaço de possíveis a uma nova configuração, e era nessa relação de reciprocidade que ocorria a intermediação das tomadas de posições “externas” e “internas”, ocorrendo, como se diz, a “internalização”, que raramente é acompanhada por um trabalho de nacionalização ou condicionada por algum trabalho de transnacionalização.

E, por fim, seguida a segunda direção (prospectiva), quer dizer, em busca dos “ecos de Estocolmo”, como escreve Guimarães ao nomear um capítulo, depara-se com a Secretaria

⁵ Para uma descrição sucinta mais rica em detalhes a respeito da preparação internacional para a conferência de Estocolmo, cf. Roberto P. Guimarães, *The ecopolitics of development in the third world: politics and environment in Brazil*, Colorado (US); London (UK), Lynne Rienner, 1991, pp. 144-147.

Especial do Meio Ambiente.⁶ Essa é a expressão mais bem acabada (no sentido dos efeitos gerados pela circulação das idéias em que se fundamentava a proposta da conferência e também pelas tomadas de posição dos agentes e instituições nacionais) do trabalho de preparação para a conferência e da atuação da delegação na mesma.

SEMA [1973]

A Secretaria Especial do Meio Ambiente foi legalmente criada em fins de 1973 e começou a operar efetivamente no ano seguinte.⁷ A razão de invocar esse órgão estatal não está em investigar as condições de sua emergência na burocracia estatal brasileira ou avaliar o quanto este é tributário da conferência de Estocolmo.⁸

A razão dessa invocação está, sim, em avaliar os efeitos no espaço social em geral e no campo universitário em particular que o investimento material (pessoal especializado e auxiliar, dispêndio orçamentário, infra-estrutura predial e operacional etc.) e o simbólico (especialização da burocracia estatal numa política específica, demanda por dados e informações sobre esse objeto político e política denominado “meio ambiente”, oferta de representações e soluções a respeito do “meio ambiente”, isto é, “a política ambiental”, etc.) relacionado à constituição de uma burocracia especializada como a SEMA no interior do campo burocrático estatal. Nesse sentido, sua capacidade de cumprir suas diretrizes torna-se secundário (ou, se se preferir, dispensável) na análise.

Para a análise, importa mais a existência da SEMA do que sua eficiência, pois que o objetivo dessa “passagem” da argumentação pelo campo burocrático está em explicitar alguns dos efeitos possíveis desse conjunto de posicionamentos que “criaram” a SEMA ou regulamentaram seu trabalho (leis, decretos etc.) sobre o campo científico, mais precisamente, sobre o campo de produção das ciências sociais. Noutras palavras, investiga-se a reciprocidade entre a “emergência da SEMA” (como diz Guimarães)⁹ ou do “ambientalismo de Estado” (para Pádua)¹⁰, e seus efeitos, e a gênese do ambientalismo nas ciências sociais.

⁶ Refiro-me ao sexto capítulo (*Echoes of Stockholm: the creation of SEMA*) de Roberto P. Guimarães em seu *The ecopolitics of development in the third world* (Cf. R. P. Guimarães, *The ecopolitics of development...*, *op. cit.*).

⁷ Cf. o decreto n. 73.030, de 30 de outubro de 1973, que trata da criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente, SEMA, expedido pelo então “presidente” Emílio Garrastazú Médici, em seu último ano de mandato.

⁸ Sobre algumas das razões para a criação da SEMA, cf. também, para não inflar as referências, R. P. Guimarães, *The ecopolitics of development...*, *op. cit.*, pp. 159-163.

⁹ *Ibid.*, p. 160.

¹⁰ J. A. Pádua, *O nascimento da política verde...*, art. cit., p. 151.

Antes da SEMA, os assuntos “ambientais” eram tratados na burocracia estatal pela pasta ministerial da saúde: eram regulados pela, à época, recente política nacional de saneamento (atribuição do ministério do interior), de 1967, e também neste mesmo ano era criado um conselho nacional de controle da poluição do meio ambiente (vinculado ao ministério da saúde). Com a SEMA (vinculada ao ministério do interior), tanto essa preocupação “sanitária”, agora “ambiental”, a respeito da poluição quanto a “preocupação” difusa pelo campo burocrático a respeito do “uso racional dos recursos naturais do país”, como aparece num documento assinado pelo general João Figueiredo, passam a ser atribuição deste órgão estatal do “meio ambiente”.

Naturalmente, isso significa uma mudança na visão do Estado a respeito daquilo que ele administra e como administra. A qual também implica numa atualização do direito de modo que este represente adequadamente a representação do estado sobre as coisas e os corpos que ele administra: “O direito consagra a ordem estabelecida ao consagrar uma visão desta ordem que é uma visão do Estado, garantida pela Estado.”¹¹

Apesar do campo burocrático estar nesse momento sob a dominação de agentes com poder discricionário, os atos (mesmo os mais brutais) eram apresentados como fundamentados no direito (enquanto sistema simbólico), o que na verdade o eram, mesmo que o direito tivesse de ser adaptado para legalizar tais atos.

Em suma, uma outra organização administrativa pode conduzir a uma nova divisão nos esquemas de pensamento produzidos e reproduzidos pelo Estado quer pela sua ação quer pela educação. Ou, mais precisamente, mudanças como essa atingem todos os agentes que, de um modo ou de outro, orientam sua prática segundo essas divisões, sendo a correspondência entre estas e as divisões dos esquemas práticos dos agentes a condição da prática eficiente nos campos em que se situam (como na máxima jurídica de que para o direito de Estado não se pode alegar ignorância): empresários, advogados, cientistas, por exemplo, com atividades que dependam da visão da ordem social garantida pelo estado seriam, assim, obrigados a (consciente ou inconscientemente) atualizar seus esquemas práticos para não correr o risco de se tornarem obsoletos, ultrapassados, isto é, ineficientes e sem atuação.

Isso, é claro, pelo menos numa perspectiva mais geral, o que pode se mostrar mais ou menos verdade a depender mais da eficiência do órgão em implementar uma determinada política

¹¹ Pierre Bourdieu, A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico, em Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, Tradução de Fernando Tomaz, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000, p. 237.

do que de sua existência apenas. Enfim, isso que se pode chamar por primeiro efeito da SEMA, poderia atingir *potencialmente* qualquer região do espaço social, e não só o campo científico.

Além disso, o próprio funcionamento das burocracias estatais gera efeitos sociais quer no campo burocrático quer noutros campos sociais. No campo burocrático, aumentam-se os postos que precisam ser preenchidos por novos funcionários ou remanejados de outros órgãos estatais, em ambos os casos cresce o número de agentes dedicados a uma política específica (no caso, inexistente de modo explícito até então), o que contribui para a construção social do “problema ambiental” como *problema público* (o qual, sem essa mudança de *status*, permaneceria e aparecia simplesmente como um problema privado) e para as primeiras disputas quer entre os órgãos quer entre os agentes concorrentes aos postos recém criados.

Soma-se a isso, os primeiros aportes de recursos financeiros ao “problema” com os gastos quer com o quadro administrativo e técnico quer com campanha, fiscalização, veículos, viagens, publicidade etc., ou, ainda, com as receitas provenientes de multas, licenças etc.; e também de recursos simbólicos com a exposição pública dos “responsáveis” pela administração quer em polêmicas, declarações, notícias quer em reuniões de gabinete, encontros com empresários ou ativistas, discursos para o parlamento etc.

Tudo isso que contribui para a *realização social* do problema ambiental, e se coaduna ao trabalho anteriormente acumulado, culmina, num primeiro momento, com a instituição de um novo órgão: o qual pode ter sido motivado por exigências (acordos multilaterais), contingências (por exemplo, um caso de poluição de grandes proporções na cidade natal do chefe do executivo federal e capital de estado, como afirma Guimarães)¹² ou pendências (resposta às críticas da delegação brasileira em Estocolmo, como aponta Pádua).¹³

Bourdieu deixa explícito o espírito de pesquisa que anima essas incursões pelo campo burocrático, antes de se deter especificamente no campo científico (especialmente, no caso do campo de produção das ciências sociais), quando diz que:

Em todos os casos, descobrir-se-á que o problema [que se toma para objeto] [...] foi *socialmente produzido*, num trabalho colectivo de construção da realidade social e por meio desse trabalho; e foi preciso que

¹² Cf. R. P. Guimarães, *The ecopolitics of development...*, *op. cit.*, p. 161: “SEMA was created in response to an instance of environmental contamination [...]”

¹³ J. A. Pádua, *O nascimento da política verde...*, *art. cit.*, p. 151: “A Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) nasceu de uma motivação basicamente exógena, sendo criada em 1972, como uma resposta às críticas sofridas pelo Brasil na conferência de Estocolmo.”

houvesse reuniões, comissões, associações, ligas de defesa, movimentos, manifestações, petições, requerimentos, deliberações, votos, tomadas de posição, projectos, programas, resoluções, etc. para que aquilo que era e poderia ter continuado a ser um problema *privado*, particular, singular, se tornasse num *problema social*, num problema público, de que se pode falar *publicamente* —pense-se no aborto, ou na homossexualidade— ou mesmo num problema oficial, objecto de tomadas de posição oficiais, e até mesmo de leis e decretos.¹⁴

Nesse sentido, a SEMA e as ações feitas por e contra ela jogam um papel importante na produção social do problema ambiental como problema público. Isso torna-se especialmente importante num momento em que a emergência do ambientalismo era, como diz Viola, “bissetorial”, isto é, ocorria, preponderantemente, no estado brasileiro (por exemplo, com a SEMA ou, antes, com a participação em Estocolmo-72) e na “sociedade civil” (por exemplo, com a fundação da AGAPAN¹⁵ em 1974).¹⁶

Nesse trabalho coletivo, as burocracias estatais podem envolver agentes e instituições vinculados ao campo universitário quer pela demanda que apresentam para eles (laudos, perícias, comissões ad hoc, pesquisas contratadas) quer pela reação (imbuída na polêmica, na política ou na problemática científica) destes à oferta que as burocracias geram com suas tomadas de posição (declaração pública, autuação, negligência, corrupção, diagnóstico etc.) ou pela oferta de recursos (*grants*) para pesquisas temáticas (como fez o par SEMA/IBAMA na década de 1980).

Também as instituições universitárias podem se ver envolvidas em tal trabalho coletivo segundo a lógica da oferta e da demanda. Porém, agora, pela oferta sua que pode vir a atender a demanda da burocracia —com quadros técnicos, assistência na formulação de políticas ou programas etc., ou, ainda, com pesquisas, por exemplo, para validar ou invalidar uma dada realidade social, como diz Ianni—¹⁷ ou aquela que pode se estabelecer na concorrência —em que ambos os campos participam (com outros campos de produção cultural)— a respeito da representação legítima do mundo social e do mundo natural.

Ou, ainda, pela demanda imposta por determinada problemática ao tornar o “problema”, a “política” ou a “instituição” como objetos possíveis de serem tratados pelo campo como legítimos ao campo —isto é, em condições de serem percebidos segundo as regras do campo e simbólica ou materialmente recompensados segundo as mesmas regras— ou ao tornar determinada investigação mais provável na medida em que os problemas socialmente

¹⁴ P. Bourdieu, *O poder simbólico*, op. cit., pp. 37-38.

¹⁵ Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, fundada por José Lutzenberger no estado do Rio Grande do Sul.

¹⁶ Cf. E. J. Viola & H. R. Leis, *Evolução das políticas ambientais...*, art. cit.

¹⁷ Octavio Ianni, *Sociologia da sociologia na América Latina*, em Manuel Diégues Júnior, editor, *As ciências sociais na América Latina*, Rio de Janeiro, CLAPCS/DIFEL, 1967, p. 215.

compartilhados como legítimos (*taken for granted*) num universo social são aqueles que têm maior probabilidades de receber as melhores condições de realização (*grants*), materiais ou simbólicos, dos administradores científicos e administradores por serem mais “bem vistos” por esses:

Seria preciso analisar aqui o papel particular do campo político e, sobretudo, do campo burocrático: este campo contribui de maneira muito intensa para a consagração e para a constituição dos problemas sociais *universais*. A imposição da problemática a que o investigador está sujeito [...] torna-se mais provável na medida em que os problemas que são *taken for granted* num universo social são aqueles que têm mais probabilidades de receberem *grants*, materiais ou simbólicos, de serem, como se diz, *bem vistos* pelos administradores científicos e as administrações [...].¹⁸

Por fim, pode-se dizer que a constituição de uma instituição estatal como a SEMA no campo burocrático, logo, num universo social, engendra efeitos que ultrapassam as fronteiras mais visíveis do raio de ação do próprio órgão e mesmo do campo burocrático em que este se situa, isso significa que os efeitos podem se estender pelo espaço social num determinado momento (num sentido sincrônico) e por momentos diferentes deste espaço social (num sentido diacrônico).

Isso aparece, por exemplo, a respeito dos técnicos formados e atuantes na “política verde” da década de 1970 que vieram a ser um contingente significativo dos filiados no Partido Verde, este fundado em 1986: “Os técnicos formados nesse contexto, cuja situação ambígua carece de melhor equacionamento teórico,” comenta Pádua, “são importantes para o nosso tema, pois muitos se filiaram posteriormente ao Partido Verde.”¹⁹

Os agentes e instituições que participaram desse momento significativo da emergência do ambientalismo no espaço social brasileiro podem ser comparados ao cavalo de Tróia homérico (naturalmente, a comparação só é válida se desprovida da conotação trágica e do sentido ordinário de traição e da presunção que haja um Odisseu a formular o estratagema), pois que o ambientalismo, em sua relação com a circulação internacional de idéias, não se tornou efetivo no espaço social brasileiro sem o trabalho coletivo que intermediava a entrada do “ambientalismo estrangeiro” para a sociedade nacional. Ou seja, as reciprocidades entre os “ambientalismos” particulares (em geral, nacionais), apontadas por diversos analistas, só se produz com a condição de que os agentes ou instituições *situados* em universos sociais franqueiem, consciente ou

¹⁸ P. Bourdieu, *O poder simbólico*, *op. cit.*, pp. 37-38.

¹⁹ J. A. Pádua, *O nascimento da política verde...*, art. cit., p. 151.

inconscientemente, a *entrada* pelas fronteiras nacionais (que estabelecem limites objetivos, ignorados por elas serem sobretudo simbólicas) até a ordem social e simbólica particular.

Em sociedades diferenciadas, como a brasileira, a emergência do ambientalismo em cada microcosmo social exigia com maior ou menor intensidade, definida segundo a autonomia destes, o seu próprio cavalo de Tróia: mesmo com uma ordem política ditatorial, o ambientalismo emergia de modo específico em cada campo (o que não quer dizer sem reciprocidades entre si), quer nos campos político, burocrático, jurídico quer nos campos científico, jornalístico, literário, dentre outros.

PNMA [1981-]

Oito anos após a promulgação do decreto que criava a SEMA, publicaria-se a lei que estabeleceria a atual política nacional do meio ambiente, PNMA. Naturalmente, nesse intervalo entre os dois atos, outros atos relacionados ao ambientalismo quer na burocracia estatal quer noutros espaços vieram à luz.

Atos como, por exemplo, o aumento do número de associações similares à AGAPAN, a constituição de sistemas estaduais de administração dos assuntos relacionados ao “meio ambiente” (alguns notáveis, como a CETESB paulista, apontada por Viola como sendo “de longe a agência estatal mais desenvolvida da América Latina”),²⁰ além da própria ação desses agentes e instituições na sociedade, os quais contribuía no trabalho coletivo de construção social do problema ambiental como problema público.

Apesar do efeito conjugado de todos na emergência do ambientalismo como “realidade”, sobretudo, no campo burocrático, o registro mais ou menos deformado dessa história, quer dizer, das apostas feitas, das armas usadas, das direções seguidas e a seguir, dos agentes preferidos ou preteridos nesse jogo etc., encontra-se na PNMA cujo conteúdo, além de dar a forma legal para essa política que antes se apoiava exclusivamente noutras leis,²¹ institucionalizava especificamente a burocracia estatal ambiental, bem como objetivava as instituições pelas quais os agentes se relacionariam, registrando o estado das relações de força nesse momento do ambientalismo no Brasil, vale dizer, em que o estado preponderava em relação aos agentes que se constituía, mesmo com a recente distensão política (intensificada em 1979 com a anistia).

²⁰ Cf. E. J. Viola, O movimento ecológico..., art. cit.

²¹ Códigos de pesca, de caça, de terras, leis de saneamento, de urbanização, de saúde etc. eram o subsídio legal da ação estatal em assuntos ambientais. Naturalmente, o funcionamento da SEMA demandava e demandaria normas oficiais.

A partir deste ponto, gostaria de ensaiar a síntese desse conjunto de atos associados ao ambientalismo no Brasil, sobretudo, no campo burocrático estatal da década de 1970 —os quais iniciam-se com a preparação para a conferência de Estocolmo a partir de 1968, percorrem as ações relacionadas à SEMA, e que aqui (arbitrariamente) se consideram encerrados com a PNMA de 1981. Para isso, põe-se em funcionamento o conceito de *efeito de objetivação* (como aparece em Bourdieu, especialmente em seu artigo *Modos de dominação*)²² para a compreensão, nesse contexto, da PNMA. Espera-se que isso auxilie retrospectivamente no entendimento dos objetos anteriormente discutidos (por exemplo, SEMA, Estocolmo).

O poder social do ambientalismo não reside nesse conjunto de atos sociais burocráticos, legais, políticos a ele relacionados, mas na relação entre este conjunto de atos e os campos sociais em que eles ocorrem e, de modo mais geral, na relação entre estes campos no espaço social. Forma-se, assim, um espaço de relações cuja constituição está inseparavelmente vinculada ao desenvolvimento de um corpo de agentes especializados, contendo interesses específicos. Pois é nessa relação que o ambientalismo constitui-se enquanto tal, isto é, como capital (político, burocrático, jurídico, científico etc.), visto que se efetiva como instrumento de atuação institucional e em mecanismos imprescindíveis ao funcionamento dos campos em que emerge e como, simultaneamente, meio de apropriação dos lucros aí gerados.²³

A SEMA e a PNMA são os mecanismos objetivos que dão força ao ambientalismo ao emprestarem-lhe a força do Estado e a força do direito, ambas interdependentes no caso brasileiro.²⁴ Elas são a própria objetivação do ambientalismo no campo burocrático. Noutras palavras, esses atos de objetivação do ambientalismo no campo burocrático e jurídico representam a emergência do ambientalismo nesses campos ou, pelo menos, sua expressão duradoura.

²² Pierre Bourdieu, *Modos de dominação*, Tradução de Maria da Graça Jacintho Setton, em Pierre Bourdieu, *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*, São Paulo, Zouk, 2004, pp. 191-219.

²³ “O poder econômico não reside na riqueza, mas na relação entre a riqueza e um campo de relações econômicas, cuja constituição é inseparável do desenvolvimento de um *corpo de agentes* especializados, dotados de interesses específicos; é nesta relação que a riqueza se encontra constituída, como capital — isto é, enquanto instrumento de apropriação de um equipamento institucional e de mecanismos indispensáveis ao funcionamento deste campo e, ao mesmo tempo, dos lucros que ele prodigaliza” (cf. *ibid.*, p. 194).

²⁴ “O direito limita-se a consagrar simbolicamente, por um registro que eterniza e universaliza, o estado da relação de forças entre os grupos e as classes que produz e garante praticamente o funcionamento de tais mecanismos. [...] Assim, ele fornece a contribuição de sua própria força, isto é, propriamente simbólica, à ação do conjunto dos mecanismos que permitem fazer a economia da reafirmação contínua das relações de força pelo uso declarado da força” (cf. *ibid.*, p. 199).

Desse modo, a gênese do ambientalismo num determinado campo ocorre à medida que uma fração de suas posições alcance ou esteja dotada de um nível mínimo de autonomia para que possam gerar posicionamentos segundo esquemas práticos até então inexistentes no campo, os quais entram nesse jogo específico como especificamente “ambientais”.

Esses posicionamentos que se apresentam como ambientais e que lutam para ser reconhecido como tais num campo iniciam o lento trabalho de acumulação primitiva de um capital específico, nesse caso, propriamente ambientalista, por exemplo, nos campos burocrático, político e jurídico.

Isso não quer dizer, no entanto, que esse capital em acumulação automaticamente atue, por exemplo, no campo burocrático como um capital irredutível ao capital burocrático, propriamente dito; longe disso, é bem provável que esse capital só subsista enquanto capital burocrático, político ou jurídico, e não como um “capital ambiental”. Pois esse último levaria a pressupor um campo específico em que ele se produza e reproduza e seja objeto e condição de disputa nesse campo, sem ser redutível a nenhum outro capital que também pode ser eficiente no campo (daí sua especificidade).

Porém, a constatação de tal acumulação primitiva nesses campos de um tipo de capital, algum tanto particular e distinto, indica a possibilidade de autonomização desse conjunto de posições e posicionamentos, a ponto de constituírem um campo social capaz de impor suas próprias regras de funcionamento e esquemas de percepção e apreciação etc. É nessa possibilidade sempre em aberto, ora mais ora menos, que se encontra o princípio explicativo da diferenciação interna das sociedades.²⁵

Quando se coloca a PNMA em relação a esses três campos (burocrático, político, jurídico), quer dizer, quando se apreende a partir do equipamento institucional a que está ligada, e não só como discurso legitimador (por exemplo, do *status quo* “ambiental”) ou forma passível de uma

²⁵ “Da mesma forma que a riqueza econômica só pode funcionar como capital na relação com um aparelho econômico, assim também a competência cultural, sob todas as suas formas, só se constitui enquanto capital cultural nas relações objetivas que se estabelecem entre o sistema econômico de produção e o sistema de produção dos produtores (constituído, por sua vez, pela relação entre o sistema escolar e a família). As sociedades desprovidas de escrita [...] e do sistema de ensino [...] só podem conservar seus recursos culturais no *estado incorporado* [...]. [...] separando os recursos culturais da pessoa, a escrita permite ultrapassar os limites antropológicos [...] e libera das opressões implicadas nos meios mnemotécnicos, tais como a poesia [...]; ela [a escrita] permite a acumulação da cultura até então conservada em estado incorporado e, correlativamente, a *acumulação primitiva do capital cultural* como monopolização total ou parcial dos recursos simbólicos da sociedade — religião, filosofia, arte, ciência —, através da monopolização dos instrumentos de apropriação destes recursos (escrita, leitura e outras técnicas de decodificação), conservados, daqui a diante, em textos e não mais nas memórias” (cf. *ibid.*, pp. 197-198).

análise semiológica ou interna (por exemplo, apontando seu caráter “avançado” ou “obsoleto” ou sua miopia conceitual etc.), verifica-se que ela estabelece um conjunto de conhecimentos, informações, dados, técnicas, procedimentos, termos, definições, agentes, instituições etc. que passaram a ter um valor garantido durante a vigência dessa política, sobretudo, ao regulamentar a atividade burocrática, a intervenção judicial e o “peso político” desse “negócio público”.²⁶

Esse efeito de objetivação que um ato legal pode produzir é a garantia de retorno ou o incentivo ao investimento para os agentes e instituições em cada um dos campos em seus lances e apostas nesse jogo social que está a ser constituído: no caso do ambientalismo, advogados podem se especializar em causas ambientais (no sentido jurídico), políticos podem definir plataformas com base na causa ambiental (no sentido político), ou burocratas e técnicos podem ser treinados para a intervenção em problemas públicos com causas ambientais (num sentido técnico ou científico), e assim por diante.

E, além de estabelecer os marcos da política *federal* do meio ambiente, ela justifica sua qualificação como *nacional* ao servir como parâmetro para as políticas do meio ambiente nos outros níveis de governos, quer por promulgar normas de âmbito nacional quer por delegar aos estados e municípios autonomia para legislar sobre essa política, porém, respeitando o que ela estabelece expressamente.

Desse modo, independente dos resultados logrados pela PNMA, ela constituiu um momento importante na construção de um sentido ordinário para “meio ambiente” no Brasil ou, pelo menos, na burocracia, no direito e na política, quer dizer, institui-se os elementos necessários para a comunicação entre os agentes, isto é, o senso comum do ambientalismo no Estado ou, ainda, o sentido comum do “ambientalismo de Estado” (para falar como Pádua).²⁷

Ao definir quais são os postos a serem ocupados, as leis e normas a serem estudadas, os relatórios técnicos a serem confeccionados, o conhecimento e a informação a serem mobilizados, os órgãos a serem criados, as pesquisas e estudos a serem fomentados, as instituições para mediar

²⁶ “[...] Os efeitos ideológicos mais óbvios são aqueles que, para se exercerem, não precisam de palavras, mas do silêncio cúmplice. O mesmo é dizer, de passagem, que toda a análise das ideologias, no sentido restrito do discurso de legitimação, que não comporte uma análise dos mecanismos institucionais correspondentes, se expõe a ser apenas uma contribuição suplementar para a eficácia de tais ideologias: é o caso de todas as análises internas (semiológicas) das ideologias políticas, escolares, religiosas ou artísticas que esquecem que a função política dessas ideologias pode reduzir-se, em certos casos, ao efeito de deslocamento e desvio, de dissimulação e legitimação, produzido por tais análises ao reproduzirem, por falta ou omissão, em seus silêncios — voluntária ou involuntariamente, cúmplices —, os efeitos dos mecanismos objetivos [cf. nota 12]” (cf. *ibid.*, p. 200). “É o caso, por exemplo, da ideologia carismática (ou meritocrática) que explica, pela desigualdade dos dons naturais, as oportunidades diferenciais de acesso aos diplomas, reproduzindo assim o efeito dos mecanismos que dissimulam a relação entre os diplomas obtidos e o capital cultural herdado” (cf. *ibid.*, p. 215, nota 12).

²⁷ J. A. Pádua, O nascimento da política verde..., art. cit., p. 151.

a relação entre os agentes, o léxico a ser aprendido e usado (ou combatido), os conceitos a serem empregados (ou criticados e refutados) etc., a PNMA constituiu-se, naquele momento, num lance fundamental (muitas vezes minimizado), ao remeter todos os agentes e instituições a um mesmo padrão, para a instauração do *mercado unificado* de todas as capacidades, bens e propriedades políticos, jurídicos, culturais, cognitivos e econômicos que podem ser mobilizados a respeito do ambientalismo, garantido a convertibilidade desses diversos capitais mediante gasto de tempo e trabalho (como diz Bourdieu) no “mercado” (ainda que não de todo consolidado) do ambientalismo.²⁸

Movimento ambientalista

Naturalmente, o esboço desse sistema de agentes e instituições vinculados ao ambientalismo apenas se completa com a inclusão do “movimento ambientalista”. O qual começa a se formar, também, durante a década de 1970, com a emergência de protestos ambientais. Esses encontraram condições de se realizar, segundo alguns analistas, com o processo de “redemocratização” da ordem política, a qual havia se iniciado com a política de “distensão política”, proposta em 1974, quando a batuta da ditadura fora passada para o General Ernesto Geisel.²⁹ Num recente estudo, a conexão entre a emergência dos protestos ambientais e a “distensão política” foi explorada, de forma mais detida, como elemento “crucial” para a compreensão da formação do movimento ambientalista brasileiro.³⁰

Nesse estudo, explica-se a emergência do movimento ambientalista a partir da teoria do processo político, a qual ressalta, de acordo com a síntese feita pelos autores, que as mudanças nas oportunidades políticas, a partir das quais haveria um aumento nas possibilidades de

²⁸ “Mas, os efeitos da objetivação tornada possível pela escrita nada são ao lado daqueles produzidos pelo sistema de ensino. [...] os diplomas escolares são para o capital cultural o que a moeda é para o capital econômico. Ao atribuir o mesmo valor a todos os detentores do mesmo diploma e tornando-os então substituíveis, o sistema de ensino reduz ao máximo os obstáculos à circulação do capital cultural que resultam do fato de que ele está incorporado a um indivíduo singular [...]; ele permite referir o conjunto dos detentores de diplomas [...] a um mesmo padrão, instaurando assim um *mercado unificado* de todas as capacidades culturais e garantindo a convertibilidade em moeda do capital cultural adquirido mediante determinado gasto de tempo e trabalho. O diploma escolar, à semelhança da moeda, tem um valor convencional, formal, juridicamente garantido, portanto, livre das limitações locais [...] e das flutuações temporais [...]. A objetivação operada pelo diploma e, mais geralmente, por todas as formas de *poderes (credentials)* [...] é inseparável daquela que garante o direito ao definir *posições permanentes* independentes dos indivíduos biológicos reivindicados por elas e suscetíveis de serem ocupadas por agentes biologicamente diferentes, embora intercambiáveis, em relação aos diplomas que deverão possuir. Desde então, as relações de poder e dependência deixam de se estabelecer diretamente entre pessoas, mas instauram-se, na própria objetividade, entre instituições, isto é, entre diplomas e cargos [*titres et postes*] [...]” (cf. P. Bourdieu, Modos de dominação, art. cit., pp. 198-199).

²⁹ Cf. Eduardo José Viola, Movimento ecológico e heterogeneidade política, *Lua Nova*, CEDEC, São Paulo, v. 3, n. 4, abril/junho, 1987; Maria Helena Antunias, *Movimento ambientalista em São Paulo: análise sociológica de um movimento social urbano*, São Paulo, CERU (USP), 1989; e J. A. Pádua, O nascimento da política verde..., art. cit.

³⁰ Cf. A. Alonso e V. Costa e D. Maciel, The formation of the Brazilian environmental movement, art. cit.

mobilização dos agentes (ou grupos de agentes), configuram o contexto típico em que os movimentos sociais podem vir à tona, quer pela abertura quer pela construção de novos canais de manifestação de demandas.³¹ Ainda segundo eles, a redemocratização configurou-se numa mudança na estrutura de oportunidades políticas a partir da segunda metade da década de 1970.³²

A “estrutura de oportunidades políticas da redemocratização” era composta de quatro dimensões fundamentais em relação à emergência dos protestos ambientais: primeira, a Abertura (isto é, o processo de distensão política, lenta, segura e gradual, como disse Geisel) abrandava a atuação do aparato repressivo sob os protestos sociais em geral; segunda, os ativistas ambientalistas contavam com aliados potenciais como a igreja católica e a ordem dos advogados do Brasil, os quais contestavam a ditadura militar em fins de 1970; terceira, durante a redemocratização, surgem burocracias especializadas em “meio ambiente” (por exemplo, a SEMA, no governo federal, criada em 1973) e também uma legislação específica para o meio ambiente (a PNMA), isso significa tanto um aumento da permeabilidade das instituições oficiais para com as demandas sociais (algumas recentes, como as demandas ambientais) quanto novas oportunidades de carreira dentro do governo; e, quarta, também durante a redemocratização, constituía-se uma “agenda ambientalista internacional”, fundavam-se grandes associações ambientalistas (Friends of the Earth, em 1967, e Greenpeace, em 1971) e partidos políticos verdes (na Nova Zelândia em 1972, na Grã-Bretanha em 1972, na Alemanha em 1979, na França em 1982) que serviam como modelos de organização e de estratégias de mobilização para ativistas brasileiros com preocupações ambientalistas, ademais a conferência de Estocolmo havia aberto a “discussão nacional” a respeito das “questões ambientais”.

Outras duas estruturas de oportunidades políticas são apresentadas e analisadas segundo seus efeitos na formação do movimento ambientalista brasileiro: a perspectiva e a realização da assembléia constituinte, entre 1987 e 1988; e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, ou, simplesmente, Rio-92. Essas estruturas de oportunidades políticas, segundo os autores, forneceriam a possibilidade para

³¹ “Political process theory posits that social movements usually emerge when changes in political opportunities increase the possibilities for social groups to mobilise by opening up existing channels for making claims or creating new ones” (cf. A. Alonso & V. Costa & D. Maciel, The formation of the Brazilian environmental movement, art. cit., p. 2). Cf. Sidney Tarrow, *Power in movement — social movements, collective actions and politics*, New York, Cambridge University Press, 1998, p. 20, citado pelos autores.

³² O conceito de estrutura de oportunidades políticas descreve as “dimensões consistentes — mas não necessariamente formais, permanentes, ou nacionais — da luta política que incitam as pessoas a se engajarem em políticas contestatórias” (S. Tarrow, *ibid.*, tradução livre; citado por A. Alonso & V. Costa & D. Maciel, *ibid.*).

ciclos de protesto importantes que a elas se vinculavam, além de contextos de micromobilização e formação de identidades coletivas. Ao fim desse processo, o movimento ambientalista teria se profissionalizado e fundido os dois *frames* ambientalistas mais importantes durante os ciclos de protestos, o sócio-ambientalismo e o conservacionismo, numa orientação, agora, neo-conservacionista.

Naturalmente, não se pretende dar cabo desse conjunto de estudos sobre o movimento ambientalista brasileiro (pouco estudado, segundo os autores mencionados),³³ essas análises são evocadas, sobretudo, por dois motivos. Por um lado, corrobora a análise da burocracia estatal como intermediário preponderante para a gênese do ambientalismo no espaço social brasileiro, porém sem deixar de ressaltar a importância de outros agentes sociais. Por outro, retraça boa parte da história (pouco reproduzida aqui) dos agentes e instituições que conformavam o movimento ambientalista no Brasil. Além, naturalmente, de considerar as condições sociais em que as posições se constituem e as tomadas de posição se fazem eficientes.

Sem as condições sociais necessárias, os agentes podem, no máximo, ser conhecidos e reconhecidos apenas como ingênuos ou ignorantes, dando lances e fazendo apostas que não encontram o jogo em que possam se efetivar, isto é, causar algum efeito, seja gerando um lucro (simbólico ou material) ou uma perda (também simbólica ou material) ao agente; ou, ainda pior, serem constantemente censurados pelo campo em que atuam porque se encontram num contexto hostil (*hostile context*), como escreve Oleg Yanitsky, cientista social russo, a respeito do movimento ambientalista na Rússia.³⁴

As condições sociais de possibilidade para a constituição de um sistema de agentes e instituições diretamente ou indiretamente vinculados à existência de práticas “ambientais” carecem de um estudo sistemático, o que a bibliografia oferece são estudos sobre o ambientalismo na burocracia estatal, nos movimentos sociais, nos organismos internacionais, nas grandes e pequenas associações, nos partidos políticos etc.

³³ Cf. A. Alonso e V. Costa e D. Maciel, *ibid.*, p. 5.

³⁴ Cf. Oleg Yanitsky, The environmental movement in hostile context: the case of Russia, *International sociology*, v. 14, n. 2, June 1999, pp. 157-172. Ele salienta que a burocracia estatal russa é um fator crucial para a configuração desse contexto hostil para os movimentos ambientais, pois, ao retomar com força ideais de consumo e desenvolvimento econômico, secundariza e hostiliza as demandas sociais a respeito do ambientalismo, restrita, diga-se de passagem, a uns poucos agentes ou grupos, já que não só os burocratas não compartilham do senso comum do ambientalismo como também um contingente significativo da população em geral.

Em conjunto, esses estudos significam caminhos mais ou menos satisfatórios a trilhar na compreensão dessa história do ambientalismo, porém não podem substituir um esforço concentrado com esse objetivo, o qual recuperaria os matizes, as correspondências, os vínculos entre as várias emergências do ambientalismo em cada espaço, momento e campo sociais diferentes. No entanto, essa dimensão de conjunto, que esses estudos de certa maneira podem oferecer, deve-se menos a algum empenho teórico do que a própria história do ambientalismo, na qual suas gêneses particulares guardam correspondências, interdependências, reciprocidades etc. entre si.

Dito isso, pode-se recolocar o objeto que animou a exposição feita até o momento, a saber, a emergência do ambientalismo no campo de produção das ciências sociais, de modo a recuperar a especificidade dessa emergência e seus vínculos (se existirem) com essas outras emergências do ambientalismo. Isso significa procurar os elementos de gênese do ambientalismo nas ciências sociais que sejam irredutíveis a qualquer outro microcosmo social.

Tal tarefa só pode ser cumprida se se considera o espaço de relações objetivas que constituem o campo de produção das ciências sociais, a relação desse com outros campos e a posição desse campo no espaço social. O que é também buscar, agora, num microcosmo social, as condições sociais de possibilidade de constituição nas ciências sociais de um sistema de agentes e instituições diretamente ou indiretamente vinculados à existência de práticas, produtos e consumos “ambientais”, desde o sociólogo solitário, de que fala Ferreira,³⁵ até linhas de pesquisa, núcleos, programas de pós-graduação, associações de pesquisadores e programas, os quais passam a mobilizar um *corpus* teórico, temático e técnico ora mais ora menos irredutível aos outros *corpus* consagrados em e pela problemática das ciências sociais num determinado momento.³⁶

A formação do mercado do ambientalismo

Sem tencionar apequenar a realidade, pode-se considerar o conjunto de práticas e de produtos ambientais oferecidos aos agentes sociais —políticas ambientais, ecodesenvolvimento, comunidades alternativas, literatura ecológica/ambientalista, partidos políticos, associações de ativismo ambientalista, organizações não governamentais, estudos técnicos/científicos— como

³⁵ Cf. Leila da Costa Ferreira, Idéias para uma sociologia da questão ambiental: teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade, *Desenvolvimento e meio ambiente*, Editora da UFPR, Curitiba, n. 10, jul./dez., 2004, p. 81.

³⁶ Cf. L. da C. Ferreira e L. da C. Ferreira, *Águas revoltas*, art. cit., p. 87.

“uma oferta destinada a encontrar uma certa *demanda social*” (como dizia Bourdieu a respeito de assunto bem diverso).³⁷

O emprego desse modelo possui dois conjuntos de implicações: por um lado (o da oferta), demonstrar a existência de um espaço de produção com sua própria lógica, sua própria história, e no qual se engendram os produtos específicos, como os vinculados ao ambientalismo; por outro (o da demanda), verificar as condições sociais de possibilidade de apropriação dos diferentes “produtos ambientais” deste modo produzidos, ativismo *à la greenpeace*, associativismo ambientalista, organizações não governamentais, partidos verdes, políticas ambientais, comunidades alternativas, tecnologia verde, o “ecologicamente correto” (*umweltfreundlich versus umweltfeindlich*).³⁸

A segunda implicação do “modelo da oferta e demanda” pode ser desdobrada em duas outras questões, a de que como se produz a demanda dos “produtos ambientais”, isto é, como os agentes sociais passam a ter o “gosto” pelo ambientalismo (no sentido aqui empregado) e ainda por um determinado ambientalismo mais do que por outro, quer enquanto modo de pensar quer enquanto modo de ação; e, mais precisamente, a de que princípios são empregados pelos agentes ao escolherem entre as diferentes práticas ou produtos ambientais que são-lhes ofertados como possibilidade num dado momento.

Naturalmente, não se tenciona averiguar todo *set* de questões que o modelo proposto por Bourdieu implica quando posto a funcionar a respeito do ambientalismo, porém ele permite situar o ambientalismo (ou outro produto cultural) em relação ao espaço dos produtores e ao espaço dos consumidores.

No caso brasileiro, as condições históricas e sociais de possibilidade do ambientalismo estão relacionadas às condições sociais que viabilizaram a constituição do sistema de instituições e de agentes direta ou indiretamente vinculados a existência de práticas ambientais.

³⁷ Trata-se das práticas e produtos esportivos vinculados ao “esporte moderno”, cf. Pierre Bourdieu, Como é possível ser esportivo, em Pierre Bourdieu, *Questões de sociologia*, Tradução de Jeni Vaitsman, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983, pp. 136-153. No entanto, Bourdieu testa o modelo da “oferta e demanda” em vários objetos ao longo de suas pesquisas. Esse modelo encontra sua forma e uso mais acabado na hipótese a respeito da “homologia entre o espaço dos produtores e o espaço dos consumidores”.

³⁸ A oposição entre os adjetivos *umweltfreundlich* e *umweltfeindlich* se constrói com base na oposição entre *Freund* e *Feind*, isto é, amigo e inimigo, respectivamente, agora transpostos para o ambiente (*Umwelt*), então, os adjetivos aproximadamente significam “próprio de amigo do ambiente” e “próprio de inimigo do ambiente”, ou, mais simplesmente, “amigável ao ambiente” e “hostil ao ambiente”. Sentidos no alemão que o “ecologicamente correto ou incorreto” no português não traz expressamente e sem tal intensidade.

Durante a década de 1970, os primeiros agentes e instituições “especializados” começam a surgir, quase ao mesmo tempo, na burocracia estatal e nas associações civis (aliás, estas mantinham relações estreitas com aquela).³⁹ Nessa década, multiplicam-se as posições na burocracia estatal dedicadas à “poluição ambiental e o uso de recursos naturais” em todos os níveis de governo e também as associações ambientalistas, estas com forte presença de cientistas naturais.⁴⁰ Os esquemas de pensamento empregados quer por ativistas quer por burocratas (apesar de as duas categorias se confundirem ao longo das trajetórias individuais) guardavam correspondências (quer pela assimilação quer pela contestação) com as formas de pensamento e ação difundidas pelo “planeta” por meio do trabalho de proselitismo dos organismos internacionais e das grandes associações ambientalistas. Tanto os estudos a respeito da emergência das políticas ambientais quanto do movimento ambientalista no Brasil investigam essas relações e as apontam; naturalmente, outras também são consideradas ou especuladas.⁴¹

Na década de 1980, novas oportunidades políticas ampliam o sistema de agentes e instituições: mais associações ambientalistas são fundadas, algumas aproximam-se das características das organizações não governamentais, muitas no final da década estarão em fase avançada de profissionalização (que se consolida na década seguinte), funda-se também o partido verde brasileiro, os grupos de ativistas se articulam para influenciar na assembléia constituinte no que tange ao “tema ambiental”, e, próximo ao final da década, a secretaria especial de meio ambiente seria dissolvida e fundida no “ministério do desenvolvimento urbano e meio ambiente”.

No começo da década de 1990, os preparativos para a conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente, a ser realizada no Rio de Janeiro em 1992, intensificam a mobilização dos ativistas e da burocracia estatal, desde então consolidaria-se a bandeira do “desenvolvimento sustentável” e o movimento ambientalista teria saído com uma orientação “neo-conservacionista”.⁴²

A formação do mercado do ambientalismo, isto é, um espaço de produtores (com um sistema de instituições e agentes vinculados ao ambientalismo) e um espaço dos consumidores

³⁹ Cf. A. Alonso & V. Costa & D. Maciel, The formation of the Brazilian environmental movement, art. cit., especialmente pp. 7-8 e 19.

⁴⁰ Cf. *ibid.*, especialmente pp. 7-11.

⁴¹ Algumas dessas relações foram, *grossa modo*, retraçadas acima. Cf., também, E. J. Viola, O movimento ecológico..., art. cit.; R. P. Guimarães, *The ecopolitics of development...*, *op. cit.*; e A. Alonso & V. Costa & D. Maciel, The formation of the Brazilian environmental movement, art. cit.

⁴² Sobre a orientação neo-conservacionista do movimento ambientalista brasileiro na década de 1990, cf. A. Alonso & V. Costa & D. Maciel, *ibid.*, especialmente, p. 21.

(agentes ou instituições vinculados ao ambientalismo quer diretamente quer indiretamente) dos produtos e práticas ambientais, possui sua própria cronologia, a qual inicia-se na década de 1970 e consolida-se em começos da década de 1990.

Naturalmente, há matizes nacionais, especialmente no que diz respeito à inserção dos campos de produção cultural nesse mercado (por exemplo, as universidades européias e estadunidenses já disputavam e participavam nesse mercado ainda incipiente do ambientalismo no início da década de 1970, até mesmo com disciplinas vinculadas as ciências sociais, e não só com disciplinas das ciências naturais, como pode se imaginar num primeiro momento).⁴³

No entanto, essa cronologia geral também abarca a cronologia do caso brasileiro. Dentro do mercado “nacional” do ambientalismo, no que tange às ciências sociais, busca-se compreender quais eram as condições sociais de possibilidade da entrada de uma classe específica de produtores culturais nesse mercado, a saber, os cientistas sociais.

⁴³ Por exemplo, Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira apontam a existência de uma produção significativa na década de 1970 por parte da sociologia estadunidense (cf. L. da C. Ferreira e L. da C. Ferreira, *Águas revoltas*, art. cit.); Paulo Freire Vieira destaca a “rápida disseminação em todo o mundo” da pesquisa a respeito dos “processos interativos sociedade—meio ambiente” a partir da década de 1970; e, por fim Angela Alonso e Valeriano Costa salientam que “o ‘meio ambiente’ explodiu como tema das ciências sociais nas últimas três décadas”, a questão emergiu nas décadas de 1970 e nas décadas de 1980 e 1990 seguiria-se “uma diversificação tanto teórica quanto geográfica”, os estudos na Europa e nos Estados Unidos apareciam a par do fenômeno, enquanto no Brasil esses estudos se constituiriam com um relativo atraso (cf. A. Alonso e V. Costa, *Ciências sociais e meio ambiente...*, art. cit., pp. 35 e 39).

2. Uma produção particular: ambientalismo e ciências sociais

No que diz respeito à realização de estudos vinculados ao ambientalismo, o campo de produção das ciências sociais não acompanha cronologicamente seus congêneres europeus e estadunidense, sua produção mais significativa ocorre em princípios da década de 1980. Todavia, se pode ser apropriado salientar inicialmente esse “atraso” no sentido cronológico, isto se faz justamente para ressaltar que não se trata de um “atraso” no sentido sociológico, isto é, do intervalo diacrônico entre práticas similares de agentes sociais em momentos diferentes mas em condições também similares, ou seja, em ambos os momentos a ação era *um possível* dos agentes, pois, do contrário, se se atribui sentido sociológico a essa diferença cronológica, a noção de atraso conduz a uma abordagem a-histórica.¹

Sendo assim, acaba por ser mais proveitoso questionar a relação dessa produção das ciências com o estado do campo em que se engendrava. Porém, não sem antes apresentar essa produção, sobretudo e especialmente, aquela que emerge na década de 1980, para isso se recorre aos dois balanços já feitos pelo campo a respeito dessa produção específica, o que também é

¹ Talvez, para elucidar a diacronia existente entre práticas similares vinculadas ao ambientalismo, possa vir a ser feito —mas não aqui— um estudo comparado das várias gêneses do ambientalismo entre os campos de produção das ciências sociais nacionais: por exemplo, poder-se-ia perguntar sobre a relação desses campos e os organismos internacionais e grandes associações ambientalistas e entre as respectivas instituições universitárias e esses lugares “neutros” internacionais como as nações unidas, grandes fundações filantrópicas, sobre em quais posições desses campos dava-se tal produção, a hierarquia interna do campo, sua autonomia em relação ao campo político etc.

motivado por um espírito de acúmulo, sem o qual não se pode tentar dar alguma contribuição a respeito desse objeto.

A oferta das ciências sociais

A utilização de balanços bibliográficos deve ser considerada como um recurso arriscado de pesquisa, mas também oportuno. Por um lado, pode-se neutralizar um instrumento que, sempre, se apresenta como neutro, mas que muitas vezes é uma arma e uma aposta nas lutas do campo: quem entra no *corpus*, talvez tenha escapado ao *index*, aumentando-se, assim, a chance de figurar no *canon* da disciplina, da área, e assim por diante, pois constar no balanço é ser conhecido e reconhecido como alguém “da área”, é ser visto e acreditado como um estudioso do tema, responsável por uma contribuição significativa etc.

O produtor cultural que, num balanço, fica de fora ou alocado numa classificação inapropriada segundo seu ponto de vista pode ver sua cotação no campo despencar, ou, pelo menos, sofrer um duro golpe nas chances de valorização. O esforço do produtor que faz o balanço em evitar tais efeitos pode ser notado na sobreposição dos autores em várias classificações e também por um relaxamento nos critérios de entrada, este também pode visar a um efeito de demonstração, de manifestação, ao encher as fileiras e trazer os entrincheirados para trás da linha dos aliados, mesmo que tais “deslocados” estejam inconscientes desse remanejamento e de sua função nesse jogo.

Por outro lado, o balanço inescapavelmente registra os produtores que amealharam um volume de capital específico e de outros capitais suficiente para constar num balanço a respeito das posições e tomadas de posições em que eles se inscrevem, quer queira quer não (estes mais raros). Os que restaram não estavam em condições de impor sua “obra” como digna de nota, isto é, de fazer ver e fazer crer em sua produção como uma produção daquele tipo específico do qual se faz balanço.

Enfim, ao selecionar, mapear, descrever, analisar, o balanço registra (sem precisar ter a intenção de fazê-lo) as relações de força e de luta do campo de produção cultural, ou de uma região sua, na qual alguns autores conseguem ser conhecidos (isto é, podem ser avaliados, inspecionados) e, o mais importante, impõem seu reconhecimento a todos os outros concorrentes (isto é, dignos de nota, selecionados, mencionados, anotados, comentados expressamente).

Portanto, se se considerar esses elementos que compõem os inumeráveis balanços bibliográficos feitos pela ciência por meio de seus agentes, pode-se aproveitá-los como

instrumentos úteis para circunstanciar análises a respeito desse tipo de tomada de posição particular que são os textos, em suas diversas formas de circulação e veiculação (apresentações, artigos, livros, capítulos em coletâneas, monografias etc.).

O balanço de Vieira está composto por 236 títulos; deste total, 192 títulos podem ser considerados “bibliografia brasileira” (tendo a língua, o local de divulgação e a radicação da autoria como critérios); os outros 44 títulos restantes podem ser considerados “bibliografia internacional”, no entanto, desta bibliografia, 25 títulos possuem “autoria brasileira” (isto é, os responsáveis pela autoria do texto estão radicados no Brasil, o que não quer dizer que sejam brasileiros, apesar de a grande maioria ser), 6 dos quais são monografias acadêmicas de doutoramento. Isso quer dizer que Vieira fez o balanço não da produção brasileira, e sim da *produção dos brasileiros*. O restante da “bibliografia internacional” diz respeito, em maior ou menor medida, as referências teóricas utilizadas na feitura do balanço, a qual é composta por 19 títulos, 14 dos quais estão vinculados a Ignacy Sachs (em 12 títulos, o ecodesenvolvimentista francês consta diretamente na autoria).

A bibliografia brasileira das “ciências sociais do meio ambiente” de Vieira, ou seja, os 192 títulos em que a língua, a divulgação e a residência dos autores são brasileiras, está assinada por 126 autorias (entre autores individuais, parcerias, organizadores e instituições, o que significa que o universo de autores não tem o mesmo número), 40 das quais são parcerias entre dois ou mais autores (apenas uma é entre instituições). A divulgação (livros publicados por editoras comerciais ou editoras universitárias, apresentações —em encontros, seminários etc.—, monografias acadêmicas —para diversos fins— etc.) da bibliografia brasileira era feita por ou editoras ou instituições ou eventos localizados, em primeiro lugar, nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro (ambos com algo em torno de 50 títulos divulgados), em segundo lugar, em Florianópolis (SC) e na ANPOCS² (ambos com pouco mais de 20 títulos), e, por fim, em terceiro lugar, em Belém (PA) e em Brasília (DF) (ambos com pouco mais de 10 títulos).

Vieira classifica a bibliografia selecionada segundo disciplinas³ e, em seguida, por temas⁴, o que gerou sobreposições temáticas que dificultam uma apreciação de toda a bibliografia a partir dos temas que elas tratam.⁵ O que indica a necessidade de reclassificar o balanço de Vieira para, principalmente, agrupá-lo com o balanço de Alonso e Costa, no entanto, essa tarefa não será realizada aqui. Não obstante, pode-se utilizar as classificações temáticas de Vieira, desconsiderando a classificação disciplinar.

O objetivo disso não é enumerar um por um os temas usados, mas sim destacar que o tema comum a praticamente todas as disciplinas é “avaliação de políticas de desenvolvimento e de impactos socioambientais”, o

² Apesar de a ANPOCS não ser uma localidade, o evento das ciências sociais foi o lugar de divulgação de muitos trabalhos significativos a respeito do meio ambiente.

³ As disciplinas são: sociologia; antropologia, ciência política, demografia, economia e geografia humana.

⁴ Muitos temas são comuns a várias das disciplinas segundo a classificação de Vieira, a saber: avaliação de políticas de desenvolvimento e de impactos socioambientais; questões teórico-metodológicas; educação.

⁵ Angela Alonso apontaram essas limitações da classificação disciplinar em relação a produção das ciências sociais a respeito do meio ambiente, eles optam por uma abordagem transdisciplinar e temática (cf. A. Alonso e V. Costa, *Ciências sociais e meio ambiente...*, art. cit., pp. 35 e 40).

qual responde por 109 títulos da bibliografia brasileira. Esse tema é o que mais expressamente encontra correspondência numa das classificações temáticas de Alonso e Costa, o que será explorado logo mais.

Por fim, a respeito da bibliografia brasileira, o período de divulgação se estende do ano de 1979 e se encerra em 1991, isto é, contempla 13 anos da produção brasileira das ciências sociais a respeito do “meio ambiente”, naturalmente, aquela selecionada pelo autor do balanço, porém verifica-se que a intenção de mapeamento da produção brasileira não está apenas no subtítulo do balanço, e sim percorre toda a obra, pois o autor registra em grande número texto que haviam sido divulgados de maneira restrita, em apresentações, relatórios, monografias, etc.

Daí pode-se dizer que o critério de seleção era o que se enquadrava numa noção de “problemática ambiental” ou de “pesquisas dos processos interativos sociedade—meio ambiente” e o que poderia ser encontrado, talvez por isso o sistema de classificação não tenha sido tão bem trabalhado.

Como em todo o balanço, o ano em que é escrito ou anterior são os mais deficitários em relação ao que se produziu sobre um determinado tema ou objeto, algo que é inescapável quer pela dificuldade de encontrar materiais mui recentemente publicados quer pelo momento em que finda o trabalho de levantamento, o qual em geral se encerra antes do término da redação do balanço.

Em relação ao período do balanço, destaca-se a produção feita durante os anos de 1987 a 1990 (106 títulos), principalmente a do ano de 1987, com 30 títulos citados, os quais se somados aos títulos citados por Alonso e Costa, totalizam 39 títulos.

Esse momento da produção sugere a existência de certa correspondência entre os acontecimentos da ordem política e a produção das ciências sociais, pois o ano de 1987 marca o início da assembléia constituinte, o qual está relacionado também ao aumento da mobilização dos ativistas ambientalistas.⁶

Ainda resta dizer que dos 106 títulos divulgados entre esse período de 1987 a 1990, 38 títulos (aproximadamente 36% em relação a este período) foram divulgados por meio de apresentação em eventos, além disso, esses 38 títulos correspondem ao total de títulos divulgados por meio de apresentações em relação a todo o período, isto é, de 1979 a 1991 (em relação ao qual, eles equivalem a aproximadamente 20%).

A partir disso, poder-se-ia dizer que esse momento de efervescência da produção concentra aquelas autorias e autores que continuariam a produzir após o balanço de forma constante e significativa, muito dos quais vigoram em ambos os balanços analisados (ver abaixo quadro de autorias e períodos).

Além do mais, ele revela também o papel que a ANPOCS (dos 21 títulos apresentados no evento das ciências sociais, todos são desse período entre 1987 e 1990) e a SEMA (por meio de seus seminários “universidade e meio ambiente” ela divulgou oito títulos desses 38 títulos, aproximadamente um quarto do total desses títulos que já eram ofertados no mercado, atendendo uma demanda como a que SEMA gerava, mas que não haviam saído nos meios mais convencionais das ciências sociais, apesar de serem significativos em relação à produção do período)

⁶ Sobre a relação entre a assembléia constituinte e o movimento ambientalista, cf. A. Alonso e V. Costa e D. Maciel, *The formation of the Brazilian environmental movement*, art. cit.

desempenharam na divulgação de parte significativa dessa produção e para o aumento da visibilidade (*visibility*) dos produtores.⁷

O balanço de Alonso e Costa compõe-se por 282 títulos: 233 títulos são bibliografia brasileira e 49 são bibliografia internacional. Não há sobreposição de autoria brasileira nessas bibliografias. Isso significa que as bibliografias brasileira e internacional são assinadas por autorias brasileiras e internacionais, respectivamente, o mesmo vale para o local de divulgação (levando em conta o original e não a tradução) e a residência da autoria.

A bibliografia internacional utilizada e citada pelos autores é mais diversificada e representa boa parte da referência internacional atuante nessa produção das ciências sociais, verifica-se que Ignacy Sachs é mencionado uma única vez, com um título já citado por Vieira, o livro *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*, tradução do original em francês, publicada em 1986.

Com exceção de algumas poucas traduções, predominam os títulos publicados em inglês, entre os quais algumas traduções de outras línguas para o inglês.⁸ O que reflete uma característica desse segundo momento da produção em ciências sociais a respeito do “meio ambiente”, sobretudo, da sociologia, em que o diálogo com a sociologia estadunidense e a sociologia britânica se intensifica, como apontam Ferreira e Ferreira.⁹

“A literatura brasileira sobre a questão ambiental” (para falar como os autores) tem seus 233 títulos assinados por 157 autorias, 34 das quais são parcerias. Nenhuma autoria é composta por instituições, organizações ou alguma pessoa de natureza jurídica.

A divulgação quase exclusivamente se fez por meio de artigos em revistas (sobretudo especializadas) ou em livros, as apresentações escassearam-se drasticamente nessa nova seleção, o que demonstra, por um lado, uma consolidação editorial da produção e, por outro, provavelmente um critério de seleção mais severo quanto às formas de divulgação, pois, naturalmente, essa bibliografia brasileira representa a produção em sentido qualitativo, mas não em sentido quantitativo.

Esse “critério qualitativo” contribui também para facilitar a comunicação e a comparação entre os dois balanços. Pois, se, no primeiro, o objetivo era mapear a produção fazendo uma seleção dos trabalhos significativos apresentados a respeito do tema, no segundo, o objetivo é selecionar a produção significativa a respeito do tema após sua consolidação e o aumento da produção. Ambos, não obstante, são representativos da produção, o primeiro balanço tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo e o segundo balanço, sobretudo, no qualitativo.

⁷ “O conceito de *visibility* que empregam freqüentemente os autores americanos (trata-se, de modo geral, de uma noção de uso corrente entre os universitários) exprime bem o *valor diferencial, distintivo*, dessa espécie particular de capital social: acumular o capital, é “fazer um nome”, um nome próprio (e, por certo, um prenome), um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue sem dificuldade seu portador, o separando como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o comum (daí, sem dúvida, a importância das metáforas perceptivas, cuja oposição entre *brilhante e obscuro* é o paradigma, na maior parte das taxonomias escolares)” (Pierre Bourdieu, *Le champ scientifique, Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, juin, 2. année, n. 2/3, 1976, pp. 93-94).

⁸ Por exemplo, os dois títulos de Beck, autor que escreve em alemão, mas que teve suas obras amplamente divulgadas pela tradução inglesa, principalmente, *Risk Society*, tradução para o inglês de seu *Die Risikogesellschaft*, sem tradução para o português.

⁹ Cf. L. da C. Ferreira e L. da C. Ferreira, Águas revoltas, art. cit.; ou, também, L. da C. Ferreira, Idéias para uma sociologia da questão ambiental, art. cit.

Os autores fazem uma classificação transdisciplinar segundo os “grandes enfoques” e, se necessário, em seguida, por “truncos temáticos”. A bibliografia brasileira divide-se entre a “literatura verde” (32 títulos) e os “estudos sobre meio ambiente” (201 títulos), a primeira classificação recebe tudo que não se enquadra na segunda, o que a torna indefinida, pois entram desde textos sobre religião e meio ambiente a textos sobre conflitos conceituais, e assim por diante, na verdade, essa classificação buscou abranger justamente os estudos que menos se assemelhavam à concepção implícita de “estudo” utilizada pelos autores, a qual demandaria, pelo visto, alguma “realidade” como fundamento para o texto, o que esses outros parecem carecer por serem, também aparentemente, mais teóricos, especulativos, reflexivos ou algo nesse sentido.

Os estudos sobre meio ambiente teriam quatro classificações. Primeira, os “estudos bibliográficos” em que constam três títulos (na verdade, dois títulos, pois um é apenas foi reeditado de artigo em revista especializada para capítulo de coletânea, aliás, trata-se do primeiro balanço aqui apresentado), diga-se de passagem que, naturalmente, tanto o balanço dos próprios autores quanto o balanço feito por Ferreira & Ferreira não são citados, o primeiro talvez por ser óbvia sua inserção e o segundo por ter saído depois, aliás, na mesma revista.

Segunda, os “estudos sobre o meio ambiente e política” (67 títulos), os quais são classificados por três temas: “movimento ambientalista” (14 títulos), “ambientalismo global” (35 títulos) e “conflitos ambientais” (18 títulos).

Terceira, os “estudos sobre políticas públicas e participação” (107 títulos), o qual não é classificado por temas.

Quarta, e última, os “estudos culturais” contém 24 títulos, os quais são classificados segundo os temas “a história das idéias ambientalistas” (12 títulos) e “percepções sobre o meio ambiente” (12 títulos). Retomando a classificação de Vieira, pode-se dizer que o tema “avaliação de políticas de desenvolvimento e de impactos socioambientais” (109 títulos, aproximadamente 57 % do balanço de 1992) é homólogo ao tema “estudos sobre políticas públicas e meio ambiente” (107 títulos, aproximadamente 46% do balanço de 2002).

Por fim, o período abrangido por esse balanço, no que tange ao ano de divulgação dos títulos, se estende de 1974 a 2002, isto é, 26 anos. Contudo, algumas considerações são necessárias a esse respeito.

Primeiramente, em oito dos anos abrangidos (1975 a 1977, 1979 a 1981, 1983 e 1985), não consta citação alguma de título da bibliografia brasileira, em outros quatro anos (1974, 1978, 1982 e 1986) apenas um título é

Período	Ano	Títulos por	Balanço ¹⁰	Total
		1992	2002	
1.	1974		1	1
	1978		1	1
	1979	4		4
	1980	4		4
	1981	7		7
	1982	10	1	11
	1983	6		6
	1984	17	0(2)	17
	1985	15		15
	1986	19	1	20
		<i>Sub</i>	82	4(2)
2.	1987	30	9	39
	1988	26	1(3)	27
	1989	24	6(7)	30
	1990	26	3	29
	1991	4	9	13
		<i>Sub</i>	110	28(10)
3.	1992		18	18
	1993		21	21
	1994		11	11
	1995		29	29
	1996		16	16
	1997		19	19
	1998		30	30
	1999		15	15
	2000		17	17
	2001		9	9
	2002		4	4
	<i>Sub</i>	-	189	189
	<i>Total</i>	192	221(12)	413

¹⁰ O balanço de 1992 refere-se ao feito por Vieira e o de 2002 refere-se ao feito por Alonso & Costa. Os números entre parênteses referem-se as repetições de títulos entre os balanços, as quais são subtraídas das totalizações da tabela.

citado em cada ano, e, por fim, em 1984 apenas dois títulos são citados (os quais se repetem no primeiro balanço).¹¹ Com isso, quer se dizer que seria mais apropriado, sobretudo para estabelecer alguma comparação com o período anterior, dividir esse balanço em dois períodos, anterior a 1992 e um que seguisse daí em diante.

Ainda em relação aos anos anteriores a 1992, só é apropriado estabelecer comparações com o período formado pelos anos de 1987 a 1991, no qual aparece uma maior quantidade de títulos em ambos os balanços. Isso confirma que é o período anterior ao ano de 1992 aquele com uma produção mais significativa e que resistiu ao tempo, ou melhor, uma produção que teve um envelhecimento social que, *grosso modo*, “marcou época”, isto é, permaneceu no cânone, o que aumenta as possibilidades de sua canonização, quer dizer, a eterna atualidade.¹²

Portanto, estabelece-se três períodos, os quais são válidos para os dois balanços, um primeiro que inicia-se em 1974 (para o segundo balanço) ou 1979 (para o primeiro) e finda em 1986, um segundo que inicia-se em 1987 e finda em 1991, e um terceiro, e último, que inicia-se em 1992 e finda em 2002 cujos títulos só constam no balanço de Alonso & Costa.

Para finalizar essa descrição da produção do campo das ciências sociais a respeito dos “títulos” do meio ambiente, a qual se registrou (e se reconheceu) nos dois balanços que agora são tomados como base de dados, fazem-se dois conjuntos de comparações entre os dois balanços.

Primeiro, se se comparam os três períodos construídos, verifica-se que o primeiro período (82 títulos no balanço de 1992 e 6 títulos no de 2002) possui predominantemente títulos citados no primeiro balanço, 58 títulos destes vinculam-se ao tema “políticas de desenvolvimento e impactos socioambientais” (equivalente a aproximadamente 71% dos 82 títulos citados por Vieira nesse primeiro período).

No segundo período, os títulos do primeiro balanço (110 títulos) contam com uma participação absoluta alta, mas relativamente menor, dos títulos ligados ao tema “políticas de desenvolvimento e impactos socioambientais” (51 títulos, ou seja, pouco mais de 46% do total de títulos citados por Vieira); já os títulos do segundo balanço (38 títulos, 10 dos quais já aparecem no primeiro balanço) contam com apenas cinco títulos ligados ao tema “políticas públicas e participação”, no balanço de Alonso & Costa desse período, predominaram os títulos ligados aos temas “ambientalismo global” (nove títulos), “movimento ambientalista” (sete títulos) e “conflitos ambientais” (dois títulos), os quais conformam o enfoque dos “estudos sobre meio ambiente e política” (logo, com 18 títulos, pouco menos de 50% dos títulos citados por Alonso & Costa a respeito do segundo período).

¹¹ Os títulos são de Carlos Girotti, *Estado nuclear no Brasil* (São Paulo, Brasiliense, 1984), e de Maria Célia N. Coelho *et alli*, ‘A política ambiental e o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico’ (em *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, 1984, pp. 183-228).

¹² “O envelhecimento dos autores, das obras ou das escolas é coisa muito diferente do produto de um deslizamento mecânico para o passado: engendra-se no combate entre aqueles que marcaram época e que lutam para perdurar e aqueles que não podem marcar época por sua vez sem expulsar para o passado aqueles que têm interesse em deter o tempo, em eternizar o estado presente; entre os dominantes que pactuam com a continuidade, a identidade, a reprodução, e os dominados, os recém-chegados, que têm interesse na descontinuidade, na ruptura, na diferença, na revolução. *Marcar época* é, inseparavelmente, fazer existir uma nova posição para além das posições estabelecidas, na *dianteira* dessas posições, na *vanguarda*, e, introduzindo a diferença, produzir o tempo” (P. Bourdieu, *As regras da arte, op. cit.*, p. 181).

Enfim, poder-se-ia dizer que, até 1986, a produção é animada pelos temas vinculados aos “grandes projetos” (sobretudo, os energéticos) e “Amazônia”, ambos guardam algumas correspondências entre si e às vezes se sobrepõem.

Após isso, entre 1987 e 1991, dar-se-ia a entrada mais consistente das ciências sociais em sentido restrito, quer dizer, sociologia, ciência política e antropologia, sobre as primeiras, o que conduz a um aumento da produção tanto quantitativa quanto qualitativamente no segundo período, decorrendo daí uma diversidade teórica e temática ampliada, recortando-se novos objetos do fenômeno do ambientalismo.

Os produtores que entram em cena nesse segundo período da produção das ciências sociais a respeito do ambientalismo se consolidam como importantes referências, além de serem responsáveis por parte significativa da produção de 1992 em diante, muitas das autorias do segundo período se repetirão no terceiro período.

Segundo, por fim, se se observam os totais de títulos ano a ano, descontados os títulos repetidos pelo segundo balanço, verifica-se que o ano de 1987 concentra 39 dos títulos totais (413 títulos se somados os balanços), cifra que não será aproximada em nenhum outro ano.

Esse ano e os seguintes, até 1991, têm sua produção vinculada com as oportunidades geradas por novos espaços de divulgação, como o grupo de trabalho na ANPOCS e os seminários promovidos pela SEMA em várias universidades brasileiras, além de refletir a acumulação inicial de capital que vinha se dando no primeiro período, por exemplo, culminando em novos arranjos institucionais, como o NEPAM da UNICAMP, de 1986.¹³

Como já foi dito anteriormente, esse ano também marca o início da assembléia constituinte, fato que repercutiu sobremaneira no ativismo ambientalista e fora aproveitado para canalizar as demandas ligadas a esse ativismo, mas isso não quer dizer que a produção de 1987, especialmente, tratasse de temas ligados ao ativismo ou à constituinte.

Divulgação	Vieira	Alonso & Costa
ANPOCS	23	8
— encontro	21	—
— revistas	2	8
UNICAMP	4	23
— editora	—	18
— revistas	—	4
— outros	4	1
USP	1	24
— Estudos Avançados	1	18
— editora	—	3
— revistas	—	1
— outros	—	2
UFSC	13	3
— editora	9	1
— revistas	4	2
Editora Vozes	9	7
UFPA/MPEG	9	5
— editora da UFPA	2	—
— editora Aped/ UFPA	—	4
— revistas	5	—
— outros	2	1
Editora Brasiliense	8	4
SEMA	11	1
— seminários	10	1
— livros	1	—
Revista Ambiente & Sociedade	—	11
Cortez Editora	1	10
Outros	113	137

¹³ Sobre o grupo de trabalho “Ecologia, Política e Sociedade” na ANPOCS e os (re)arranjos institucionais que refletiam a nova realidade da pesquisa sobre meio ambiente, como o NEPAM (Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade Estadual de Campinas), cf. L. da C. Ferreira, *Idéias para uma sociologia da questão ambiental*, art. cit., p. 84, nota.

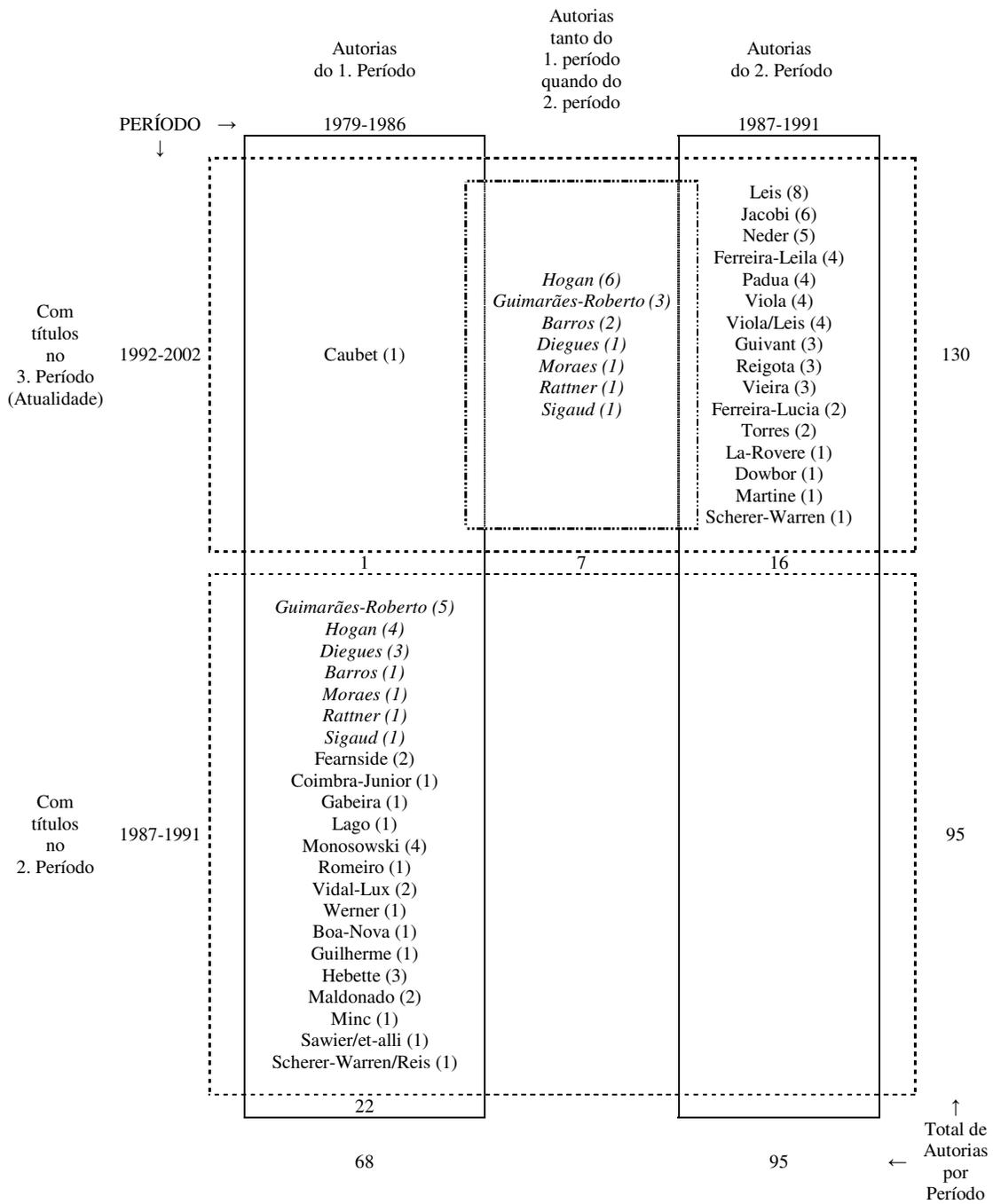
Outros dois anos destacam-se em número de títulos, 1995 e 1998, por sinal também são anos com conotações políticas, pois são anos de início e fim dos mandatos da presidência da república e dos governos de estado, entre os quais destaca-se o mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso.

Nesses dois anos, a produção aparenta mais fortemente ser uma oferta específica do campo de produção das ciências sociais buscando atender uma demanda social predominantemente proveniente da burocracia estatal (o que indicaria uma maior capacidade dessa região do campo em direcionar seus capitais, sobretudo, o científico para responder as diversas demandas sociais que se tornam efetivas neste campo de produção).

Para ilustrar isso, verifica-se que, dos 29 títulos de 1995, 16 títulos são classificados no tema “políticas públicas e participação”, o que já indicaria uma correlação entre os momentos político e científico, no entanto, outros seis títulos têm como tema o “ambientalismo global” (com vínculos estreitos com o debate sobre política exterior e relações internacionais), o que totaliza 22 títulos (ou seja, aproximadamente 76% do total de títulos do ano mencionados) mais ou menos diretamente ligados à agenda política nacional.

Quanto ao ano de 1998, o quadro é semelhante, de seus 30 títulos, 19 títulos também são do tema “políticas públicas e participação” (ou seja, aproximadamente 64 % dos títulos desse ano) com uma boa dose de reciprocidade com a agenda política. Isolados esses número não dizem muito, porém, se se considerar o total de títulos desse período ligados ao tema “políticas públicas e ambiente” (93 títulos) e aqueles ligados à política exterior ou relações internacionais que podem ser recortados do tema “ambientalismo global” (seis títulos, os quais correspondem, precisamente, aos títulos de 1995), totaliza-se 99 títulos que correspondem à pouco mais de 52 por cento do total do terceiro período em análise, logo, houve um aumento considerável em pontos percentuais (p.p.) desse agrupamento temático mais diretamente relacionado à agenda política tanto em 1995 (em 24 p.p.) quanto em 1998 (em 12 p.p.).

Tendo em vista toda essa produção, resta saber em que condições sociais ela se tornava possível, pois, se se tinha como óbvia a existência de uma produção específica no interior do campo de produção das ciências sociais, alguns dos marcos ou momentos dessa produção não haviam sido explicitados de todo, o que, com alguns limites, fez-se acima.



- Legenda
- ⋯ Campo dos títulos segundo as autorias de períodos anteriores
 - ▭ Campo da autoria segundo os períodos com títulos
 - ⋯ Autorias com títulos em todos os períodos
 - (2) Número de citações de títulos apenas no período

Condições sociais de produção do ambientalismo nas ciências sociais

Entre 1979 e 1986, a produção intelectual e o desenvolvimento institucional das ciências sociais a respeito do “meio ambiente” associavam-se, de um lado, às possibilidades de pesquisa engendradas pela instituição universitária na qual a problemática das ciências sociais mais e mais tinha como princípio hierarquizador e organizador das pesquisas os *temas*, por outro, à tradição de pesquisa a respeito do desenvolvimentismo, à qual se podia recorrer enquanto repertório legítimo e consolidado nas ciências sociais para tratar de temas que se avolumavam nos meios de comunicação de massa e na burocracia estatal, a saber, sobretudo, “Amazônia” e “grandes projetos” —alguns desses grandes projetos quer para a região da Amazônia quer para outras regiões brasileiras haviam provocado protestos sociais (por exemplo, contra planos da ditadura militar em intensificar a colonização da Amazônia ou em instalar usinas nucleares para geração de energia elétrica, além, naturalmente, das barragens construídas para formar os grandes lagos das usinas hidroelétricas).

As ciências sociais iniciavam a década de 1980 em um estado do campo com algumas transformações importantes em relação ao estado em que se encontravam na segunda metade da década de 1960. Não havia mais o ISEB, fechado pela ditadura militar, alguns de seus membros foram cassados em seus direitos políticos, por exemplo, Alberto Guerreiro Ramos. O que significava que toda uma região do espaço de possíveis das ciências sociais dilapidava-se em suas possibilidades de atualização, logo, se tornavam menos prováveis tanto as críticas dos isebianos quanto as produções nesta orientação, isto é, conforme esta classe de problemática, na qual a interpretação desenvolvimentista era o “critério de relevância intelectual”.

Ademais figuras representativas da escola sociológica paulista haviam sido alijadas de suas posições na instituição universitária, com a aposentadoria compulsória de, por exemplo, Florestan Fernandes, Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, o que também acarretava a diminuição do espaço de possíveis para as ciências sociais daquele momento e ulterior, pois parte desses cientistas sociais, com destaque na instituição universitária, acalentava e começava a efetivar uma outra classe de problemática no campo de produção das ciências.¹⁴

¹⁴ “Nesse momento, algumas das figuras mais expressivas desse grupo paulista começavam a tornar público um projeto de participação política em sentido lato, quer através de suas obras onde passaram a incorporar os veios “desenvolvimentistas” e “transformadores” característicos da produção carioca, quer através de posturas “progressistas” em relação aos tópicos mais candentes da agenda pública da época” (Sergio Miceli, Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil 1930-1964, *Revista brasileira de ciências sociais—RBCS*, n. 5, v. 2, outubro, 1987, p. 11).

Esse projeto configurava-se, por um lado, como uma resposta à problemática instaurada nas universidades brasileiras, apesar de muito do que foi instituído com as missões estrangeiras (padrões de pesquisa, referências teóricas, organização universitária etc.) continuar presente no projeto paulista, por outro, buscava se diferenciar desse momento da pesquisa sociológica, revisando criticamente as contribuições “nacionais” e o repertório “internacional” que, segundo eles, poderiam convergir para a instituição universitária, mas configurando uma terceira problemática, que não se fundamentaria nos “falsos dilemas teóricos da sociologia latino-americana”, como dizia Octavio Ianni, os quais eram representados por este, especialmente, na falsa oposição entre “indução quantitativa” (como padrão de pesquisa internacional e científico) e “indução qualitativa” (como tradição nacional e ensaística ou beletrista).¹⁵

Essas mudanças em relação aos agentes e instituições identificados a certas problemáticas sociológicas reconfiguravam o campo de produção das ciências sociais, tanto no que tange a produção dos produtores quanto na produção dos produtos. Noutras palavras, os espaços de posições e de tomadas de posição eram modificados, justamente, com o expurgo de certos cientistas sociais que correspondiam, mais ou menos precisamente, a determinadas regiões do espaço de possíveis sociológicos do momento ou potenciais, isto é, eles atuavam e atualizavam duas das três classes de problemáticas mais definidas e institucionalmente consolidadas do momento.

Sendo assim, a combinação da “extinção” da escola sociológica paulista e do ISEB significava uma subversão vinda de fora (e segundo Fernandes, com o apoio de dentro) da hierarquia vigente das ciências sociais e da relação de forças que a mantinha, o que abria mais e mais espaço para a classe de problemática mais provável da universidade, a qual era questionada tanto na própria universidade (com a escola sociológica paulista) quanto em instituições extra-universitárias de pesquisa (sobretudo, com o ISEB).

Essa problemática que monopolizou o campo de produção das ciências nas décadas de 1970 e 1980 consolidava-se na instituição universitária, que se firmava como centro de produção da disciplina. E à medida que essa expandia-se com os programas de pós-graduação e a pós-graduação no exterior de “nacionais” e com a reforma universitária combinada a uma multiplicação de cursos e instituições, inclusive, em ciências sociais, aquela mais e mais era atualizada por e nos agentes e instituições, isto é, tanto era incorporada pelos agentes mediante a

¹⁵ Sobre as instituições das ciências sociais, cf. *ibid.*, especialmente, pp. 9-17.

educação e a socialização universitárias (que, segundo Velho, adquiria cada vez um caráter de treinamento) quanto era objetivada nas instituições por meio de padrões de pesquisa, critérios de financiamento, temas fomentados, resultados e relatórios numa forma sucinta e direta (“escrever complicado” se tornava um obstáculo para a ascensão na carreira de pesquisador).¹⁶

Esse processo pode ser denominado por “metamorfose do sociólogo em técnico”, com escreve Ianni, ele se dá quando as solicitações e as demandas ao campo de produção das ciências sociais são monopolizadas pelas burocracias estatal ou privada, as quais conseguem mobilizar os meios necessários para tornar efetivas e atuantes suas demandas no campo de produção das ciências sociais, o que, evidentemente, acarreta um efeito de heteronomia, porém, não é irreversível, pois o atendimento de tais demandas pode levar a um acúmulo de capitais necessários para se fortalecer ou (re)conquistar parte da autonomia do campo.

No contexto em que a ordem política assumia uma feição e uma política ditatorial, ficava mais provável essa dominação do campo político sobre o campo científico, probabilidade que era acentuada com os deslocamentos, fechamentos ou afastamentos de agentes e instituições que estavam em posições dominantes no campo de produção das ciências, graças a um capital específico acumulado (propriamente científico) e outros tipo de capitais (com contatos com instituições internacionais, professores estrangeiros, políticos e elites locais ou nacionais etc.), os quais tinham suas chances de se valorizar e de ser atuantes numa prática propriamente sociológica diminuídas drasticamente com a perda de suas posições.

De modo algum, esse “processo” pode ser apreendido com uma *escolha* que se coloca para os cientistas sociais daquele momento, produzidos segundo os esquemas de pensamento que já eram atuantes e preponderantes desde antes dessas mudanças e reforçados com a saída dos agentes que possuíam e agiam a partir de outros esquemas, eles possuíam “estruturas subjetivas” que estavam adequadas as “estruturas objetivas” do campo em que atuavam (ou atuariam) e que agora se recrudesciam, numa espécie de harmonia pré-estabelecida entre a posição e o agente que a ocupa, ou, como diria Bourdieu, num encontro mais ou menos bem sucedido entre a história incorporada e a história reificada.¹⁷

¹⁶ Sobre a metamorfose do sociólogo em técnico, cf., acima, segunda parte, capítulo um, item “sociólogo e técnico”; ou O. Ianni, *Sociologia da sociologia...*, art. cit., pp. 213-219. Sobre os “novos” padrões de produção da sociologia, cf. O. G. Velho, *Processos sociais no Brasil pós-64*, art. cit., pp. 251-256.

¹⁷ Pierre Bourdieu, *O poder simbólico*, *op. cit.*, pp. 75-106.

O estado ditatorial intensificou o investimento na pós-graduação e nas instituições universitárias, política da qual as ciências sociais não foram preteridas, ao contrário do que a sociologia espontânea poderia esperar, tendo em vista os casos da escola sociológica paulista e do ISEB. Os cursos de graduação e de pós-graduação, o número de ingressos e egressos, as faculdades e instituições de ensino de ciências sociais não cessavam de aumentar.¹⁸

Esse aumento da população de cientistas sociais, forjados num esquema de produção em que avultavam-se, segundo Velho, “a referência a um *padrão* internacional de trabalho” e “a assunção pesquisa empírica e a abdicação de um esforço teórico sistemático”, e a manutenção da relação assimétrica do campo de produção das ciências sociais na divisão internacional do trabalho científico acarretavam uma condição de trabalho e uma posição similares àquelas em que se situavam, nos Estados Unidos, os especialistas nas denominadas *area studies*, quer dizer, pesquisas que se organizavam segundo os temas/objetos e nas quais a teoria e a técnica se *refinavam*, como diz Ianni, para possibilitar a realização de pesquisas com prazos, orçamentos e recursos humanos pré-fixados, com curto ou médio prazos, nas quais a manipulação de variáveis quantificáveis se tornava um imperativo prático, ademais havia um esforço em se *descobrir* realidades empíricas e exteriores a serem investigadas.¹⁹

Considerando a própria estrutura do campo de produção das ciências sociais, pode-se compreender esse primeiro momento da produção das ciências sociais a respeito do “meio ambiente” como mais um tema que encontrava um espaço de tratamento *típico*. Corroborando essa assertiva, verifica-se que boa parte dos títulos desse período, tidos como referências desse momento da produção, isto é, reconhecidos por balanços da bibliografia, são publicados por editoras, o que de certa maneira indica que não se trata de uma produção nova ou em busca de reconhecimento, e sim de uma produção que estava lastreada numa tradição de pesquisa

¹⁸ Basta comparar o número de diplomados em ciências sociais na USP, de 1936 a 1955, e na Escola Livre de Sociologia e Política, ELSP, de 1937 a 1955, apresentado por Sergio Miceli com os números de pós-graduação matriculados e com teses defendidas no segundo e primeiro semestres de 1979 e 1980, respectivamente, reproduzidos por Otávio Guilherme Velho com base numa pesquisa de Bolívar Lamounier, que se verifica a importância da década de 1970 no desenvolvimento institucional das ciências sociais (cf. S. Miceli, *Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais...*, art. cit., especialmente, p. 7; e O. G. Velho, *Processos sociais no Brasil pós-64*, art. cit.; ou, também, B. Lamounier, *Expansão e institucionalização das ciências sociais no Brasil: um estudo preliminar*, mimeo, 1981, citado por O. G. Velho, *ibid.*).

¹⁹ “Assim se forjaram, concomitante ao aumento no número de *brazilianistas*, novos, mais diretos e intensivos laços com a comunidade acadêmica internacional. Aí avulta não só a referência a um padrão internacional de trabalho, mas também a assunção de posições determinadas numa *divisão* do trabalho intelectual que reforça a ênfase na pesquisa empírica e a abdicação de um esforço teórico sistemático que, tanto quanto referidas a uma relação assimétrica no plano internacional, significam também a atribuição, ao cientista social brasileiro, de posição similar à que já era ocupada, nos Estados Unidos, pelos especialistas nas chamadas *area studies*” (O. G. Velho, *ibid.*, pp. 251-252). Sobre a tendência ao refinamento dos instrumentos de investigação e de reflexão que acompanha a metamorfose do sociólogo em técnico, cf., acima, segunda parte, capítulo um, item “sociólogo e técnico”; ou O. Ianni, *Sociologia da sociologia...*, art. cit., p. 219.

universitária ou feita por agentes vinculados a instituições universitárias, enfim, era uma produção que estava *conforme* ao campo, nada mais.

O “meio ambiente” não surgia como um dos elementos da problemática (salvo, naturalmente, em alguns textos seminais), nem como teoria ou técnica, sequer como tema, pois ele estava subsumido aos temas vinculados a tradição de pesquisas vinculadas ao desenvolvimentismo (quer em sua vertente marxista, quer na teoria da modernização do estrutural-funcionalismo), por exemplo, regiões brasileiras como a amazônica, grandes projetos infra-estruturais, políticas públicas de intervenção econômica etc., ou aos temas da agenda política, como aqueles que começavam a se institucionalizar e se especializar com a criação da burocracia estatal para administrar a poluição ambiental ou uso de recursos naturais.

Apesar de esse primeiro momento da emergência do ambientalismo nas ciências sociais não significar alguma diferenciação na problemática, logo, uma diferenciação entre os cientistas sociais, ele se constitui numa fase de acumulação primitiva do capital simbólico necessário para alguns lances mais ousados que se fariam no momento seguinte da produção das ciências sociais a respeito do meio ambiente, em que verifica-se uma tensão na problemática vigente produzida pelos cientistas sociais que lutavam para construir o “meio ambiente” como elemento da problemática, em seu elemento teórico, técnico ou temático.

Esse segundo momento da produção sobre ambientalismo, no quinquênio 1987-1991, configurou-se em maior diferenciação temática, teórica e técnica, mesmo que ainda de forma incipiente. Os produtores buscavam subordinar outros objetos tradicionais ao ambientalismo, de modo a subverter a hierarquia de objetos legítimos. Esse é o momento mais importante na gênese do ambientalismo no campo das ciências sociais, especialmente, na sociologia, na ciência política e, em menor medida, na antropologia.

O padrão de consolidação institucional desse momento da produção segue de perto aquele que Sergio Miceli identificava como persistente no desenvolvimento das ciências sociais: por um lado, a organização universitária alavancava os projetos das ciências sociais e, por outro, a

concessão de recursos governamentais possibilitava a construção ou reconstrução de centros e núcleos de debate e investigação.²⁰

Isso significa que nesse quinquênio o *corpus* das ciências sociais a respeito do ambientalismo era eminentemente produzido por agentes vinculados a instituições universitárias, os quais estavam sintonizados com a pesquisa internacional em ciências sociais, à qual sua produção deve ser referida, e não àquela feita na década de 1970 quer nos Estados Unidos quer na Europa, eles eram contemporâneos de seu tempo: analisavam os “novos movimentos sociais” (objeto que ocupou muitos cientistas sociais de fins da década de 1970 e por toda a década de 1980, perdendo pesquisadores na década seguinte), consumiam e debatiam as obras recentes das ciências sociais estadunidenses e também européias, assimilavam as polêmicas recentes a respeito da teoria dos sistemas ou do novo fôlego que o debate sobre interdisciplinaridade, como também estavam sintonizados com as “realidades” que estavam se constituindo nos anos anteriores, como o “meio ambiente”, o qual não passou incólume por esse período, pois era colocado sobre o crivo da problemática das ciências sociais.

A história desses cientistas sociais que trataram o ambientalismo nesse quinquênio era a história das próprias ciências sociais brasileiras, e não a história do ambientalismo no espaço social nacional ou noutros espaços sociais: pode-se dizer que nesse quinquênio começava a se produzir uma cronologia a respeito do ambientalismo própria dentro do campo de produção das ciências sociais, a qual ora mais ora menos se aproximava de uma independência e de uma autonomia nunca alcançada por completo no período seguinte, enfim, o espaço de disputas e de lutas, de concorrências e cooperações, seguia sendo as ciências sociais, com seus móveis, suas apostas e suas armas.

Se a produção do primeiro período era divulgada por meios tradicionais nas ciências sociais e na universidade, isto é, livros e revistas, essa produção era extremamente recente e era divulgada por outros meios, como encontros científicos ou seminários. Se se considera dois dos principais locais de apresentação (e consagração) de pesquisas e estudos de segundo período, a ANPOCS e a SEMA, verifica-se como convergem nesse quinquênio os dois padrões institucionais, por um lado, o principal encontrou de ciências sociais, o qual já se consolidava na década de 1980 como também o principal espaço de consagração, e, por outro, os seminários promovidos

²⁰ “[...] Esses dois padrões de consolidação institucional [de 1930 a 1964] acabaram subsistindo até hoje [1987] porque atendem a demandas diferenciadas de grupos sociais emergentes e aos projetos formulados ou encampados pelos setores políticos dirigentes” (cf. S. Miceli, *Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais...*, art. cit., p. 5).

pela burocracia estatal a respeito do ambientalismo, o que era uma demanda direta aos agentes e instituições universitários (a SEMA denominava seu evento como seminário nacional sobre universidade e meio ambiente).²¹

A produção de obras significativas nesse período sobrepuja a produção internacional, referência quantitativa e qualitativa no primeiro período. Provavelmente isso se deva a confluência desses fatores positivos tanto para o incentivo a produção sobre o tema (demanda direta da burocracia estatal, avanço do movimento ambientalista, a mobilização de ativistas ambientalistas para influenciar na constituinte, condições de trabalho melhoradas com alguns rearranjos institucionais para tratar do tema nas universidades) quanto para a difusão dela, naturalmente, com a busca de retorno simbólico (e material), sobretudo em capital específico em jogo, isto é, científico (possibilidades de difusão e consagração no encontro da ANPOCS, eventos universitários fomentados e financiados pelo estado, com abrangência nacional, além dos meios tradicionais, provavelmente um pouco mais congestionados do que no período anterior, no qual a população de produtores já havia aumentado, porém, agora, no mínimo, o crescimento vegetativo já inchava mais e mais).

Um sintoma do sentido singular dessa produção está em que uma parte significativa das autorias que surgem de forma consistente nesse período continuariam a ser responsáveis por parte significativa da produção do período subsequente. O que indica tanto a conquista das condições de trabalho necessárias para se manter atuante no campo (o que se deve à conquista de posições e dos meios de mantê-la, sobretudo, por meio do volume de capital acumulado nesse período de efervescência como também do capital específico indispensável para conseguir esse padrão de *envelhecimento social* que não conduz a obsolescência —*os meios e as condições para se repetir trajetórias semelhantes parecem ter se escasseado no período subsequente*) quanto a diferenciação que esses agentes impõe ao campo, principalmente, em relação à produção anterior (a qual não guarda tantas semelhanças quanto se pode imaginar, apesar das convergências temáticas).

Essa produção anterior é mantida no passado ou empurrada para lá, ou seus agentes são demovidos do interesse em lutar ou impossibilitados de fazer isto, pois os esquemas de produção

²¹ Pode haver uma correlação entre a saída do presidente da SEMA entre os anos de 1974 e 1986, Paulo Nogueira Neto, cientista natural, e a criação dos seminários, ou melhor, a presença de trabalhos significativos de cientistas sociais apresentados em tais eventos, o segundo seminário é de 1987 e se realiza em Florianópolis, cidade cuja a universidade federal ali sediada (Ufsc) torna-se um importante centro produtor e difusor de pesquisas sobre ambientalismo (cf. L. da C. Ferreira & L. da C. Ferreira, Águas revoltas, art. cit.; ou, também, L. da C. Ferreira, Idéias para uma sociologia da questão ambiental, art. cit.

e apreciação das obras das ciências sociais vinculados ao ambientalismo se tornavam mais e mais multifacetados, o que tornava as apostas mais arriscadas, no entanto, os ganhos podiam ser maiores: esse momento se caracterizava por uma estratégia de duplo alvo, buscava impulsionar a produção com a conquista de posições universitárias, o que demandava a disputa pelo capital específico universitário, além de outros eficientes nesse espaço, como também uma produção que pudesse ser consumida para além dos pares, esses outros consumidores poderiam ser tanto a burocracia estatal quanto as associações ou organizações não governamentais ambientalistas. Essa estratégia (o que não quer dizer um projeto expresso ou tácito) dos agentes resultou bem sucedido, haja vista a produção de referência realizada por quase um quarto deles no período subsequente.

O terceiro período caracteriza-se pela afirmação de uma nova corrente principal (*mainstream*) tanto de instituições quanto de cientistas sociais, os quais são, em parte considerável, herdados, constituídos ou produzidos no momento anterior da pesquisa a respeito de meio ambiente. Ferreira denomina esse processo de institucionalização da questão ambiental nas ciências sociais: o ambientalismo ganha mais e mais espaço nas instituições universitárias brasileiras tanto no sentido geográfico, com a consolidação de centros, áreas ou linhas de pesquisa em várias regiões (tendência que se delineava, sobretudo, na produção do segundo período), quanto no sentido institucional, com o aumento de cientistas sociais dedicados a pesquisas a respeito do ambientalismo (abordado de modo variado em relação à problemática das ciências sociais, isto é, incidindo de modo diferente sobre o tema, a técnica e a teoria das ciências sociais).

Apesar disso, nos balanços bibliográficos e/ou institucionais a respeito da pesquisa em ciências sociais vinculada ao ambientalismo, combinam-se a constatação desse “vertebramento” com a constatação de uma marginalização dessa produção no campo. O que, num primeiro momento, pode parecer paradoxal, na verdade, revela a relação entre esse espaço de produção e seu espaço de consumo.

Esse espaço de consumo, por ser diversificado, assegura os meios e os instrumentos necessários para a reprodução desse tipo de produção no interior das ciências sociais, donde o seu desenvolvimento institucional vigoroso, o que não significa uma subversão completa da hierarquia dos objetos científicos e, muito menos, uma mudança de posição no interior do campo,

especialmente, para uma posição dominante. Dito doutra maneira, a diferenciação do espaço de consumidores dos produtos científicos a respeito do ambientalismo dava as condições necessárias de institucionalização (e, antes de tudo, de gênese) do ambientalismo nas ciências sociais, porém a região desse espaço de consumidores que reconhece, hierarquiza e consagra certos objetos é justamente aquela ocupada pelos pares, os quais tendem a consagrar a produção que só a eles tem como consumidores (a exemplo do que ocorria na literatura francesa com a poesia, como lembra Bourdieu, isto é, a produção que mais rendia capital simbólico específico era a que menos podia render, pelo menos imediatamente, outros tipos de capital),²² o que não é o caso dos produtos vinculados ao ambientalismo.

Portanto, o que essa produção tem de específico não é a sua marginalidade no campo de produção, mas sim a possibilidade de ser/estar marginalizada e mesmo assim obter o volume tanto de capital específico como de outros suficientes (ou mais do que suficientes, como parece ter acontecido no segundo período) para a manutenção das suas condições de produção.

A difusão das obras de referência ou significativas, principalmente, voltava a ocorrer pelos meios tradicionais de divulgação das ciências sociais, como livros e revistas especializadas, o que indicava a conquista de espaço editorial por parte dessa nova corrente principal.

Isso já havia ocorrido no primeiro período da produção, mas estava ligado a possibilidades relacionadas à produção das ciências sociais de modo geral, enquanto que essa “segunda conquista” do mercado editorial tradicional está imbuída no ambientalismo como objeto específico das ciências sociais, digno de figura como razão mais do que suficiente para publicação, sem ter de subsumi-lo ou remetê-lo a outros objetos, em certos momentos, mais prestigiosos ou, melhor, reconhecidos enquanto tais.

Enfim, essas considerações tencionam uma reconstrução, ainda que sucinta, do mercado em que os cientistas sociais vinculados à pesquisa a respeito do ambientalismo passam a atuar e das instituições e agentes que foram (e são) a condição de possibilidade tanto da gênese do ambientalismo no espaço de possíveis das ciências sociais, isto é, na própria problemática da disciplina, quanto da produção significativa que acompanha esse processo e sua consolidação institucional subsequente.

²² P. Bourdieu, *As regras da arte, op. cit.*, pp. 141-146.

IV. Conclusão

[...] e foi preciso que houvesse reuniões, comissões, associações, ligas de defesa, movimentos, manifestações, petições, requerimentos, deliberações, votos, tomadas de posição, projectos, programas, resoluções, etc. para que aquilo que era e poderia ter continuado a ser um problema privado, particular, singular, se tornasse num problema social, num problema público, de que se pode falar publicamente [...] ou mesmo num problema oficial, objecto de tomadas de posição oficiais, e até mesmo de leis e decretos.
Pierre Bourdieu

La sociologie de la science n'est si difficile que parce que le sociologue a des enjeux dans le jeu qu'il prétend décrire [...].
Pierre Bourdieu

Neste estudo, eu me propus a restabelecer as condições sociais da gênese do ambientalismo no campo de produção das ciências sociais a partir de um sistema de conceitos específico —o qual poder-se-ia denominar, mais ou menos apropriadamente, por *espacial*— do qual se destacam, pela predominância tida aqui, os seguintes conceitos: campo de produção (espaço de posições), problemática (espaço de possíveis), mercado de bens simbólicos (relação específica entre o espaço de produtores e o espaço de consumidores) e produção cultural (espaço de tomadas de posição).

Essa abordagem possibilitou deslindar algumas condições sociais, tanto simbólicas quanto materiais, eficientes nessa produção mais ou menos específica —verificou-se que a especificidade das obras podia variar em determinados momentos— das ciências sociais a respeito do ambientalismo. Além disso, ela recolocou essa produção em relação às tomadas de posição de outros campos sociais com agentes e instituições vinculados ao ambientalismo, rompendo o falso dilema a respeito da separação entre analista e analisado, o qual acaba por servir mais como categoria de acusação do que de análise, na verdade, tratou-se o ambientalismo nas ciências sociais como um conjunto de tomadas de posição irreduzíveis —pelo menos, completamente— a lógica de outros campos, com estes, porém, configurando um espaço de relações objetivas entre tomadas de posição a respeito do ambientalismo, no qual as diferenças se

estabelecem justamente por meio da diferente distribuição de capitais entre os campos no espaço social e a hierarquia que isso acarretou.

Defendi aqui que a emergência do ambientalismo nas ciências sociais pode ser explicada pela própria história do campo de produção das ciências sociais, na qual o tratamento tardio do ambientalismo, a subordinação a elementos consagrados da problemática e a “ambientalização artificial” de temas são sintomas dessa aderência histórica específica às ciências sociais. Além disso, a transferência mais ou menos sem adequação de categorias nativas do campo político, principalmente, do ativismo, para as análises das ciências sociais encontram sua razão de ser na posição dominada do campo de produção das ciências sociais em relação ao campo político, como escreve Monique de Saint Martin a respeito do caso brasileiro,¹ o que não implica na inexistência de uma relativa autonomia, isto é, de uma história própria, apesar de a acuidade da análise ter exigido, em alguns momentos, utilizar a noção de heteronomia relativa.

Desse modo, reconstituiu-se dois estados da história do campo de produção das ciências sociais os quais auxiliaram no conhecimento das suas condições sociais de produção, logo, de possibilidades e impossibilidades de emergência do ambientalismo nesse espaço de produção e, naturalmente, correspondiam aos momentos de circulação internacional e nacional do ambientalismo no espaço social brasileiro. O primeiro estado coincide com o golpe de estado de 64 e o segundo, com as transformações após esses acontecimentos, especialmente, após a reforma universitária de 1968/1969 ou, mais precisamente, com a cassação da escola sociológica paulista.

A noção de estado do campo trouxe para a análise as relações de força de um determinado momento do campo, contudo, ela reconstruiu o campo a partir da transitoriedade dessas relações de força pelas relações de luta que se engendravam entre os agentes no campo e no espaço social, ou seja, se, por um lado, o campo pôde ser apreendido de modo estático (relações de força), por outro, ele também pôde ser analisado em sua dinâmica (relações de luta) que comporta estratégias de conservação ou de subversão da ordem vigente no campo.

Ela ainda auxiliou na compreensão da própria história do campo ao considerar a relação inteligível que se estabelece entre estados diferentes do campo, em que um estado das relações de

¹ Cf. Monique de Saint Martin, À propos d'une rencontre entre chercheurs: sciences sociales et politiques au Brésil, *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 71-72, mars, 1988, pp. 129-134.

força e de luta e, também, das posições e tomadas de posição que aí se engendram (obras, nomes próprios, instituições notórias, métodos, teorias, discursos etc.) configura um campo de possibilidades de posições a conquistar, a defender ou a construir e de tomadas de posição feitas, obrigatórias ou a fazer, ou seja, age sobre os agentes como, nas palavras de Bourdieu, o espaço de possíveis atuais e potenciais, os quais podem se tornar menos possíveis ou prováveis noutros estados da história do campo, mas nunca completamente apagados, apesar de poderem ser empurrados cada vez mais para o passado (sem agentes e instituições que os atualizam e os tornam atuantes e atuais): “A história do campo é realmente irreversível; e os produtos dessa história relativamente autônoma apresentam uma forma de *cumulatividade*.”²

O estado do campo reconstituído a partir do ponto de vista de Octavio Ianni forneceu as “tendências” sociológicas atuais e potenciais para os cientistas sociais da década de 1960, isto é, o espaço de possíveis científicos (e, também, políticos) das ciências sociais para aquele momento. Defendeu-se, ainda, que ele, apesar de ser situado e datado, explicita as estruturas do campo de produção das ciências sociais, sobretudo, no que diz respeito às condições sociais de produção e de suas (im)possibilidades. Nesse momento, as ciências sociais e os cientistas sociais:

Eram produzidas em instituições universitárias e extra-universitárias, com destaque, no primeiro caso, para a USP e, no segundo caso, para o ISEB, o que também representava uma divisão geográfica da produção entre São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, e também uma divisão da problemática entre escola sociológica paulista — eminentemente universitária— e a “escola isebiana desenvolvimentista”;

Assistiam aos “principais integrantes da escola paulista” produzirem suas teses e iniciarem a publicação de seus primeiros artigos e livros;

Começavam, em inícios da década de 1960, a se diferenciar no interior dos grupos de cientistas sociais mais representativos em São Paulo e Rio de Janeiro, o que significava, no caso paulista, uma divisão na problemática dominante nas ciências sociais “cientificista” e universitária, na qual figuras de proa da escola sociológica paulista incorporavam elementos da problemática extra-universitária, sobretudo, com a incorporação da abordagem “desenvolvimentista” e “intervencionista”, comum aos cientistas sociais do Rio de Janeiro, além

² Pierre Bourdieu, *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*, Tradução de Maria Lucia Machado, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 273-274.

de buscarem conciliar nessa mesma problemática influências tão díspares como as representadas pelas figuras de Roger Bastide (isto é, o padrão internacional de trabalho científico) e Oswald de Andrade (isto é, a tradição nacional de pensamento);

Estavam às voltas com práticas científicas mutuamente excludentes, as quais, apesar de serem representadas em geral como dilemas teóricos (muitas vezes falsos, como mostra Octavio Ianni), vinculavam as condições sociais de sua produção, o que, no caso paulistas, se apresentava ou como a resignação frente ao padrão e à divisão internacionais da ciência e às “solicitações da sociedade e do estado” ou como a adesão à tradição nacional de pensamento (denominada como beletismo, ensaísmo, pré-ciência e assim por diante) a qual não era reconhecida no campo universitário e científico, logo, não possibilitava a acumulação do capital universitário e do capital científica necessário para a reprodução —de uma parte significativa— das condições do trabalho científico ou como a assunção de um projeto de revisão das outras práticas em vistas a fundar uma prática científica própria, isto é, outra problemática sociológica (“nacional” na circulação internacional de idéias e “internacional” na produção cultural nacional);

E encontravam-se expostos às mudanças na ordem política, exposição que variava segundo as práticas científicas efetivadas pelos agentes, as quais correspondiam a determinadas posições no campo de produção das ciências sociais (Octavio Ianni menciona a cassação política de Celso Furtado em 1964, mas também poderia ter mencionado a cassação política de Alberto Guerreiro Ramos ou o fechamento do próprio ISEB no mesmo ano).³

Em seguida, apresentou-se o período posterior ao de 1964 como o declínio do estado do campo que havia se configurado com a participação da escola sociológica paulista (tanto com sua problemática “cientificista” quanto com a “desenvolvimentista”) e da seqüência IBESP—ISEB no sistema de produção das ciências sociais em particular e de produção cultural em geral, se se quiser, poder-se-ia definir o ano de 1953 com o marco inicial desse estado.⁴

Já o declínio se estenderia do ano de 1964 (fechamento do ISEB e a cassação política de membros) ao ano de 1969 (com a aposentadoria compulsória de integrantes da escola sociológica

³ Cf. Octavio Ianni, Sociologia da sociologia na América Latina, em Manuel Diégues Júnior, editor, *As ciências sociais na América Latina*, Rio de Janeiro, CLAPCS/DIFEL, 1967, pp. 203-229; e Sergio Miceli, Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil 1930-1964, *Revista brasileira de ciências sociais—RBCS*, n. 5, v. 2, outubro, 1987, pp. 5-26.

⁴ Esse ano corresponde ao início do funcionamento do IBESP no Rio de Janeiro e a produção das teses e publicação dos primeiros artigos e livros dos principais integrantes da escola sociológica paulista, conforme as indicações em S. Miceli, *ibid.*, especialmente, pp. 15-16 e 17.

paulista). Nesse intervalo, começaria a se gestar outro estado do campo, cuja configuração dependia sobremaneira dos atos da ditadura militar vinculados à instituição universitária e às instituições de ensino superior, os quais conciliavam ingerências e investimentos nessas instituições.

Os investimentos nas instituições universitárias e científicas aumentaram já nos primeiros anos da ditadura militar, principalmente, os gastos com a montagem do “sistema nacional de pós-graduação” que correspondia à multiplicação dos centros nacionais de pós-graduação e das remessas de estudantes brasileiros rumo aos centros estrangeiros para realizarem seus estudos de pós-graduação. As ciências não passaram incólumes por essas transformações ou sequer foram preteridas nesses investimentos.

A reforma universitária de 1968/69 dava mais nitidez ao sentido das transformações da “academia” impetradas pela ditadura militar, além de indicar com mais precisão quais “tendências” seriam conservadas com essas transformações. Ela foi imediatamente seguida pela aposentadoria compulsória de vários professores universitários, o que, combinadas, significava uma espécie de estabelecimento das regras do jogo para então, as quais valeriam também para as ciências sociais e os cientistas sociais.

Sendo assim, colocou-se que o estado do campo que começava a se configurar com nitidez a partir de 1969 correspondia ao estado do campo em que emergiria a produção das ciências sociais a respeito do ambientalismo, ao qual se vincularia um sistema de agentes e instituições cuja formação também iniciava-se na década de 1970.

A reconstrução desse estado do campo de produção das ciências sociais permitiu deslindar algumas de suas condições e condicionantes sociais, tais como a concentração universitária dos meios de produção das ciências sociais, o descentramento geográfico em relação a São Paulo (primeiro, para outros centros da região sudeste e, depois, ainda que em menor medida, para o restante do país), o descentramento disciplinar em relação à sociologia (com o aumento da importância das disciplinas de antropologia e ciência política), acompanhado pelo fortalecimento da especialização, o aumento da população de cientistas sociais tanto com o retorno dos “estrangeiros” quanto com a capacitação nacional dos “nacionais”, acompanhado pela multiplicação de postos na instituição e na burocracia universitárias, a priorização de investimentos em pesquisas técnicas (no sentido de Ianni), o monopólio de esquemas (práticos) de produção internacionalmente orientados, acompanhado pela produção e reprodução em larga

escada de cientistas sociais com esquemas de percepção, apreciação e avaliação também internacionalmente orientados (ou compartilhados), a redução do espaço de possíveis (isto é, a problemática) ou, pelo menos, da probabilidade de alguns possíveis sociológicos (penso naqueles associados à escola sociológica paulista “engajada” e ao ISEB, os quais eram atualizados e tornados atuantes pelos grupos de agentes vinculados às posições que essas denominações representavam), e a divisão e hierarquização do trabalho científico segundo o elemento temático da problemática, o que, sobretudo, se devia à diminuição da importância do elemento teórico e à “normalização” do elemento técnico impostas pelas “novas regras do método sociológico” sob essas condições de produção, em que a “importância social” do tema conferia a “importância científica” da pesquisa e, logo, as garantias de sua realização e divulgação.⁵

A noção de problemática foi utilizada para analisar esse tipo específico de prática social que é a prática científica, isto é, a própria problemática *efetivada*, acionada, historicamente produzida, a qual se defini pela relação entre elementos teóricos, técnicos e temáticos engendrada por um agente ou um grupo de agentes, situados e datados, historicamente produzidos.

A noção de mercado (de bens simbólicos) também foi utilizada na análise das condições sociais da produção a respeito do ambientalismo nas ciências sociais. Assinalou-se que a emergência do sistema de agentes e instituições vinculados direta ou indiretamente ao ambientalismo no espaço social brasileiro consiste ao mesmo tempo na construção social do objeto e na formação do mercado de consumo (e de concorrência) das produções das ciências sociais (e de outros campos sociais) a respeito do ambientalismo; e que a relação entre momentos diferentes desse mercado e momentos diferentes desse estado do campo de produção configurava as possibilidades da produção das ciências sociais quer na quantidade (no sentido de volume) quer na qualidade (no sentido de conteúdo).

Nesse sentido, o interesse do analista pelo ambientalismo (que, no limite, era ou tornava-se ativismo) era também um interesse “sociológico”, isto é, produzido historicamente pelo próprio campo das ciências sociais (e também pelo campo universitário), o que consistia numa prática

⁵ Cf. O. G. Velho, Processos sociais no Brasil pós-64, art. cit., pp. 240-261. Sobre a imposição dessas condições de produção até para os centros de pesquisa que se formaram fora da instituição universitária, como o CEBRAP, cf. Bernardo Sorj, *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001. Sobre a hierarquia social dos objetos e o (difícil) trabalho de subversão necessário para desrespeitá-la, mesmo num campo mais autônomo, como o francês na década de 1970, cf. *Methodes scientifiques et hierarchie sociale des objets, Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 1, janvier, 1975, pp. 4-6.

(científica) que se definia pelo ajustamento entre o “interesse expressivo” do agente e a “censura” (estrutural) do campo, como escreve Bourdieu.⁶

A noção de produção cultural contribuiu para a recuperação dos agentes, instituições, objetos, instrumentos etc. vinculados à produção a respeito do ambientalismo, que é tornou-se também um produto cultural construído progressivamente por um trabalho coletivo a respeito, e a despeito, de “problemas” econômicos, sociais, “naturais” que passaram gradativamente a serem reconhecidos como “problemas ambientais”, aos quais vinculou-se um conjunto de posições e tomadas de posição denominado aqui por ambientalismo, no qual também se inscreve a produção das ciências sociais a respeito, sem perder, por isso, a especificidade dessa produção que se engendra num campo universitário e científico, o qual conta com um espaço relativamente autônomo, isto é, dotado de uma história própria (irredutível à história de outros campos sociais), que denominou-se por campo de produção das ciências sociais.

Ela evocou, por meio de uma linguagem um pouco “fria” e “desencantada”, conceitos e noções como, por exemplo, produção, produtor, produto, consumidor, circulação, mercado, divulgação etc., os quais foram usados aqui com a intenção de servir como instrumentos de análise das condições sociais de produção e de possibilidade reais às quais eles correspondem na teoria.

Afirmou-se que, entre os anos de 1979 e 2002, a produção a respeito do ambientalismo, reconhecida pelas ciências sociais como das ciências sociais, pode ser apreendida segundo três momentos, em que o momento mediano corresponde ao quinquênio 1987-1991.

Sustentou-se aqui que esse quinquênio assinala uma transformação quantitativa e qualitativa nessa produção das ciências sociais em relação ao momento anterior, no qual prevaleceu uma produção em que o ambientalismo aparecia subsumido noutros temas consagrados ou “na moda” (energia nuclear, Amazônia, grandes projetos etc., no geral, espólios dos estudos desenvolvimentistas ou de acontecimentos “políticos” com ampla repercussão), o que explicou o alto índice de publicação em livros durante essa “fase” de emergência da produção, da qual, logo, se esperaria uma restrição maior de meios de divulgação, sobretudo, dos editoriais (ainda mais disputados devido ao aumento da população de produtores culturais).

⁶ Cf. Pierre Bourdieu, *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*, Paris, Fayard, 1982, pp. 167-171.

Nesse quinquênio, alguns cientistas sociais puderam converter seu trabalho científico em capital simbólico (e material), capital universitário e científico que serviram para viabilizar a produção nesse momento e para consolidá-la institucionalmente e também os agentes e as instituições que participavam dessa produção (o que repercutiu na permanência de agentes desse momento como autores importantes no momento seguinte).

Defendeu-se que as condições para o acúmulo desses capitais de tipo específico e do volume global de capital se deveu à combinação de espaços de consagração (por exemplo, ANPOCS) abertos à essa produção nesse período (o que se modificou no momento seguinte), a qual estava ligada a um momento de concertação entre os cientistas sociais para o alcance de melhoras coletivas para o campo, ou seja, em que as hierarquias de objetos e da problemática estavam funcionando de modo menos marcado, e aos investimentos estatais na expansão e na incorporação pelas universidades do debate ambiental (por exemplo, SEMA), o que também criou espaços de consagração universitária e científica mesmo que as condições para a existência desse circuito consagrador fosse impulsionado por capitais estatais, porém, submetidos às regras do campo científico e universitário.

Além disso, e muito importante, os cientistas sociais que direcionavam seus esforços para esse debate estavam imbuídos numa prática científica que os possibilitou tratar do ambientalismo segundo os esquemas vigentes no campo, combinando a problemática do campo de produção das ciências sociais nacional com a circulação internacional de idéias a respeito do ambientalismo, porém, com uma diferença em relação ao momento anterior, eles não o submetiam aos objetos legítimos das ciências sociais, na verdade, operava-se aí o trabalho coletivo para produzir a especificidade do ambientalismo, tornando-o, pelo menos nas ciências sociais, uma “realidade específica” irredutível a outra qualquer.

Esses esquemas práticos dos cientistas sociais vinculados à pesquisa a respeito do ambientalismo eram os esquemas práticos produzidos pelo próprio campo, nos quais todos os cientistas sociais se encontravam imersos e do qual incorporavam práticas sociológicas como eram incorporados por estas, quer dizer, estes cientistas sociais operavam segundo a história do campo que os produziam e que eles contribuía para produzir e reproduzir, enfim, eles atuavam e eram atuais segundo a cronologia própria do campo de produção das ciências sociais.

Conclui-se, assim, que as condições sociais da produção das ciências sociais a respeito do ambientalismo residiam (e, em menor medida, residem) na existência de um mercado (de bens

simbólicos) do ambientalismo que se formava independentemente dos agentes e instituições das ciências sociais, mas ao qual alguns cientistas sociais direcionaram sua produção, o que a estes possibilitava escapar às restrições do mercado das ciências sociais e do retorno incerto (em tipos específicos de capital como o universitário e o sociológico, este um tipo específico de capital científico) proporcionado pelo mercado de bens simbólicos geral.

Assim, a combinação, aparentemente paradoxal, de institucionalização e de marginalização da pesquisa a respeito do ambientalismo no campo de produção das ciências sociais deve-se ao funcionamento autônomo desse mercado de bens simbólicos do ambientalismo em relação à problemática sociológica, o que possibilita tanto a existência “marginal” no que diz respeito ao acúmulo de capital específico do campo, isto é, propriamente sociológico, quanto a consolidação institucional no que diz respeito ao volume de capital simbólico e material acumulado.

E, por fim, é a mediação de agentes capazes de operarem as conversões e inversões necessárias para a manutenção das condições do trabalho científico a respeito do ambientalismo quer no mercado do ambientalismo quer no campo de produção das ciências sociais que completa o quadro das condições sociais da produção das ciências sociais a respeito do ambientalismo.

Bibliografia

ADORNO, Theodor W., *Educação e emancipação*, Tradução de Wolfgang Leo Maar, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano, Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico, *Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais—BIB*, São Paulo, n. 53, 1. semestre, 2002, pp. 35-78.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano, Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil, em Héctor Alimonda, organizador, *Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía*, Buenos Aires, CLACSO, 2002, pp. 115-135.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora, The formation of the Brazilian environmental movement, *IDS Working Paper*, Institute of development studies, University of Sussex, Brighton, England, v. 259, november, 2005.

ALTVATER, E., Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos, Tradução de Dalva Bonet, em Agnes Heller; et alli, *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*, Rio de Janeiro, Contraponto, 1999.

BENVENISTE, Émile, *O vocabulário das instituições indo-européias*, Volume I: economia, parentesco, sociedade, Tradução de Denise Bottman, Campinas, Editora UNICAMP, 1995.

BOURDIEU, Pierre, *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*, Tradução de Maria Lucia Machado, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre, *Ce que parler veut dire: l'économie des échanges linguistiques*, Paris, Fayard, 1982.

BOURDIEU, Pierre, *La distinction: critique sociale du jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre, Le champ scientifique, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2. année, n. 2/3, juin, 1976, pp. 88-104.

BOURDIEU, Pierre, *Meditações Pascalianas*, Tradução de Sergio Miceli, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre, *O poder simbólico*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre, *Propos sur le champ politique*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 2000.

BOURDIEU, Pierre, *Razões práticas: sobre a teoria da ação*, Tradução de Mariza Corrêa, Campinas, Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc, La production de l'idéologie dominante, *Actes de la recherche en sciences sociales*, 2. année, n. 2/3, juin, 1976, pp. 3-73.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc, La nouvelle vulgate planétaire, *Le monde diplomatique*, mai, 2000, pp. 6-7.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc, Sobre as artimanhas da razão imperialista, Tradução de: não consta, *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 24, n. 1, 2002, pp. 15-33.

- BUSTAMANTE, M. I.; TORRES, S., Elementos para una política ambiental eficaz, *Revista de la CEPAL*, Santiago, n. 1, ago., 1990, pp. 109-122.
- BUTTEL, F. H., Social institutions and environmental change, em M. Redclift; G. Woodgate, editores, *The international handbook of environmental sociology*, London (UK), Edward Elgar, 1997, pp. 40-54.
- CARDOSO, Fernando Henrique, Participação e marginalidade, em Fernando Henrique Cardoso, *O modelo político brasileiro*, São Paulo, DIFEL, 1972, pp. 166-185.
- COSTA, Sérgio, Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva, *Tempo Social*, São Paulo, v. 16, n. 2, novembro, 2004, pp. 73-100.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e; MARTINS, Carlos Estevam, De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da “abertura”, em Bernardo Sorj; Maria Hermínia Tavares de Almeida, organizadores, *Sociedade e política no Brasil pós-64*, São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 13-61.
- DAGNINO, Evelina, Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?, em Daniel Mato, coordenador, *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*, Caracas, FACES; Universidad Central de Venezuela, 2004, pp. 9-110.
- DURKHEIM, Émile, *As regras do método sociológico*, Tradução de Pietro Nasseti, São Paulo, Martin Claret, 2003.
- FERNANDES, Florestan, *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*, Petrópolis, Vozes, 1977.
- FERNANDES, Florestan, *Brasil: em compasso de espera*, São Paulo, HUCITEC, 1980.
- FERNANDES, Florestan, *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*, São Paulo, HUCITEC, 1976.
- FERREIRA, Leila da Costa, Idéias para uma sociologia da questão ambiental: teoria social, sociologia ambiental e interdisciplinaridade, *Desenvolvimento e meio ambiente*, Editora da UFPR, Curitiba, n. 10, jul./dez., 2004, pp. 77-89.
- FERREIRA, Leila da Costa, Sociologia ambiental, teoria social e produção intelectual no Brasil, Trabalho apresentado no *I Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade—ANPPAS*, 8 a 9 de novembro, 2002.
- FERREIRA, Leila da Costa; FERREIRA, Lúcia da Costa, Águas revoltas: um balanço provisório da sociologia ambiental no Brasil, *Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais —BIB*, São Paulo, n. 54, 2. semestre, 2002, pp. 83-100.
- FICO, Carlos, Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar, *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, jul., 2004, pp. 29-60.
- FOLADORI, Guillermo, *Limites do desenvolvimento sustentável*, Campinas, UNICAMP, 2001.
- FOUCAULT, Michel, *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro, Graal, 1998.
- FREY, Klaus, (2001), A dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local, *Ambiente & Sociedade*, ano 4, n. 9, 2. semestre, pp. 115-148.

FREY, Klaus, Crise do estado e gestão municipal: a política ambiental em Santos e Curitiba, *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, UFSC, v. 13, n. 17/18, novembro, 1995, pp. 165-191.

GIOVANNINI, Fabio A., Democracia é boa para o ambiente?, *Ambiente & Sociedade*, ano I, n.1, 2. semestre, 1997 (1. ed., 1993), pp. 103-115.

GOLDBLATT, David, *Teoria social e ambiente*, 1. ed. de 1996, Tradução de Ana Maria André, Lisboa, Instituto Piaget, 1998.

GUIMARÃES, Roberto P., *The ecopolitics of development in the Third World: politics and environment in Brazil*, Colorado (US); London (UK), Linne Rienner, 1991.

HABERT, Nadine, *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*, 2. ed., São Paulo, Ática, 1994.

IANNI, Octavio, Sociologia da sociologia na América Latina, em Manuel Diégues Júnior, editor, *As ciências sociais na América Latina*, São Paulo, Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais/DIFEL, 1967, pp. 203-229.

KOWARICK, Lúcio, *Capitalismo e marginalidade na América Latina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

LAMOUNIER, Bolivar; MENEGUELLO, Raquel, *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

LÉVI-STRAUSS, Claude, O feiticeiro e sua magia, em Claude Lévi-Strauss, *Antropologia estrutural*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996 (1. ed., 1949), pp. 193-213.

LÉVI-STRAUSS, Claude, *O pensamento selvagem*, Tradução de Tânia Pellegrini, Campinas, Papyrus, 1989.

LIEDKE FILHO, Enno D., A sociologia no Brasil: história, teorias e desafios, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n. 14, jul./dez., 2005, pp.376-437.

MALDONADO, Tomas, *Meio ambiente e ideologia*, Tradução de Antonio Luis Moreira, Lisboa, Sociocultur, 1971.

MANNHEIM, Karl, O pensamento conservador, Ed. orig. de 1959, Tradução de Sylvia Lyra, em José de Souza Martins, organizador, *Introdução crítica à sociologia rural*, São Paulo, Hucitec, 1986, pp. 77-131.

MARTINS, Carlos Estevam, *O circuito do poder: democracia, participação e descentralização*, São Paulo, Entrelinhas, 1994.

MICELI, Sergio, Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil 1930/1964, *Revista Brasileira de Ciências Sociais—RBCS*, n. 5, v. 2, outubro, 1987, pp. 5-26.

MICELI, Sergio, organizador, *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, São Paulo, Editora Sumaré, ANPOCS; Brasília, CAPES, 1999.

MOL, Arthur. P. J., Ecological modernization industrial transformations and environmental reform, em M. Redclift; G. Woodgate, editores, *The international handbook of environmental sociology*, London (UK), Edward Elgar, 1997, pp. 138-149.

OFFE, Claus; RONGE, V., Teses sobre a fundamentação do conceito de “Estado capitalista” e sobre a pesquisa política de orientação materialista, Ed. orig. de 1976, em Claus Offe; et al., *Problemas estruturais do Estado capitalista*, Tradução de Bárbara Freitag, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, pp. 121-137.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi, Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n. 14, jul./dez., 2005, pp. 110-129.

PÁDUA, José Augusto, O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos, em Héctor R. Leis, organizador, *Ecologia e política mundial*, Rio de Janeiro, FASE/Vozes, 1991, pp. 135-161.

PAEHLKE, R., Democracy and environmentalism: opening a door to the administrative state, em R. Paehlke; D. Torgerson, editores, *Managing leviathan: environmental politics and the administrative state*, Peterborough (Canada); Lewiston (USA), Broadview Press, 1990, pp. 35-55.

SADER, Emir, Nós que amávamos tanto o capital — fragmentos para a história de uma geração, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n. 14, jul./dez., 2005, pp. 150-177.

SAINT MARTIN, Monique de, À propos d’une rencontre entre chercheurs: sciences sociales et politiques au Brésil, *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 71-72, mars, 1988, pp. 129-134.

SORJ, Bernardo, *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

SOTELO, Ignacio, *Sociologia da América Latina*, Organização de Fanny Tabak, Tradução de José Fernandes Dias, Rio de Janeiro, Pallas, 1975.

TOLEDO, Caio Navarro de, 1964: o golpe contra as reformas e a democracia, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, pp. 13-28.

TRAGTENBERG, Maurício, *Burocracia e ideologia*, 2. ed. rev. e ampliada., São Paulo, Editora UNESP, 2006.

VELHO, Otávio Guilherme, Processos sociais no Brasil pós-64: as ciências sociais, em Bernardo Sorj; Maria Hermínia Tavares de Almeida, organizadores, *Sociedade e política no Brasil pós-64*, São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 240-261.

VIEIRA, Paulo Freire, A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil (1980-1990) — mapeamento preliminar e avaliação crítica da produção acadêmica, *Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais—BIB*, Rio de Janeiro, n. 33, 1. semestre, 1992, pp. 3-32.

VIOLA, Eduardo José, O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica, *Revista brasileira de ciências sociais—RBCS*, v. 1, n. 3, fevereiro, 1987, pp. 5-26.

WEBER, Max, *Economia e Sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*, Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, Brasília, Editora UnB, 1999.

WEBER, Max, *Metodologia das ciências sociais*, Parte 1 e Parte 2, Tradução de Augustin Wernet, São Paulo; Campinas, Cortez; Editora da UNICAMP, 2001.

WEBER, Max, Parlamentarismo e governo numa Alemanha reconstruída, 1. ed. de 1918, Tradução de Maurício Tragtenberg, em Max Weber, *Textos selecionados*, São Paulo, Nova Cultural, 1997, pp. 21-118. (Os economistas: Max Weber).

Documentos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (RS), *Anais da comissão parlamentar especial que estudou os problemas da poluição e do meio ambiente*, Porto Alegre, Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul, 1972.

BRASIL, *Política Nacional do Meio ambiente*, Lei n. 6.938 de 31 de agosto de 1981.

ITAMARATY, *Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente: o Brasil e a preparação da Conferência de Estocolmo*, Brasília: Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores do Brasil), abril, 1972.

UNITED NATIONS, Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment, Stockholm, Sweden, 1972, in South Centre, *The South and Sustainable Development Conundrum: from Stockholm 1972 to Rio 1992 to Johannesburg 2002 and beyond*, South Centre, 2002, pp. 79-88.

UNITED NATIONS, *The Rio Declaration on Environment and Development (1992)*, The United Nations Conference on Environment and Development (UNCED), Rio de Janeiro, 1992.